

MINISTÉRIO DA SAÚDE  
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
CASA DE OSWALDO CRUZ

Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do  
Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde

DA ASSISTÊNCIA AOS EXPOSTOS A PATRIMÔNIO: A TRAJETÓRIA  
DA CASA DE CARIDADE DE CABO FRIO EM EXPOSIÇÃO

NICOLE DE SOUZA SANTOS MACEDO

Rio de Janeiro  
2021

**CASA DE OSWALDO CRUZ**  
**Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural**  
**das Ciências e da Saúde**

*NICOLE DE SOUZA SANTOS MACEDO*

Da assistência aos expostos a patrimônio: a trajetória da Casa de Caridade de Cabo Frio em exposição

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gisele Porto Sanglard

**RIO DE JANEIRO**

2021

ii

---

Ficha Catalográfica

---

M141a Macedo, Nicole de Souza Santos.

Da assistência aos expostos a patrimônio : a trajetória da Casa de Caridade de Cabo Frio em exposição / Nicole de Souza Santos Macedo ; orientada por Gisele Porto Sanglard. – Rio de Janeiro : s.n., 2021.

131 f.

Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde). – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2021.  
Bibliografia: 119-131f.

1. Arquitetura de Instituições de Saúde. 2. Exposições Científicas. 3. Brasil.

CDD 362.1

# **NICOLE DE SOUZA SANTOS MACEDO**

## **DA ASSISTÊNCIA AOS EXPOSTOS A PATRIMÔNIO: A TRAJETÓRIA DA CASA DE CARIDADE DE CABO FRIO EM EXPOSIÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

### **BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gisele Porto Sanglard (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientadora

---

Prof. Dr. Renato da Gama-Rosa Costa (Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jacqueline de Cássia Pinheiro (Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro)

### **Suplentes:**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Heymann (Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cybelle Salvador Miranda (Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará)

**RIO DE JANEIRO**

2021

Aos meus avós, que por nascimento ou escolha, fizeram desta cidade a nossa terra e parte de quem sou. À todas e todos que vieram antes de mim e abriram os caminhos.

## AGRADECIMENTOS

À Fiocruz, especialmente à Casa de Oswaldo Cruz, pela oportunidade ímpar de integrar o Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde. Às professoras e professores Ana Luce Girão Soares de Lima, Inês El-Jaick Andrade, Laurinda Rosa Maciel, Luciana Heymann, Marcos José de Araújo Pinheiro, Renato da Gama Rosa Costa e Sônia Aparecida Nogueira pelas contribuições que prestaram, com suas aulas, à minha formação acadêmica e pessoal. A todos os funcionários da Casa, notadamente, à Valéria Souza, nosso anjo da guarda.

À minha orientadora, Gisele Porto Sanglard, pela compreensão e humanidade neste processo - por vezes doloroso, sempre desafiador -, pela confiança, clareza e colaboração primordial neste trabalho que, ao fim, transformou a mim mesma.

À Eliane, Vívian, Suzana, Thalles e Cíntia, meus colegas de turma, pelas alegrias e conhecimentos compartilhados neste caminho que, juntos, percorremos.

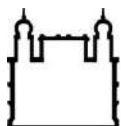
Aos meus pais, Eliane e Waldir, pelo amor e suporte, em cada momento de minha trajetória, assim como por serem as melhores companhias nas visitas aos museus! Ao meu irmão, Matheus, por todos os assovios e pela parceria em Niterói e na vida. Às minhas famílias, materna e paterna, por todos os momentos felizes compartilhados.

A Helder que, além de me ter oferecido constante apoio, me permitiu sorrir durante a realização do presente estudo. Aos seus pais pelo carinho, interesse e cafés da tarde.

À Escola de Arquitetura e Urbanismo e ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, pelas experiências de valor inestimável à minha formação. A todos os professores, em especial, à Andréa Sampaio, responsável pelo despertar do amor pelo patrimônio.

A todos os funcionários dos arquivos e instituições visitadas, em especial àquelas da Câmara Municipal de Cabo Frio, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, do Charitas, da Biblioteca da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz e do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro. Ao historiador João Henrique de Oliveira Christovão, por tão gentilmente ter me enviado o Compromisso da Irmandade de Santa Izabel.

Às minhas amigas e amigos, em particular à Daiane, Fernando, Laís, Leandro, Bárbara, Luiza, Adriana, Marina, Maycon e também meus tios Assunção e Marco Aurélio, não somente pela amizade e presença em minha vida, mas por cada vez em que trouxeram esperança e força aos longos dias da pandemia.



Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



Casa de  
Oswaldo Cruz

## CASA DE OSWALDO CRUZ

### DA ASSISTÊNCIA AOS EXPOSTOS A PATRIMÔNIO: A TRAJETÓRIA DA CASA DE CARIDADE DE CABO FRIO EM EXPOSIÇÃO

#### RESUMO

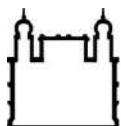
#### DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL: HISTÓRIA, MEMÓRIA E SOCIEDADE

Nicole de Souza Santos Macedo

A cidade de Cabo Frio, apesar do tombamento paisagístico conferido pelo IPHAN e de seu papel relevante na história fluminense, identifica-se mais como balneário que com representações identitárias diretamente vinculadas aos aspectos históricos. A antiga Casa de Caridade, localizada na principal avenida do centro urbano, exerce há mais de trinta anos a função de centro cultural e museu de artes plásticas. A despeito do edifício ser um marco na paisagem e um bem tombado na esfera estadual, a narrativa de seu espaço museal pouco fala de seu uso original. O presente trabalho se propõe a analisar as seleções realizadas pelos institutos de proteção, fundamentadas em práticas consolidadas de consagração da arquitetura a partir de valores estéticos. Além disso, realiza pesquisa histórica sobre a Casa de Caridade de Cabo Frio, de modo a compreender os processos de construção e funcionamento deste estabelecimento na assistência aos expostos e enfermos, bem como suas especificidades. A proposta de exposição física para o atual Museu e Casa de Cultura José de Dome, na qualidade de produto técnico científico, objetiva valorizar este bem cultural a partir da restituição de sua historicidade, considerando que o conhecimento sobre o uso original do edifício, assim como de sua relação com a cidade, favorece uma apropriação ativa, por parte da população, de seu patrimônio. Ademais, investigar os processos que conformaram o Charitas tal qual hoje se apresenta é, também, lançar luz sobre o centro urbano cabo-friense e sua relação com a memória e a identidade da cidade.

**Palavras-Chave:** Casa de Caridade, Cabo Frio, Charitas, Roda de Expostos, INEPAC, Patrimônio.





Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



Casa de  
Oswaldo Cruz

## CASA DE OSWALDO CRUZ

FROM THE ASSISTANCE TO THE EXPOSED TO HERITAGE: THE PATH OF THE CHARITY  
HOUSE OF CABO FRIO IN EXHIBITION

### ABSTRACT

#### MASTER'S DISSERTATION IN CULTURAL HERITAGE: HISTORY, MEMORY AND SOCIETY

**Nicole de Souza Santos Macedo**

The city of Cabo Frio, regardless of the historical landmark status conferred by the National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN) and its relevant role in the Rio de Janeiro State's history, identifies itself more as a seaside resort rather than with identity representations directly linked to historical aspects. The former House of Charity (Casa de Caridade), located in the main avenue of its urban downtown, for over thirty years has performed the role of a cultural center and a plastic arts museum. In despite of the building's landmark status in the city's landscape and its state listed condition, the narrative in its museum space barely mentions its original usage. The present work proposes to analyze the selections made by the Brazilian heritage protection institutes, grounded in consolidated practice of architectural acclaim based on aesthetic values. In addition, realizes a historical research regarding the House of Charity of Cabo Frio, in order to comprehend the construction and functioning processes of this establishment in aiding the exposed and the patient, as well as its specificities. The proposal of a physical exhibition for the current Museum and Cultural Center José de Dome, in its quality of technical and scientific product, aims to enhance this cultural asset by restituting its historicity, considering that the knowledge about the building's original use, as well as its relation with the city, favors an active appropriation, by the population, of its heritage. Furthermore, to investigate the processes that formed the Charitas into the way it presents itself today is, also, shedding light over the urban downtown of Cabo Frio and its relation with memory and the city's identity.

**Key-words:** House of Charity, Cabo Frio, Charitas, Foundling Wheels, INEPAC, Cultural Heritage.

# ÍNDICE

<b>RESUMO</b>	<b>VIII</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>IX</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>2 O ENQUADRAMENTO DO PASSADO: AS SELEÇÕES DE BENS PATRIMONIAIS NA CIDADE DE CABO FRIO</b>	<b>6</b>
2.1 A atuação do IPHAN em Cabo Frio: a proteção do barroco monumental .....	7
2.2 A descentralização e os novos discursos: os patrimônios estadual e municipal .....	24
2.3 A proteção dos ameaçados: seleções realizadas na cidade a partir dos anos 2000.....	46
<b>3 A TRAJETÓRIA DA CASA DE CARIDADE DE CABO FRIO</b>	<b>61</b>
3.1 Da Comissão de Expostos à construção da Casa de Caridade de Cabo Frio.....	62
3.2 O funcionamento do estabelecimento.....	73
3.2.1 O cuidado dos expostos .....	80
3.2.2 O cuidado dos enfermos.....	92
<b>4 EXPOSIÇÃO: A CASA DA CARIDADE DA CIDADE DE CABO FRIO</b>	<b>96</b>
4.1 Proposta conceitual .....	98
4.1.1 Objetivos.....	98
4.1.2 Público-alvo .....	98
4.1.3 Conceito.....	100
4.2 Partido expográfico.....	101
4.2.1 Estratégias.....	102
4.2.2 Espaço e módulos .....	102
4.2.3 Módulos: objetos e recursos expográficos.....	104
4.2.4 Identidade visual.....	114
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>116</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES</b>	<b>119</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1: Praça Porto Rocha. Fonte: Nicole Macedo (2019).</b> .....	<b>7</b>
<b>Figura 2: Forte São Matheus por Heaton e Rensburg. Fonte: Biblioteca Nacional, Gravura.</b> .....	<b>11</b>
<b>Figura 3: Convento de N. S. dos Anjos por Heaton e Rensburg. Fonte: Biblioteca Nacional, Gravura.</b> .....	<b>11</b>
<b>Figura 4: Fotografia aérea com bens tombados, nos anos de 1956 e 1957, na cidade de Cabo Frio.</b> .....	<b>13</b>
<b>Figura 5: Planta de Cabo Frio [1861]. Extraída da Carta Corographica da Província do Rio de Janeiro. Fonte: Biblioteca Nacional, Cartografia.</b> .....	<b>16</b>
<b>Figura 6: Avenida Assunção em fins da década de 1960. Fonte: Página Memorial Cabo Frio, no Facebook.</b> .....	<b>18</b>
<b>Figura 7: Centro de Cabo Frio em fins da década de 1960. Fonte: Página Cabo Frio Histórico, no Facebook.</b> .....	<b>18</b>
<b>Figura 8: Fotografia aérea com Conjunto Paisagístico de Cabo Frio, como inscrito em 1967, e demais bens tombados pelo IPHAN.</b> .....	<b>24</b>
<b>Figura 9: Edifício da antiga Casa de Caridade de Cabo Frio [1905]. Fonte: Acervo Wolney Teixeira.</b> .....	<b>32</b>
<b>Figura 10: Fotografia aérea com Conjunto Paisagístico de Cabo Frio e demais bens tombados pelo IPHAN e INEPAC até o ano de 1989.</b> .....	<b>36</b>
<b>Figura 11: Fotografia aérea com proposta do Estudo de Rerratificação do Tombamento do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio e demais bens tombados pelo IPHAN e INEPAC, 1989.</b> .....	<b>40</b>
<b>Figura 12: Fotografia aérea com Conjunto Paisagístico de Cabo Frio e demais bens tombados pelo IPHAN, INEPAC e IMUPAC até fins do ano de 1989.</b> .....	<b>45</b>
<b>Figura 13: Fotografia aérea com Conjunto Paisagístico de Cabo Frio e demais bens tombados pelo IPHAN, INEPAC e IMUPAC, atualmente.</b> .....	<b>58</b>
<b>Figura 14: Edifício da antiga Casa de Caridade de Cabo Frio. Fonte: Nicole Macedo (2019).</b> .....	<b>61</b>
<b>Figura 15: Interior do atual Museu e Casa de Cultura José de Dome. Fonte: Nicole Macedo (2019).</b> .....	<b>61</b>
<b>Figura 16: Casa de Caridade de Cabo Frio [1920]. Fonte: Augusto Malta.</b> .....	<b>78</b>
<b>Figura 17: Marca d'água presente em documentos remetidos à Presidência da Província pela Irmandade de Santa Izabel da Caridade.</b> .....	<b>97</b>

Figura 18: Fotografia aérea com instituições de ensino de nível Médio localizadas no centro de Cabo Frio, assim como museus.....	99
Figura 19: Diagrama de subtemas e tópicos sobre o tema Cabo Frio. ....	100
Figura 20: Diagrama de subtemas e tópicos sobre o tema Casa de Caridade.	101
Figura 21: Planta conceitual com temas organizados em módulos, além da circulação sugerida.....	103
Figura 22: Perspectiva do módulo de abertura. ....	104
Figura 23: Composição com algumas das ilustrações selecionadas para compor o primeiro módulo da exposição. ....	107
Figura 24: Perspectiva isométrica do primeiro módulo da exposição. Tópicos: <i>Fundação e Mudança na condição de isolamento</i> . ....	108
Figura 25: Perspectiva isométrica do primeiro módulo da exposição. Tópico: <i>Novo núcleo de povoamento</i> . ....	108
Figura 26: Perspectiva do primeiro módulo da exposição.....	109
Figura 27: Composição com algumas das ilustrações selecionadas para compor o segundo módulo da exposição.....	110
Figura 28: Perspectiva isométrica do segundo módulo da exposição. Tópicos: <i>Definição deste modelo de instituição e Construção da Casa de Caridade</i> . ...	112
Figura 29: Perspectiva isométrica do segundo módulo da exposição. Tópicos: <i>Funcionamento do estabelecimento e Organização dos espaços</i> . ....	113
Figura 30: Perspectiva do segundo módulo da exposição. Tópico: <i>Funcionamento do estabelecimento</i> . ....	113
Figura 31: Perspectiva do segundo módulo da exposição, réplica da Roda ao centro e altar ao fundo.....	114
Figura 32: Perspectiva do segundo módulo da exposição. Tópicos: <i>Definição deste modelo de instituição e Construção da Casa de Caridade</i> . ....	114
Figura 33: Composição com elementos do edifício e objetos a serem apresentados na exposição, além de paleta de cores adotadas. ....	115

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1: Cotas do produto das loterias extraídas em benefício das Casas de Caridade recebidas pela Irmandade de Santa Izabel assim como quantia concedida pela Assembleia Provincial para obras do edifício em 1871. ....</b>	<b>77</b>
<b>Gráfico 2: Número de admissões de expostos na Casa de Caridade de Cabo Frio em função do sexo por ano compromissal.....</b>	<b>84</b>
<b>Gráfico 3: Número de admissões e óbitos de expostos na Casa de Caridade de Cabo Frio por ano compromissal. ....</b>	<b>85</b>
<b>Gráfico 4: Número de admissões e óbitos de expostos do sexo masculino na Casa de Caridade de Cabo Frio por ano compromissal. ....</b>	<b>86</b>
<b>Gráfico 5: Número de admissões e óbitos de expostas do sexo feminino na Casa de Caridade de Cabo Frio por ano compromissal. ....</b>	<b>86</b>

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1: Alguns dos destinos dos expostos da Casa de Caridade de Cabo Frio. ....</b>	<b>91</b>
--	-----------

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A TEIA	Associação de Turismo Ecológico Integrado à Arqueologia
AMA	Associação de Amigos da Passagem
BANERJ	Banco do Estado do Rio de Janeiro
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DPCN	Departamento do Patrimônio Cultural e Natural
DPHA	Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FLUMITUR	Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
IMUPAC	Instituto Municipal do Patrimônio Cultural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LBA	Livro de Belas-Artes
ONG	Organização não Governamental
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

# 1 INTRODUÇÃO

A cidade de Cabo Frio foi fundada, em início do século XVII, para fins estratégicos de domínio do território e dos indígenas na empreitada colonial portuguesa. Diante da exploração do pau-brasil por outras nações, especialmente ingleses e franceses - tendo, estes últimos, chegado a construir fortificação na região -, e da possibilidade de escravização de indígenas nas chamadas “Guerras Justas” (Moreira, 2017) - de modo que a primeira elite agrária fluminense obtivesse mão-de-obra -, estabeleceu-se um primeiro povoado no atual bairro da Passagem, bem como fortaleza na barra da Lagoa de Araruama (Cunha, 1987).

A povoação, contudo, não se consolidou e mesmo o Forte São Mateus permaneceu, por anos, desguarnecido. A crise do sal, em meados no século XVII, levou à permissão da exploração deste recurso - que se cristalizava na restinga -, suplantando, assim, a condição de escassez da região, pouco favorável à agricultura. À vista de uma maior proximidade com fontes de água potável, de acesso facilitado às salinas, além da condição de ruína em que se encontrava a Passagem e da localização desta em região sujeita a alagamentos por conta das marés, estabeleceu-se outro núcleo de povoamento no atual centro da cidade (Cunha, 1987).

A cidade se desenvolveu lentamente, principalmente na flecha entre a Igreja Matriz e o Convento de Nossa Senhora dos Anjos e ao longo da Avenida Assunção, ao longo de cerca de três séculos. Até a chegada do ramal da estrada de ferro, em 1937, conservou relativo isolamento, mesmo em relação às demais freguesias que compunham o município (Christovão, 2016, p. 96).

A partir da década de 1970 o turismo, impulsionado pela construção da ponte Presidente Costa e Silva, se impôs como principal atividade econômica – superando, inclusive, a produção de sal. Diante da nova e pujante demanda imobiliária, a paisagem cabo-friense sofreu profundas transformações: o antigo casario eclético deu lugar à altos edifícios, na área central, assim como as salinas foram substituídas pelos grandes empreendimentos, às margens da Lagoa de Araruama (Christovão, 2016, p. 101).

A imagem com a qual a cidade se projeta e se identifica, hoje, é a de balneário, apesar de seus recém celebrados quatrocentos anos de fundação e dos significativos tombamentos que possui, tanto em esfera federal quanto estadual e



municipal. Perante este quadro, após viver muitos anos neste lugar onde a vida cotidiana pouco se integra aos testemunhos materiais de sua história, surgiu a motivação de investigar os processos que esmaecem as historicidades, até mesmo de bens protegidos.

Construído entre 1835<sup>1</sup> e 1843<sup>2</sup>, o Charitas, localizado na Avenida Assunção, exerceu, até as primeiras décadas do século XX, a função de Casa de Caridade, ou seja, de instituição hospitalar e também de cuidado dos expostos. Entre os anos de 1956 (Filho, 1957, p.9) e 1974 (DN..., 05/10/1974, p.10) o edifício abrigou o Fórum, posteriormente foi sede da Comissão Municipal de Atuação Comunitária - destinada à assistência aos “menores abandonados” (Menores..., 14/07/1978, p.28) -, até se tornar biblioteca municipal, em 1979 (Ratos..., 30/03/1979, p.32).

A partir de 1982, a prefeitura - que já alugava o imóvel -, objetivando sua restauração e aquisição para ali instalar um centro cultural e arquivo municipal, entrou em disputa com a Irmandade de Santa Izabel (Prefeitura..., 03/04/1982, p.2). Poucos meses depois, o pintor José de Dome faleceu e seu acervo - composto de obras autorais e de amigos deste artista sergipano que morou, por mais de uma década, na cidade -, foi adquirido pela prefeitura (Moura, 03/05/1982, p.2). Parte do edifício foi restaurada enquanto o Provedor da Irmandade ainda morava na área da capela e sacristia (Prédio..., 12/10/1982, p.13). Este só saiu dias antes da inauguração da Casa de Cultura (Candidato..., 22/10/1982, p.6).

Após assalto, em 1987 (Assaltada..., 20/05/1987, p.8), o Charitas ficou fechado à visitação pública, até que, em 1993, no mandato do prefeito José Bonifácio - o mesmo que, pouco mais de uma década antes, havia adquirido o imóvel da confraria assim como executado as necessárias obras de restauração -, o edifício da antiga Casa de Caridade foi novamente restaurado para abrigar, enfim, o Museu e Casa de Cultura José de Dome (Masgrau, 21/08/1993, p.23).

Atualmente esta instituição se apresenta como um espaço museal cuja narrativa pouco fala da própria historicidade da edificação, do seu uso original: o único objeto que remete a este último é a réplica em madeira da Roda de Expostos, instalada, apenas, no ano de 2012 (Cristiane, 2012). O Charitas é, também, patrimônio tombado pelo INEPAC, e um marco na Avenida Assunção, onde se

---

<sup>1</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Balancete: da receita e despesa da construção da Casa de Caridade de Cabo Frio, desde julho de 1835 até agosto de 1836, provados com os inclusos documentos, de N.1 até N.7. In: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, *Documentos da Irmandade de Santa Izabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 27 dezembro 1836.

<sup>2</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ata de 25.09.1843. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

localiza, dado que está entre os últimos remanescentes de uma arquitetura anterior à década de 1960.

Durante diversas fases de minha vida frequentei este espaço: por vezes acompanhando minha avó, que ali trabalhava nos finais de semana, outros momentos realizando aulas de música, desenho e mesmo forró. Recordo vivamente da sensação mágica que aquele lugar me transmitia em minha infância, assim como de imensidão - que apenas a percepção na escala de uma criança pode proporcionar. Já adolescente experimentei o bailar na nave da capela, sem nunca ter me dado conta do uso original daquele cômodo. Meus últimos meses antes do ingresso na universidade e da despedida de minha cidade natal foram, também, passados nas aulas de desenho com vista para a aroeira e o pórtico dos fundos da edificação. Os retornos àquele espaço tão familiar, já como estudante do curso de arquitetura e urbanismo, interessada pela área de patrimônio cultural e restauração, suscitaram inúmeros questionamentos e inquietações, que culminaram, cerca de uma década depois, no presente trabalho.

A pesquisa tem, então, por objeto a antiga Casa de Caridade de Cabo Frio e se propõe a investigar o processo histórico de construção de tal estabelecimento na cidade, bem como o seu funcionamento no cuidado com os expostos e enfermos, ressaltando suas especificidades. Além disso, objetiva analisar as seleções realizadas pelas instituições de salvaguarda no município, elucidando que práticas e discursos fundamentaram a construção do patrimônio cabo-friense, compreendendo, também, o papel destes enquadramentos do passado na composição da paisagem urbana contemporânea. A proposta de exposição para o Museu e Casa de Cultura, abordando o seu uso original e o território em que se localiza, almeja, na qualidade de produto técnico científico, prestar um retorno à sociedade na mesma medida em que propicia a valorização, a partir do conhecimento da biografia do bem e da fruição intelectual, de seu patrimônio.

O presente estudo se faz significativo na medida em que contribuirá com as análises sobre a construção do patrimônio cultural - a partir de Cabo Frio -, assim como com as reflexões acerca dos processos históricos que delinearam a região central da cidade. A pesquisa histórica sobre a Casa de Caridade possui expressiva relevância acadêmica, dado que obras fundamentais da historiografia brasileira sobre o abandono - tais quais de Maria Luiza Marcílio (Cf. Marcílio, 1998) - citam a existência de algumas Rodas de Expostos instituídas no período imperial que foram pouco estudadas. A de Cabo Frio, contudo, sequer é apontada, revelando a lacuna

na bibliografia e a possibilidade de, com a dissertação, prestar contribuições ao campo.

Além destes fatores, destaca-se a preocupação da Casa de Oswaldo Cruz e do mestrado profissional no desenvolvimento de pesquisas relacionadas à história e ao patrimônio cultural das ciências e da saúde, assim como a originalidade de tal estudo, visto que o único trabalho sobre a Casa de Caridade de Cabo Frio, de autoria de Margareth Alves (Cf. Alves, 2009) denomina a instituição Casa da Roda, não considerando que esta última era voltada, especificamente, ao cuidado com os expostos, enquanto a Casa de Caridade desempenhava, além desta função, também a hospitalar e de recolhimento.

A partir do mapeamento de fontes documentais - sob custódia do *Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*, do *Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio*, da *Biblioteca Parque de Niterói*, da *Biblioteca Nacional* e também do IPHAN e do INEPAC -, de coleta de dados e análise destes, à luz de revisão bibliográfica, realizou-se a pesquisa histórica sobre a Casa de Caridade de Cabo Frio, assim como a análise das seleções realizadas pelos institutos de salvaguarda na construção do patrimônio cabo-friense.

O primeiro capítulo analisa os enquadramentos do passado realizados na cidade de Cabo Frio, entre a década de 1950 e os anos de 2010, pelos institutos de preservação, a saber o IPHAN, INEPAC e IMUPAC. Os discursos, noções de passado e patrimônio mobilizados em cada processo de tombamento são contextualizados e avaliados, assim como as práticas e profissionais envolvidos, de modo a compreender a predominância, ainda hoje, das obras de arquitetura - consagradas a partir de critérios estéticos e de excepcionalidade - como bens culturais. A investigação dos processos e decretos de tombamento, nas três esferas, a partir do referencial teórico, evidencia, também, as contribuições das seleções empreendidas na atual sensação de fragmentação do centro urbano cabo-friense.

No segundo capítulo, diante da compreensão que a patrimonialização do edifício da Casa de Caridade se fundamentou em qualidades estéticas deste e que a memória do uso original não se tornou nem motivação ao tombamento, tão pouco foi considerada no projeto museológico atual, realizou-se pesquisa histórica sobre o contexto de construção de tal estabelecimento na cidade, assim como sobre seu funcionamento e singularidades.

O terceiro capítulo propõe, a partir da pesquisa anteriormente realizada sobre a trajetória da Casa de Caridade, uma exposição física para o Charitas. Objetiva-se,

enfim, valorizar este patrimônio por meio do conhecimento e da fruição intelectual que a apresentação de narrativa sobre o uso original do edifício e sua relação com a cidade pode propiciar.

## 2 O ENQUADRAMENTO DO PASSADO: AS SELEÇÕES DE BENS PATRIMONIAIS NA CIDADE DE CABO FRIO

Como visto na introdução, fundada estrategicamente para domínio do território e dos grupos indígenas na empreitada colonizadora lusitana, a vila de Cabo Frio se desenvolveu lentamente, entre o Canal do Itajuru e a restinga, em dois núcleos que, posteriormente, se conectaram. Relativamente isolada até fins da década de 1930 - quando se inaugura o ramal da estrada de ferro -, a pequena cidade começou a se transformar a partir da intensificação da atividade turística, especialmente após a construção da ponte Presidente Costa e Silva.

Atualmente, o centro urbano cabo-friense, embora conte com parte de sua paisagem protegida no âmbito federal desde 1967, e com alguns bens preservados na esfera estadual e municipal, apresenta-se como um lugar onde se faz difícil a percepção da proximidade de um conjunto que é atribuído de valor. Ao contrário, uma caminhada pelas ruas centrais proporciona mais a sensação de fragmentação que de compreensão dos processos de desenvolvimento da cidade.

Sobre estes aspectos, Ivo Barreto, ao analisar o contexto de criação e identificação de valores do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio, afirma que “a composição linear de conjunto encontra-se fragmentada (visual e arquitetonicamente)” (Barreto, 2013, p.17). Também Marta Alves, em sua abordagem sobre a área de entorno do referido Conjunto, explica

em alguns casos, em Cabo Frio, a percepção da existência de uma paisagem tombada só é reconhecida no limite entre área de entorno e área tombada. Esse limite se processa de forma abrupta, em que de um lado existe a paisagem tombada, facilmente reconhecida por seus valores histórico, artísticos e paisagísticos, e de outro a cidade (paisagem não tombada), que em nada se relaciona com a paisagem tombada. Essa relação não existe porque não se reconhece na cidade elementos que a aproximem dos valores histórico, artísticos e paisagísticos presentes na paisagem tombada (Alves, 2015, p.151).

As seleções realizadas em Cabo Frio, primeiramente pelo IPHAN, estavam coadunadas à noção de patrimônio do órgão: que via de regra privilegiava o testemunho do período colonial, de pedra e cal, que inseria a nação brasileira em formação na história da civilização e que estava alinhado à visão de cultura material de Afonso Arinos de Melo Franco (Chuva, 2012, p.154). Estes bens, atribuídos de valores definidos como essenciais ao patrimônio brasileiro e, portanto, preservados

enquanto parte da coleção de semióforos da nação (Chuva, 2017a, p.62), não se conectavam no território urbano, além de serem de momentos distintos da ocupação do território. As negativas à proteção do tecido que os integrava e a não aplicação, até anos recentes, do instrumento de entorno definiram que, até hoje, esta área não exerça o papel de mediação entre os setores preservados, mas de ruptura.

Este capítulo se propõe a analisar as seleções realizadas pelos institutos de salvaguarda - federal, estadual e municipal - na cidade de Cabo Frio, dos anos de 1950 até a década de 2010. Compreendendo-as em seus contextos, elucidando que discursos, noções de passado e patrimônio fundamentaram os processos de patrimonialização, bem como que práticas e corpo técnico conduziram à predominância, ainda hoje, das obras de arquitetura. Para tal, investiguei os processos de tombamento do IPHAN, INEPAC, os decretos de tombamento do IMUPAC, evidenciando, também, a contribuição destas seleções na conformação de um centro urbano de difícil compreensão. Por fim, destaca-se a prevalência, até o presente, de critérios estéticos e de excepcionalidade na construção e gestão deste patrimônio.



**Figura 1: Praça Porto Rocha. Fonte: Nicole Macedo (2019).**

Antiga praça da matriz, inserida na área de entorno do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio.

## **2.1 A atuação do IPHAN em Cabo Frio: a proteção do barroco monumental**

Em maio de 1951, em ofício à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Departamento Geográfico, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, - responsável pela execução de um plano urbanístico para a cidade de Cabo Frio e de embelezamento do Morro da Guia – solicitou que se averiguasse a possibilidade de reconhecer o morro como monumento histórico. Para reforçar seu pedido, o diretor

do referido Departamento comparou a representação do Morro da Guia para a cidade à do Pão de Açúcar, para o Rio de Janeiro. Nesta correspondência verificou, ainda, se as desapropriações de áreas de particulares poderiam ser efetuadas com verbas do DPHAN<sup>3</sup>.

Apenas alguns dias depois, Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do DPHAN, respondeu ao Departamento Geográfico acusando o recebimento do ofício e concordando com a inscrição do conjunto do Morro da Guia, “dada a significação dos monumentos de arquitetura religiosa que o integram”<sup>4</sup>. Informou, ainda, que a Divisão de Estudos e Tombamento, na figura do arquiteto modernista Lucio Costa, defendeu a inscrição, também, da Ponta do Forte - onde se localizava as ruínas do Forte São Matheus -, posto que “faz parte, juntamente com o conjunto, unidade paisagística tão procurada pelos turistas”<sup>5</sup>. Comunicou, também, que a diretoria não dispunha dos recursos orçamentários, recomendando que o governo do estado realizasse as desapropriações e alegando que “encontraria compensação no acréscimo de interesse turístico pela região, uma vez realizado o plano urbanístico de Cabo Frio”<sup>6</sup>.

O processo de tombamento do Convento e Igreja Nossa Senhora dos Anjos, da Capela Nossa Senhora da Guia e dos remanescentes do Forte São Matheus é composto de algumas poucas cartas e ofícios do período de abertura do processo e mais algumas, já no ano de inscrição, relativas à propriedade destes bens. Além destes documentos, há poucas correspondências que informam sobre a inclusão do Forte ao pedido de tombamento, sobre transferência de tutela deste último para o Ministério da Educação, sobre o convênio para restauração do Convento e da Igreja, e, enfim, sobre o funcionamento do Museu de Arte Religiosa e Tradicional. Diferentemente de processos da mesma época, este pedido de tombamento é um dos raros que não partiu do próprio DPHAN (Fonseca, 2017, p.119). Talvez por este fato, e pela natureza das obras de arquitetura - cujo valor atribuído já estava estabelecido -, o dossiê traz poucas informações sobre estas. Ribeiro explica que “a ausência de pareceres atribuindo valor como justificativa para o tombamento é uma característica das primeiras décadas de ação do IPHAN” (2007, p.76).

---

<sup>3</sup> SOUZA, Luiz de. Ofício 39: Arrolamento do morro da Guia, em Cabo Frio, como monumento histórico - Consulta. In: IPHAN. *Processo 447-T-51*, f. 1-2, 21 maio 1951.

<sup>4</sup> ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Morro da Guia, em Cabo Frio. In: IPHAN. *Processo 447-T-51*, f. 4, 06 junho 1951.

<sup>5</sup> COSTA, Lucio. Forte de São Mateus - Cabo Frio. In: IPHAN. Divisão de Estudos e Tombamento. *Processo 447-T-51*, f. 55, 01 junho 1951.

<sup>6</sup> ANDRADE, op. cit., f. 4.

Esta documentação permite, contudo, que se compreenda as justificativas à patrimonialização destes bens: já nos primeiros ofícios é ressaltado que o Convento e a Capela são monumentos de significação reconhecida e que poderiam ser inscritos “quer no Livro do Tombo Histórico quer no das Belas Artes”<sup>7</sup>. A Divisão de Estudos e Tombamento solicitou a extensão da proteção às ruínas do Forte, afirmando que estas compunham um conjunto com os primeiros bens e que este possuía apelo turístico. Compreendendo que um dos maiores interesses envolvidos na elaboração do plano urbanístico para Cabo Frio era o desenvolvimento da atividade turística, possuir monumentos nacionais na cidade se configurava como um atrativo e este argumento favorecia, inclusive, a adesão de outros setores da sociedade ao tombamento. De parte da diretoria do Departamento Geográfico - que solicitou a inscrição - uma motivação é, claramente, a possibilidade de desapropriar terrenos do Morro da Guia com verbas da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Desde o primeiro momento, uma certa unidade da paisagem era valorizada e citada no processo, entretanto, os tombamentos realizados foram de bens pontuais, alçados à categoria de monumento. As ruínas do Forte - cujo valor atribuído não era tão consensual e evidente quanto da arquitetura religiosa barroca - foram inscritas, em outubro de 1956, no Livro Histórico, numa prática habitual do DPHAN de relegar ao Livro as ruínas, fortificações e outras obras que não possuíam o devido valor artístico (Fonseca, 2017, p.119). A edificação do Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, assim como a Capela no alto do Morro da Guia, por sua vez, foram inscritas no Livro de Belas Artes, em janeiro de 1957, conforme a conduta que reservava a este as obras consideradas como grandes expoentes da arquitetura colonial, especialmente a religiosa (Fonseca, 2017, p.119). Apenas um ano depois, o Cemitério e Capela da Ordem Terceira de São Francisco, como também o Cruzeiro, foram inseridos no tombamento do Convento e Igreja.

Em 1956, pouco meses antes do tombamento dos remanescentes do Forte São Matheus, o governador do estado enviou um ofício ao DPHAN revelando o objetivo de restaurar e instalar naquelas ruínas um museu. Diante de seu avançado estado de degradação, José de Souza Reis, Chefe de Seção de Projetos, e Renato Soeiro, Diretor da Divisão de Conservação e Restauração, sugeriram que, apenas,

---

<sup>7</sup> Ibid., f. 4.



se consolidasse e preservasse os remanescentes do Forte<sup>8</sup>. Apesar disso, em 1957 o Forte foi restaurado, na gestão do prefeito Nicanor Pereira Couto, sem autorização do DPHAN, já enquanto um bem tombado. Em ofício ao prefeito municipal, Rodrigo M. F. de Andrade afirmou que “nenhuma iniciativa de obras seria lícita no monumento em questão sem prévia autorização expressa deste órgão da administração federal”<sup>9</sup>. Este primeiro momento é já representativo de como as ações do poder local poucas vezes foram sincronizadas à atuação da instituição federal de preservação e, também, das dificuldades para que o município agisse como parte interessada na gestão de seu patrimônio.

A invenção do patrimônio nacional se inicia juntamente com o projeto de construção da nação brasileira e seus símbolos. Este processo é fundamental posto que a prática da preservação funciona como instrumento de integração da população, inserida em um vasto território, a partir de sentimentos de identidade e pertencimento (Chuva, 2017a, p.23-24). Márcia Chuva localiza entre as décadas de 1930 e 1940 o momento de gênese deste patrimônio - quando o SPHAN definiu cerca de 40% do patrimônio nacional (até início do século XXI) e, deste modo, identificou a porção material da “história nacional” (2017a, p.24). Para a autora

os agentes do SPHAN construíram representações de um tempo originário e heroico da nação, forjando testemunhos materiais das origens nacionais. A nação foi, então, concebida indissolúvelmente ligada a um território limitado e a uma história particular. Esses objetos, monumentalizados, comporiam a coleção de semióforos formadora do “patrimônio nacional” e, como documentos, recriariam sua autenticidade (Chuva, 2017a, p.392).

Esse patrimônio homogeneizado, que se torna facilmente reconhecido e naturalizado, caracteriza-se por ser barroco - expressão esta que inseriu o Brasil no “mundo civilizado”, integrando-se à história da arte ocidental a partir da influência portuguesa (Chuva, 2017a, p.391-392). A consagração do colonial mineiro é baseada na perspectiva universalista da cultura e arte dos modernistas: o barroco era considerado como primeira expressão artística autenticamente nacional e que se relacionava, ainda, ao moderno – legatário das qualidades identificadas naquela produção arquitetônica originária, possuidor de “afinidades estruturais entre os princípios construtivos do período colonial” (Fonseca, 2017, p.115). Esta arquitetura se tornou referência para o restante do patrimônio, determinando uma “escala de

---

<sup>8</sup> REIS, José de Souza; SOEIRO, Renato. Informação 63: Forte de São Mateus - Est. Rio (Of. nº G-18 de 19.4.56 do Governador do Estado). In: IPHAN. *Processo 447-T-51*, f. 57, 24 abril 1956.

<sup>9</sup> ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Of. nº1.117. In: IPHAN. *Processo 447-T-51*, f. 62, 02 agosto 1957.

valores patrimoniais”, bem como se impôs, no quadro da memória nacional (Chuva, 2017a, p.76).

A atuação dos intelectuais da preservação e as seleções por estes realizadas se fundamentaram, igualmente, na visão de civilização material de Afonso Arinos de Melo Franco, que “considerava que a presença portuguesa predominava sobre as influências negra e indígena” (Fonseca, 2017, p.112).

Os bens tombados na década de 1950, na cidade de Cabo Frio, atestam que as práticas do DPHAN pouco mudaram depois do momento inicial. O Forte é um vestígio da ocupação colonial na cidade, e foi protegido - ainda que estivesse em avançado estado de ruína. Sua inscrição foi realizada no Livro Histórico, o que condiz com o caráter secundário deste Livro, destinado a bens valorizados pela antiguidade e não atribuídos dos puros valores artísticos (Chuva, 2017a, p.220). O Convento e Igreja, bem como a Capela, foram inscritos no Livro de Belas Artes. A construção do Convento é bastante posterior à do Forte, em outro momento do desenvolvimento da cidade – quando da mudança do centro urbano. Entretanto, ambos foram selecionados não pela relação com o território cabo-friense, mas por, à semelhança do colonial mineiro, serem atribuídos dos valores já estabelecidos pela instituição de preservação como qualificativos do patrimônio nacional; além de se enquadrarem na historiografia cuja materialização, no espaço, era feita através das obras de arquitetura de influência portuguesa, do período colonial.



**Figura 2: Forte São Matheus por Heaton e Rensburg. Fonte: Biblioteca Nacional, Gravura.**



**Figura 3: Convento de N. S. dos Anjos por Heaton e Rensburg. Fonte: Biblioteca Nacional, Gravura.**

A hierarquização dos Livros do Tombo se estabeleceu, segundo Chuva, a partir dos próprios procedimentos. O Livro de Belas-Artes (LBA) ficou reservado aos “bens considerados obras-de-arte – obras autênticas da produção artística originária da nação, em que o recorte privilegiado da arquitetura mineira colonial,

especialmente religiosa, foi consagrado” (Chuva, 2017a, p.219). Neste sentido, o Convento, mais íntegro que o Forte, e obra de arquitetura religiosa jesuítica – muito valorizada pelas suas formas sóbrias - foi inscrito no LBA. Este exemplar, além de atribuído de valores tais quais autenticidade e originalidade, integrava-se, também, ao quadro tipológico da arquitetura brasileira que se construía pelo DPHAN.

Já ao Forte, atribuiu-se o valor histórico, um valor secundário. Ademais, Chuva afirma que a este Livro se reservou

a ideia de repetição, isto é, de seleção de exemplares pertencentes a séries históricas, com a finalidade de documentá-las, assim como a de originário, que se pretendia alcançar em função da antiguidade do imóvel selecionado, mesmo que não contivesse dotes artísticos considerados de peso (Chuva, 2017a, p.221).

Neste sentido, os remanescentes do Forte, cujo próprio estado de conservação atestava o caráter de antiguidade, se enquadra numa série de fortificações do litoral brasileiro.

Apesar da “unidade paisagística”<sup>10</sup>, citada por Lucio Costa e Rodrigo M. F. de Andrade, entre o conjunto de edificações religiosas no Morro da Guia e a Ponta do Forte, a proteção recaiu sobre os bens individualmente, estabelecendo-os como monumentos pontuais, sem conexão entre si ou com o tecido urbano. Nem mesmo a Ponta do Forte, onde se assenta a ruína, ou o Morro da Guia foram protegidos; apenas as obras arquitetônicas.

Na década de 1950 a cidade de Cabo Frio começava a vivenciar o processo, que muito se aprofundaria nos anos seguintes, de demolições e alterações no casario da área central - ações especialmente ligadas à atividade turística e, posteriormente, à especulação imobiliária (Christovão, 2011, p.95-96). O tecido que conecta os dois pontos onde se localizam os monumentos preservados, cada qual em um extremo do centro urbano, não foi considerado enquanto objeto de proteção e modificou-se à revelia do tombamento dos bens do período colonial.

Estas arquiteturas são marcos de etapas distintas do desenvolvimento urbano da cidade: enquanto o Forte é testemunho do momento fundacional - instalado, tal qual o primeiro núcleo urbano, para fins de defesa do território e domínio das populações indígenas na empreitada colonial (Moreira, 2017) -, o Convento e Igreja são construídos após a transferência do centro para a atual praça da Matriz,

---

<sup>10</sup> COSTA, Lucio. Forte de São Mateus - Cabo Frio. In: IPHAN. Divisão de Estudos e Tombamento. *Processo 447-T-51*, f. 55, 01 junho 1951.

atuando, inclusive, como vetor de expansão da cidade (Cunha e Leite, 1987, p.22). Cabo Frio se desenvolveu, sobretudo, na flecha entre a praça e o Convento, tendo o Forte ficado por muitos anos abandonado e a ocupação da restinga, na área da praia, sido iniciada, apenas, na década de 1940 (Alves, 2015, p.139).

Estes bens, pinçados em função dos valores e características que o DPHAN considerava enquanto atributos dos “semióforos de uma grande coleção espalhada no território” nacional (Chuva, 2017a, p.62), pouco se conectavam espacialmente, sobretudo porque o tecido urbano que os contextualizava, que testemunhava os processos de desenvolvimento da cidade, foi desconsiderado. A unidade paisagística, notada em 1951, faz-se, ainda hoje, de difícil percepção.



**Figura 4: Fotografia aérea com bens tombados, nos anos de 1956 e 1957, na cidade de Cabo Frio.**

01 - Remanescentes do Forte de São Matheus, 02 - Capela de Nossa Senhora da Guia e 03 - Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos. Imagem do Google Earth alterada pela autora.

Apenas oito anos após a inscrição da Capela de Nossa Senhora da Guia e do Convento de Nossa Senhora dos Anjos no LBA, o Diretor Executivo do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro – Aloysio de Paula – escreveu ao Diretor do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional solicitando o tombamento paisagístico de Cabo Frio. Seus argumentos vão desde demolições que se efetuam na cidade de “edifícios de incomparável beleza, como foi o caso da Cadeia Pública, arrasada para, em seu lugar, ser construído um mictório, que também depois foi arrasado”<sup>11</sup> até a construção de casas em terrenos vizinhos ao Convento, de edifícios na orla e mesmo a destruição de dunas. Conclui o pedido reiterando

todos esses fatos e muitos outros que poderíamos acrescentar, impõem a necessidade de ser feito o tombamento da paisagem de uma cidade que guardou intacta sua natureza até bem poucos anos e que, subitamente, está ameaçada de ser irreparavelmente recuperada, amanhã, quando houver um critério mais assentado a respeito da preservação da nossa natureza<sup>12</sup>.

Neste pedido a principal justificativa é a ameaça da perda: diante de uma cidade que se modificava e desenvolvia rapidamente, o Diretor do Museu de Arte Moderna escreveu ao DPHAN, alegando que, entre os objetivos da respectiva Diretoria, constava a “preservação da paisagem brasileira, no sentido de evitar sua deturpação”<sup>13</sup>. Desde este momento, até a década de 2010, a maioria das solicitações de tombamento na cidade se utilizaram da destruição como uma ameaça iminente enquanto argumento discursivo à proteção.

O risco de destruição é uma constante nas justificativas à preservação no Brasil, especialmente diante da aceleração dos processos de urbanização das cidades e da globalização. Neste sentido, Gonçalves afirma que a perda não se caracteriza por ser exterior ao discurso, mas sim um princípio estruturador das narrativas preservacionistas - fundamentado na visão que

o presente, assim como tudo o que é espacialmente próximo, aparecerá corroído por um processo de perda oposto àquela situação original – distante no tempo ou no espaço – definida por coerência, integridade e continuidade. Os efeitos desse esquema de pensamento em termos de práticas envolvendo os chamados patrimônios culturais será o de desenvolver um interminável trabalho de resgate, restauração e preservação de fragmentos visando a restabelecer uma continuidade com aquela situação originária. Embora haja um lamento constante em relação a esse processo de fragmentação e perda, ele, na verdade, não é apenas um fato exterior ao discurso, mas algo que coexiste com o esforço de preservação tal como aparece nos discursos sobre patrimônio cultural (Gonçalves, 1996, p.23).

Este discurso da perda foi instrumentalizado pelos distintos projetos de

---

<sup>11</sup> PAULA, Aloysio de. [Correspondência]. In: IPHAN. *Processo 757-T-65*, v. 1, f. 1, 16 fevereiro 1965.

<sup>12</sup> *Ibid.*, f. 1.

<sup>13</sup> *Ibid.*, f. 1.

construção do patrimônio nacional (Gonçalves, 1996, p.114), ainda que assentado na ideia da “existência de um patrimônio substantivo, integrado e dotado de fronteiras bem delimitadas” (Gonçalves, 1996, p.107). Contudo, é a seleção e a preservação que determinam o que é patrimônio e que, por conseguinte, não pode ser destruído. A perda, utilizada como motivação à patrimonialização de diversos bens na cidade de Cabo Frio, e em todo país, é, não anterior, mas “um dos seus efeitos mais notáveis” (Gonçalves, 1996, p.107) - posto que o tornar-se patrimônio pode, mesmo, impor o apagamento ou esquecimento de alguns sentidos.

Em resposta à solicitação de Aloysio de Paula, Rodrigo M. F. de Andrade requisitou ao arquiteto Paulo Thedim Barreto, chefe da Seção de Arte da Divisão de Estudos e Tombamento, um parecer “acerca do cabimento e da conveniência do tombamento paisagístico da cidade de Cabo Frio, pleiteando no presente processo, com fundamento no interesse público, pelo Ilmo. Sr. Doutor Aloysio de Paula”<sup>14</sup>.

Este documento, elaborado pelos arquitetos Paulo Thedim Barreto e Augusto da Silva Telles foi finalizado apenas um mês depois da solicitação. O parecer, de cerca de cinco páginas de texto e papel fundamental no processo de desenvolvimento da cidade de Cabo Frio, responde a quatro questões sobre o traçado urbano, as áreas edificadas, as edificações e a paisagem enquanto atribuídos de valores que justificassem o tombamento em conjunto.

A avaliação do traçado da cidade foi elaborada a partir de um exame in loco, e de planta, sob guarda da Biblioteca Nacional, de, provavelmente, meados do século XIX. Com base no processo de urbanização, os arquitetos concluíram que “é claro que o desenvolvimento urbano de Cabo Frio foi feito com o sacrifício cênico-paisagístico, o que, a nosso ver, impede o tombamento da cidade, em conjunto”<sup>15</sup>.

Esta compreensão do desenvolvimento da cidade enquanto responsável por perdas está alicerçada, não somente, na perspectiva do tempo presente como agente de destruição, como também, da cidade enquanto um monumento; e não na visão - que anos mais tarde seria reivindicada pela história e mesmo pelo IPHAN - da cidade enquanto documento. Esta última entende que as modificações e alterações sobre o primitivo, o original, não são apenas descaracterizações que imputam em perda de valor, mas testemunhos de um processo de desenvolvimento

---

<sup>14</sup> ANDRADE, Rodrigo M. F. de. [Correspondência]. In: IPHAN. *Processo 757-T-65*, v. 1, f. 2, 15 maio 1965.

<sup>15</sup> BARRETO, Paulo Thedim; TELLES, Augusto da Silva. Pedido de tombamento da cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro. In: IPHAN. *Processo 757-T-65*, v. 1, f. 4, 22 junho 1965.

contínuo, vivo, que não permaneceu cristalizado em determinado momento (Motta, 2012).



**Figura 5: Planta de Cabo Frio [1861]. Extraída da Carta Corographica da Província do Rio de Janeiro. Fonte: Biblioteca Nacional, Cartografia.**

A segunda e terceira questões examinaram a área edificada e a existência, ou não, de número suficiente de construções com requisitos que justificassem o tombamento em conjunto. Os arquitetos afirmaram que

em todas as áreas edificadas os sistemas tradicionais já foram sobrepujados por inumeráveis e desorientadas construções, quer desfiguradas ou novas, perdendo-se, conseqüentemente, a unidade arquitetônica do conjunto e a de cada uma por si. E recentemente vem sendo construídos, sem distinção, alguns edifícios com 13,50 mts de altura, em obediência a novo gabarito, construções que rompem o céu com prejuízo da escala urbanística tradicional. Por estas mesmas razões, até a praia oceânica, primor de dunas que ocultavam a cidade, perdeu o seu perfil. De modo geral, as áreas edificadas tornaram-se inexpressivas e sem requisitos que justifiquem o tombamento em conjunto<sup>16</sup>.

Os técnicos recorreram, ainda, à Memória Histórica da Cidade de Cabo Frio, de 1797, para entender como eram as primeiras casas, declarando, então, que “dessas pouquíssimas casas subsistentes perdem-se no meio do casario novo ou

<sup>16</sup> Ibid., f. 4.

alterado e não têm valor excepcional. Quase o mesmo ocorre com o resto das edificações oitocentistas”<sup>17</sup>. Esta resposta, como também a utilização da planta do século XIX, demonstram que os requisitos que justificavam um tombamento estavam relacionados ao primitivo, à esta busca do original distante no tempo. A história da cidade era, basicamente, interpretada a partir da história de sua arquitetura (Fonseca, 2017, p.213). Uma vez que grande parte do casario ainda existia na década de 1960, com volumetria bastante expressiva, e que as chamadas desfigurações eram, em sua maioria, adaptações ao estilo eclético - como construção de platibandas e inserção de ornamentos nas fachadas -, o que se verifica é que, como em diversas vezes, o DPHAN interpretou o eclético a partir da visão modernista de que este se tratava de uma expressão degenerada (Chuva, 2017a, p.214). A este respeito, Ribeiro afirma que apenas às cidades de “maior integridade arquitetônica” era reservado este tombamento em conjunto (2007, p.91).

A última questão se debruça sobre a paisagem e sobre sua conservação. Reafirmando, mais uma vez, que o tombamento do conjunto não era recomendável, Paulo Thedim Barreto e Augusto da Silva Telles sugeriram a proteção das “áreas ao redor de monumentos já tombados”<sup>18</sup>, ressaltando, ainda, que apesar do processo 447-T, de 1951, citar os conjuntos da Ponta do Forte e do Morro da Guia, estes “não foram de fato registrados no L<sup>o</sup>. Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico”<sup>19</sup>.

Na década de 1960 o tema da proteção da ambiência, da vizinhança dos monumentos foi bastante discutido e documentos internacionais, tais quais a Recomendação de Paris quanto a proteção da beleza e do caráter das paisagens e sítios (1962), a Carta de Veneza (1964) e as Normas de Quito (1967), influenciaram as práticas de preservação no Brasil. Neste sentido, o tombamento das áreas onde se localizam os monumentos barrocos é como uma reinterpretação destas primeiras proteções, à luz das discussões e ampliações no campo do patrimônio.

Recomendou-se, então, uma ampliação dos tombamentos realizados na década de 1950 por meio da inclusão das áreas circundantes dos bens já protegidos: do penedo sobre o qual está o Forte, contido em circunferência de raio de 500m e centro na fortificação; do adro e da área livre em frente ao Convento, incluindo o Largo de Santo Antônio e o Morro da Guia, além de uma faixa de 100m em volta desta elevação - especificada como *non aedificandi*<sup>20</sup>.

---

<sup>17</sup> Ibid., f. 5.

<sup>18</sup> Ibid., f. 5.

<sup>19</sup> Ibid., f. 6.

<sup>20</sup> Ibid., f. 6-7.

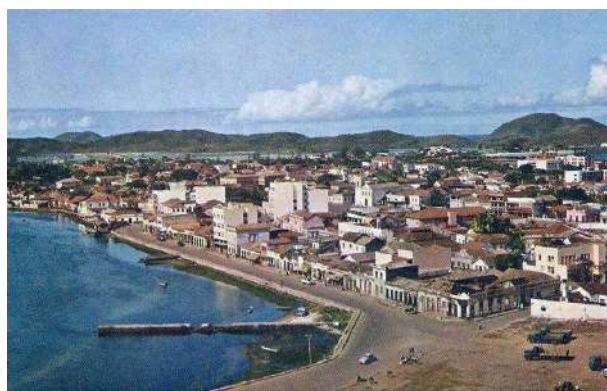


Além disso, os técnicos informaram que uma caixa de abastecimento fora construída no morro - e que esta poderia ser disfarçada com arborização -, que atrás do convento havia uma casa de vigia e pequena favela - que precisariam ser removidas -, que em frente ao convento funcionava uma feira livre - que deveria ser transferida -, e que havia um projeto de rodoviária, por parte da prefeitura, no Largo de Santo Antônio, e que esta comprometeria o conjunto do Morro da Guia<sup>21</sup>.

O parecer traz, também, algumas fotografias. Destaca-se a panorâmica a partir da Capela de Nossa Senhora da Guia, na qual é possível observar que, apesar da presença de alguns edifícios de gabarito destoante, grande parte do casario estava preservada.



**Figura 6: Avenida Assunção em fins da década de 1960. Fonte: Página Memorial Cabo Frio, no Facebook.**



**Figura 7: Centro de Cabo Frio em fins da década de 1960. Fonte: Página Cabo Frio Histórico, no Facebook.**

O parecer técnico se configura como um documento de fundamental importância, posto que suas recomendações - a partir de critérios estéticos, ancoradas na visão de história e de patrimônio do DPHAN - e, sobretudo, sua negativa à criação de um conjunto arquitetônico se fizeram determinantes no processo de desenvolvimento da cidade. A rejeição de todo o tecido urbano, central, que conecta os dois núcleos - Forte e Convento - permitiu que esta porção se modificasse ao ritmo da especulação imobiliária ligada à atividade turística. Os bens tombados, pinçados no território, permaneceram protegidos, assim como suas respectivas áreas de entorno imediato; quase como cristalizados. Contudo, ao se produzir este patrimônio - e seus valores atribuídos -, delimitou-se, também, o que poderia ser descartado.

O quadro de funcionários do DPHAN era formado, majoritariamente por

---

<sup>21</sup> Ibid., f. 7.

arquitetos - tais quais Paulo Thedim Barreto e Augusto da Silva Telles -, tanto na Seção Técnica quanto nas representações regionais (Chuva, 2017a, p.201). A hegemonia desses profissionais levou a uma percepção de que os respectivos eram os mais adequados a lidarem com as questões patrimoniais (Chuva, 2017a, p.209), assim como ao predomínio de uma perspectiva estética (Fonseca, 2017, p.120). Como resultado, uma maioria de bens edificados foi alçada à categoria de patrimônio nacional (Chuva, 2017a, p.211), da mesma forma que o prezar pela “obra de arte arquitetônica” ocasionou o desprezo por expressões que estes técnicos entendiam como produções espúrias, tal qual o eclético (Chuva, 2017a, p.214).

Márcia Chuva aponta que no processo de criação do patrimônio nacional

o passado resgatado não poderia jamais tratar do que fosse imediatamente anterior ao tempo presente que se queria negar – um quase presente -, e, nessa relação dada pela ruptura, era preciso que entre os dois acontecimentos não houvesse nenhuma causalidade (Chuva, 2017a, p.42).

Assim sendo, entre o modernismo e o barroco – testemunho deste tempo originário e remoto - não se valorizava nenhuma continuidade; o que é observável na postura dos técnicos, na década de 1960, quando se desvaloriza todo o desenvolvimento urbano e as arquiteturas a posteriori do momento “fundador”. O estilo eclético, da maior parte do casario no centro, era considerado uma “não arquitetura” (Fonseca, 2017, p.202), fruto de uma “importação” cultural. A negativa ao tecido urbano é, portanto, resultado da interpretação que seu valor expressa no parecer, a partir da visão institucional dos atributos do patrimônio nacional, de ruptura entre o colonial até o modernismo, da cidade enquanto obra de arte, de desprezo pelo eclético.

Rodrigo M. F. de Andrade encaminhou a Lucio Costa, Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos, o parecer dos arquitetos Paulo Thedim Barreto e Augusto da Silva Telles, solicitando o pronunciamento deste para a instrução do processo. Lucio Costa respondeu que “parece evidente que a solução cabível, no caso, é a demarcação ampliada”<sup>22</sup>. Em uma observação afirma que

para garantir o caráter paisagístico peculiar circunvizinho as áreas delimitadas pela extensão do tombamento, e preservar-lhes o valor turístico, sugiro estabelecer de comum acordo com a municipalidade, como norma urbana geral, a concessão de licença para obras unicamente a construções

---

<sup>22</sup> COSTA, Lucio. [Correspondência]. In: IPHAN. Divisão de Estudos e Tombamento. *Processo 757-T-65*, v. 1, f. 11, 29 junho 1965.

térreas ou de sobrado, com eventuais sótãos, seteiras e latadas, tudo caiado de branco à moda de Algarve<sup>23</sup>.

Esta sua preocupação - ainda que estritamente estética - com o casario no entorno dos bens, que conectava, inclusive as duas áreas, não foi levada a diante.

Cerca de um mês e meio depois, em carta adereçada a Rodrigo M. F. de Andrade, o engenheiro Coimbra Bueno solicitou a “preservação do grande valor paisagístico representado pela orla da “Praia do Pontal”, em Cabo Frio”<sup>24</sup>. Coimbra Bueno informou que conduziu os estudos para o Plano Diretor de Cabo Frio e que este era “limitado, então, ao núcleo urbano existente e seu desenvolvimento em futuro próximo”<sup>25</sup>. Apesar das recomendadas revisões quinquenais não terem sido feitas, o engenheiro afirmou que o desenvolvimento urbano seguia, ainda, as linhas mestras do plano - que reconhecia o mar como elemento principal e levava em conta as brisas marítimas. Acrescentou que, além destas condições climáticas, a natureza propiciou a formação de “uma obra prima com a alvura das areias entre o azul do mar e o verde da vegetação”<sup>26</sup>. Argumentou que apesar do Plano Diretor ter garantido a perspectiva das dunas, “os homens têm mutilado essa joia, e novas tentativas de mutilação estão em curso”<sup>27</sup>, com a construção de edifícios, e que medidas de proteção são primordiais “agora, de imediato, para evitar o irremediável”<sup>28</sup>.

O conselheiro Paulo Ferreira Santos recebeu o processo e defendeu que se tombasse a paisagem da cidade de Cabo Frio e a orla da Praia do Pontal. A partir do relatório técnico, da sugestão de Lucio Costa, das fotografias e plantas da cidade afirmou que “o desenvolvimento urbano de Cabo Frio a partir da 2ª metade do século XIX foi feito com sacrifício paisagístico da primitiva cidade seiscentista e setecentista”<sup>29</sup>, numa clara delimitação temporal sobre quais expressões arquitetônicas e organização urbana eram válidas enquanto alvo de proteção. De mesmo modo, o que não era excepcional - ainda que um testemunho desse momento originário - não era, também, considerado: “as pouquíssimas casas subsistentes de sistemas tradicionais, estão perdidas em meio ao casario novo ou

---

<sup>23</sup> Ibid., f. 11.

<sup>24</sup> BUENO, Abelardo Coimbra. Ref. Patrimônio paisagístico de Cabo Frio. In: IPHAN. *Processo 757-T-65*, v. 1, f. 13, 16 agosto 1965.

<sup>25</sup> Ibid., f. 13.

<sup>26</sup> Ibid., f. 13.

<sup>27</sup> Ibid., f. 13.

<sup>28</sup> Ibid., f. 13-14.

<sup>29</sup> SANTOS, Paulo. Sugestão de tombamento: a)- da Cidade de Cabo Frio; b)- da orla da Praia do Pontal, na mesma Cidade. In: IPHAN. *Processo 757-T-65*, v. 1, f. 19, 1966.

alterado, e não têm valor excepcional”<sup>30</sup>.

Sugeriu, ratificando o parecer dos arquitetos, que se tombasse as áreas da cidade “ao redor de monumentos já tombados”<sup>31</sup>. Contudo, recomendou, também, que se adotasse medidas complementares: que se pedisse à municipalidade uma planta atualizada, sobre a qual se pudesse delimitar estas áreas; que se criasse, pelo município, uma norma que atendesse à sugestão de Lucio Costa, limitando as novas construções à térreas ou sobrados, todas caiadas de branco - afirmou que esta teria especial importância, posto que “por si só mudará completamente o aspecto da Cidade – como aconteceu com Faro e Olhão no Sul de Portugal, ambas com algum interesse de conjunto, mau grado a arquitetura bastarda que nelas predomina”<sup>32</sup>.

O conselheiro Miran Latif pediu vista do processo, o que levou ao adiamento de seu julgamento. Em setembro de 1966, este apresentou relatório com proposição de tombamento da faixa litorânea do Plano Diretor, “isto é a faixa entre a avenida Parque Litorâneo e o mar e que esta faixa fosse prolongada com a largura de 150 metros no mínimo até encontrar a estrada que segue rumo ao Arraial do Cabo”<sup>33</sup>. Além disso, sugeriu que “fosse considerado non edificandi o morro do Telégrafo, que, do outro lado do canal, serve de fundo de cena à cidade e clama, no seu descalvado, por reflorestamento de pau brasil”<sup>34</sup> e também “os baixios a serem aterrados como acrescidos de marinha quando da regularização das margens do canal de acesso à lagoa que o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais tem em vista”<sup>35</sup>. Ou seja, o conselheiro recomendou o acréscimo de três áreas aos tombamentos já sugeridos nos pareceres. Julgou, contudo, que a proposta de Lucio Costa era ótima, “mas infelizmente platônico demais para ser tomado na devida consideração pelas autoridades municipais do local”<sup>36</sup>.

Por fim, o Conselho decidiu pela inscrição do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Este conjunto se constitui das áreas sugeridas pelo conselheiro Miran Latif e da extensão no entorno dos monumentos protegidos na década de 1950, como recomendado no parecer de Paulo Thedim Barreto e Augusto da Silva Telles. O que se observa é um processo

---

<sup>30</sup> Ibid., f. 19.

<sup>31</sup> Ibid., f. 19.

<sup>32</sup> Ibid., f. 20.

<sup>33</sup> LATIF, Miran. [Relatório]. In: IPHAN. *Processo 757-T-65*, v. 1, f. 25, 30 setembro 1966.

<sup>34</sup> Ibid., f. 25.

<sup>35</sup> Ibid., f. 25.

<sup>36</sup> Ibid., f. 25.

de seleção - em meio ao tecido urbano - de objetos atribuídos de valor para a coleção nacional de bens patrimoniais. Estas manchas, sobre a cidade, pouco ou mal se relacionam, e a medida que propiciaria esta mediação - entre o que é preservado e as demais áreas na região central -, sugerida por Lucio Costa, ao ser desconsiderada, contribuiu para que, contemporaneamente, a cidade apresente uma fragmentação, tanto visual quanto em aspectos qualitativos, entre estes setores diversos.

Desde que a atividade turística começou a se estabelecer na cidade, a especulação imobiliária se converteu num grande agente de transformação da paisagem, especialmente nas valorizadas áreas do centro, praia e antigas salinas<sup>37</sup>. A principal motivação para pedidos de proteção na cidade passou a ser, desde então, a ameaça da perda. É importante salientar que mesmo o patrimônio era compreendido como um ativo pela FLUMITUR – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – que utilizou certidões de tombamento do IPHAN na elaboração de estudos para Cabo Frio (Pimenta, 2015, p.36). Contudo, a gestão da paisagem e do território urbano municipal não cabem, somente, às políticas de preservação: se a ampliação do tombamento federal permitiu que o Forte e o Convento sejam, hoje, melhor compreendidos em seus contextos - em relação ao relevo e à natureza a sua volta -, assim como protegeu atributos da faixa litorânea, e do Morro do Telégrafo, o mesmo não se pode afirmar sobre o interstício entre essas áreas, onde o planejamento urbano e as construções se baseiam, ainda, numa visão de progresso e desenvolvimento que não leva em conta aspectos como a qualidade do ambiente, os significados e valores ligados à memória e identidade.

A inscrição de conjuntos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico se tornou mais comum a partir dos anos de 1970 (Ribeiro, 2007, p.77). Ribeiro aponta que, anteriormente, a adoção do termo paisagístico no processo de patrimonialização de um conjunto era, basicamente, uma forma de proteger cidades consideradas já deturpadas ou modestas - para serem inscritas no LBA -, além de estratégia para incluir áreas exteriores ao conjunto arquitetônico, como a orla, no caso de Olinda (Ribeiro, 2007, p.84-85).

Em outros casos a paisagem era compreendida enquanto atribuída de valor por ser “uma moldura do bem mais importante, o arquitetônico” (Ribeiro, 2007, p.88):

Nesse sentido, um importante monumento construído tem sua relevância

---

<sup>37</sup> A este respeito ver Christovão, 2011.

aumentada através da associação com a paisagem que o envolve, ampliando seu caráter de excepcionalidade. No entanto, a paisagem nessa interpretação ainda é algo extrínseco ao bem. Embora a relação entre ambos seja reconhecida, a paisagem só ganha valor a partir de sua associação com o bem arquitetônico principal, seja ele uma única construção ou um conjunto (Ribeiro, 2007, p.88).

O processo de criação deste patrimônio, nomeado Conjunto Paisagístico de Cabo Frio, se fundamentou na visão da paisagem enquanto moldura cênica dos bens arquitetônicos - um pano de fundo indissociável destes bens materiais. A solicitação do engenheiro Coimbra Bueno e, posteriormente, a iniciativa do conselheiro Miran Latif, levaram à incorporação, no conjunto, de mais três áreas. Estas não se configuram como envoltórias de arquiteturas monumentais, mas, assim como em outros processos, o DPHAN pôde incluir num conjunto paisagístico áreas não contíguas aos bens “principais”.

Da mesma forma que os bens patrimonializados assumiam um caráter sagrado - que deveria ser protegido, sacralizado -, o que estava à sua volta apresentava-se enquanto profano, que poderia contaminar o primeiro (Chuva, 2017a, p.380). Este pensamento se mantém ainda na década de 1960, quando, na criação do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio - que se configura, basicamente, como uma ampliação dos primeiros tombamentos na cidade -, rejeita-se todo o tecido que havia se modificado, ou seja, que estava deturpado.

O que antes eram pontos pinçados no centro cabo-friense, monumentos protegidos por integrarem a coleção de semióforos da nação, tornou-se um conjunto de setores onde a paisagem – cujo principal atributo é ser moldura destes primeiros bens – foi também alvo de preservação. Além destes, incluiu-se a faixa litorânea e os aterrados de marinha, cujos valores atribuídos em pouco ou nada se assemelham às primeiras áreas.

Pode-se afirmar que os processos históricos da cidade pouco influenciaram nas decisões relativas às seleções: elegeu-se bens que se enquadravam na visão hegemônica do que era o patrimônio nacional, desconsiderando o tecido envoltório - que os conectava fisicamente e, mesmo, conferia mais sentido à experiência local. Desenhou-se sobre um tecido urbano vivo, em franco processo de modificação - impulsionado pela atividade turística - manchas a sacralizar, proteger, sem levar em conta que a criação dos valores que se deseja perpetuar implica, também, em descarte daquele que não compartilha destes valores. A omissão do poder municipal enquanto um agente que poderia, especialmente, regular os processos de verticalização, expansão e desenvolvimento urbano, levando em consideração

identidades locais, determinou que o que fora, uma vez, considerado sem valor pelo DPHAN, só se adulterasse cada vez mais profundamente.



**Figura 8: Fotografia aérea com Conjunto Paisagístico de Cabo Frio, como inscrito em 1967, e demais bens tombados pelo IPHAN.**

01 - Remanescentes do Forte de São Matheus, 02 - Capela de Nossa Senhora da Guia e 03 - Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos. Imagem do Google Earth alterada pela autora.

## **2.2 A descentralização e os novos discursos: os patrimônios estadual e municipal**

Grandes mudanças no modelo de desenvolvimento do país aconteceram nos anos de 1950 e 1960, com intensificação dos processos de urbanização e industrialização; o que levou a conflitos, especialmente na preservação de centros históricos de grandes cidades (Fonseca, 2017, p.150). O DPHAN buscou, então, atuar de uma forma conciliadora - fosse interpretando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, fosse como indicadores ao desenvolvimento apropriado (Fonseca, 2017, p.151).

Em 1965, Rodrigo M. F. de Andrade solicitou apoio à UNESCO, considerando

que ampliar o acervo era imprescindível ao desenvolvimento da atividade turística assim como associar a proteção ao planejamento urbano – a cidade começava a ser compreendida não mais como obra acabada, mas sim na qualidade de objeto socialmente construído (Motta, 2000, p.42). Um ano depois Michel Parent, consultor da UNESCO, veio ao país e suas recomendações engendraram a política de descentralização (Motta, 2000, p.45).

Contudo, até mesmo Parent, em seu relatório, selecionou apenas monumentos semelhantes aos já consagrados (Motta, 2000, p.46), afinal, buscava também avaliar as ações realizadas pelo DPHAN e a compatibilidade destas com o programa de turismo relacionado ao patrimônio cultural da UNESCO (Leal, 2008, p.30). Em Cabo Frio, o consultor destacou que o “interesse arquitetônico está longe de se igualar ao de Parati” (Leal, 2008, p.78) e citou, como interessantes, bens tombados, além do casario defronte ao convento – que, embora alterado, “um arquiteto hábil poderia tirar partido para reestruturar o conjunto” (Leal, 2008, p.79) -, e das edificações no centro, ressaltando que “existem poucas construções modernas com andares” (Leal, 2008, p.79) e que a praça se mantinha conservada.

Apesar de interpretar como atribuídos de valor bens arquitetônicos já protegidos e enquadrados na visão hegemônica de patrimônio - posto que analisava, principalmente, como proteger e promover este patrimônio na qualidade de ativos ao turismo -, o consultor evidenciou certa homogeneidade do conjunto central e o bom estado de conservação da praça. Neste sentido, sua visão se distancia daquela dos técnicos Paulo Thedim Barreto e Augusto da Silva Telles que, apenas um ano antes à visita do consultor, já haviam decretado que todo o conjunto construído era inexpressivo.

Em 1970 realizou-se, seguindo recomendação do consultor da UNESCO quanto à descentralização, a Reunião dos Governadores de Estado. A partir deste evento, escreveu-se o Compromisso de Brasília, cujo objetivo era refletir sobre a necessidade de uma atuação complementar na proteção do patrimônio nacional. Recomendava-se, em suma, que os estados e municípios também se ocupassem da preservação, sob orientação do DPHAN, criando, quando necessário, instituições e legislações específicas para proteger o patrimônio regional (Fonseca, 2017, p.151-152).

Dentre as medidas sugeridas, destaca-se a criação de órgãos estaduais e municipais associados aos Conselhos Estaduais de Cultura e ao DPHAN, de serviços de preservação da natureza em âmbito estadual, de legislação adequada,



de museus regionais, além do estabelecimento de cursos para formação de mão-de-obra, da inclusão, no currículo escolar, de disciplinas relacionadas ao conhecimento e à preservação do patrimônio nacional, da participação das universidades no que tange à pesquisa e da recomendação que em imóveis públicos, atribuídos de valores históricos e artísticos, se implantassem casas de cultura ou departamentos ligados à atividades culturais (Iphan, 1970).

Apesar de incumbir a preservação dos bens atribuídos de valor regional aos estados e municípios,

a referência ao valor regional não vinha acompanhada de qualquer definição a seu respeito e vinculava as ações de sua proteção à orientação do IPHAN, demonstrando a importância de seu controle sobre os critérios de seleção de valores culturais como patrimônio (Motta, 2000, p.44).

Um ano depois, outra Reunião foi realizada, resultando no Compromisso de Salvador, que trouxe medidas mais específicas. Este documento ratificou o Compromisso de Brasília, preconizou a criação do Ministério da Cultura e, nos estados, de secretarias ou fundações, expressou preocupação com a ambiência – aconselhando a elaboração de legislação complementar, de modo a “ampliar o conceito de visibilidade de bem tombado” (Iphan, 1971, p.2). Sugeriu que planos diretores e demais obras que interferissem em áreas e bens atribuídos de valor dispusessem de orientação do IPHAN e demais órgãos da área. Teceu comentários sobre a necessidade para que recursos fossem destinados ao IPHAN, na sua reestruturação, e, ainda, sobre a importância da participação dos órgãos ligados ao turismo na divulgação e valorização dos bens culturais, dentre outras recomendações (Iphan, 1971).

Em 1975, o Ministério da Educação e Cultura lançou a Política Nacional de Cultura - primeiro documento, neste campo, a normatizar diretrizes e prever parcerias entre órgãos públicos distintos -, na qual o “pluralismo cultural” vinculava-se à “diversidade regional”, sendo objeto de ação do Estado. Esta reforçou os enunciados do Compromisso de Brasília: “era preciso procurar nas regiões o que havia de plural e diverso na cultura brasileira em relação ao que já era consagrado” (Motta, 2000, p.60).

Desde a década de 1960, a noção de patrimônio foi se transformando - a partir de discussões especialmente relacionadas às Cartas e Recomendações, como a de Veneza (1964) -: afastando-se da ideia de unidade e se aproximando do conceito antropológico de cultura. Neste sentido, a história e as ciências sociais se

aproximavam e a historiografia, especialmente francesa, se voltava aos estudos sobre aspectos das culturas humanas, distanciando-se da história factual (Chuva, 2017b, p.81).

Além disso, Márcia Chuva afirma, a partir da interpretação de Hobsbawm sobre o século XX, que, entre os anos de 1970 e 1980, a crise do capitalismo levou a um enfraquecimento dos Estados nacionais e, em seguida, a um fortalecimento de recortes identitários diversos, como o religioso, étnico, entre outros. Este contexto determinou uma reconfiguração das identidades nacionais e que novos bens, práticas e saberes pudessem ser compreendidos como patrimônio cultural (Chuva, 2012, p.157).

A ampliação da noção de patrimônio, no Brasil, levou à uma contestação da proteção quase exclusiva dos testemunhos da elite, e vinculou, também, esta prática à cidadania e ao desenvolvimento, especialmente no contexto de abertura política (Fonseca, 2017, p.20). O IPHAN, sob gestão de Aloísio Magalhães - após fusão com o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), passou a integrar sociólogos, educadores, historiadores e economistas em seus quadros profissionais (Chuva, 2017b, p.82). Houve um expressivo ressurgimento de organizações de bairro, movimentos sociais e de movimentação política da classe média (Motta, 2000, p.54-55). O patrimônio foi apropriado enquanto instrumento de resistência à especulação imobiliária (Motta, 2000, p.56), de valorização de minorias e seus saberes, religiosidade, expressões (Chuva, 2017b, p.83).

Um novo discurso foi elaborado, a partir, principalmente, da categoria de referência cultural. Almejava-se “construir um patrimônio com o qual o cidadão se identificasse” (Motta, 2000, p.59), atribuído de valor regional, local e comunitário, que fosse representativo da diversidade cultural brasileira. Contudo, para Lia Motta,

esse novo discurso tinha como projeto a construção de outro patrimônio. Entretanto, não foi capaz de transformar as práticas tradicionais de seleção e proteção dos bens culturais. Predominaram os padrões estético-estilísticos e de excepcionalidade à semelhança daqueles implantados pelos modernistas (Motta, 2000, p.17).

O primeiro órgão estadual de preservação do patrimônio cultural, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHA), foi instituído no ano de 1964, através do decreto nº 346. No ano seguinte, a DPHA realizou seu primeiro tombamento, do Parque Lage – inovando por reconhecer valor atribuído à um bem de estilo eclético e, também, ao parque onde se localiza. Diferentemente

das seleções empreendidas em âmbito federal, bens, de características diversas, foram patrimonializados pela Divisão, como árvores, morros, parques e edifícios não coloniais. Tombamentos, estes, nos quais valores ecológico-ambiental e de referência cultural eram considerados (Peixoto, 1990, p.8).

Com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, em 1975, o DPHA transformou-se em Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) - cujo nome já imprime uma concepção mais abrangente “que corresponde também à rejeição do conceito excessivamente histórico e à substituição por uma noção maior que inclui a história como uma das possibilidades de interpretação do ente geral Cultura” (Peixoto, 1990, p.8-9).

Foram criadas três divisões no interior do Instituto: do Folclore, de Pesquisa de Manifestação Cultural e do Patrimônio Histórico e Artístico. Esta última “herdou do antigo órgão da Guanabara o nome e as atribuições” (Peixoto, 1990, p.9) e atuava em quatro linhas: Inventário do Acervo Cultural; estudo das possibilidades legais de preservação; trabalhos de restauração e divulgação do patrimônio.

No INEPAC, a busca pelo valor regional iniciou-se com a reflexão e crítica às práticas de seleção realizadas anteriormente, em âmbito federal (Motta, 2000, p.60). Além disso, o Instituto estava no centro de uma disputa simbólica de construção da identidade deste novo estado. Diante dos já numerosos tombamentos na cidade do Rio de Janeiro – federais e municipais -, o INEPAC direcionou seu olhar ao interior do estado, almejando construir uma identidade comum, que se diferenciasse da nacional (Teixeira, 2008, p.8). Neste sentido, o INEPAC construía o valor regional a partir do desejo de se distanciar da atuação federal.

As seleções realizadas a partir desta perspectiva, especialmente em relação ao patrimônio urbano, contemplaram exemplares de arquitetura mais modesta ou de períodos que não eram reconhecidos. Todavia, a relação destas edificações com a identidade regional não era evidente; na realidade, a ampliação se baseava, também, em aspectos estéticos, em uma historiografia da arquitetura (Motta, 2000, p.62). O próprio IPHAN, nos encaminhamentos de pedidos de tombamento aos órgãos regionais, realizava-os a partir da percepção que as edificações não eram atribuídas de um valor excepcional. O enunciado valor regional permanecia, também por parte deste Instituto - responsável por orientar os órgãos estaduais e municipais – sem ser devidamente conceituado (Motta, 2000, 62).

No que tange ao técnico encarregado de atuar nos procedimentos de patrimonialização, o INEPAC “não incorporou profissionais cuja formação

favorecesse a consolidação da ampliação de patrimônio para além do que havia sido consagrado pelo profissional arquiteto” (Motta, 2000, p.77). Já para o seu primeiro trabalho – o Inventário de Bens Imóveis de Interesse Histórico e Artístico – contratou uma maioria de arquitetos, bem como predominou, em sua direção e no quadro técnico, este profissional (Motta, 2000, p.77).

O Inventário de Bens Imóveis buscava identificar os valores regionais a partir da chave dos “ciclos econômicos”, dos aspectos geográficos e das fases da administração pública. Para isso, debruçou-se sobre lugares importantes à formação do estado e selecionou edificações exemplares da historiografia da arquitetura, valorizando imóveis, sobretudo, de estilo eclético (Motta, 2000, p.84-85). Trinta e oito edificações foram protegidas a partir deste inventário, todas “excepcionais ou monumentais em seus contextos” (Motta, 2000, p.85).

Segundo Peixoto, estes primeiros tombamentos “asseguraram a preservação dos “rejeitados” do órgão federal” (Peixoto, 1990, p.9). Neste sentido, o Charitas foi o primeiro bem patrimonializado em Cabo Frio pelo Instituto estadual. Pinçado na área central da cidade, toda, anteriormente, rejeitada pelo IPHAN quando da formação do conjunto paisagístico, o edifício da antiga Casa de Caridade é de estilo neoclássico, do período oitocentista e monumental em relação a sua vizinhança.

O processo de tombamento do edifício da Charitas teve início em dezembro de 1978 e possui como documento que subsidia sua proteção um relatório realizado pelo arquiteto Alfredo de Sá Earp Hertz, em março do mesmo ano. O arquiteto descreve a edificação afirmando que a mesma é, provavelmente, a última etapa de um processo construtivo que se realizou em três fases, a saber: fachadas laterais, de fundos e bloco onde se localizam a capela e a sacristia, do século XVIII; fachada principal e complementação do edifício, em forma retangular, do período oitocentista; acréscimos nos fundos do terreno, já do século XX<sup>38</sup>. Estas informações compõem o histórico do imóvel e, como o restante da investigação sobre a edificação, foi realizado a partir de análise do próprio edifício – seus sistemas construtivos, estruturas, ornamentos.

O relatório discorre minuciosamente sobre as fachadas, esquadrias, pisos, elementos decorativos e, até mesmo, sobre os acréscimos realizados no século XX. Contudo, este documento, bastante detalhado quanto os aspectos estéticos da construção, em momento algum tece comentários sobre a utilização dos espaços -

---

<sup>38</sup> HERTZ, Alfredo de Sá Earp. Charitas - Cabo Frio: Projeto de Restauração. In: INEPAC. *Processo E-03/39.570/78*, f. 13-14, março 1978.

ainda que nomeie a sacristia e a capela -, não refletindo, assim, sobre a conformação espacial decorrente do uso original da edificação. Esta descrição estilística pormenorizada é mesmo característica a muitos dos processos de tombamento do Instituto, “podendo ser associada aos argumentos da excepcionalidade” (Motta, 2000, p.114).

Além deste relatório sobre o imóvel, há também um estudo preliminar para restauração e adaptação à função de museu – Museu Pancetti. Propunha-se intervenções de conservação e para manutenção de ordem estilística, além disso, sugeria-se que no hall de entrada se estabelecesse uma exposição documentando a restauração<sup>39</sup>. Na descrição das funções indicadas aos demais espaços não há, também, qualquer referência à história da edificação – evidenciando que a memória da Casa de Caridade, a biografia do bem, não fora considerada nem como motivação à sua proteção nem no projeto museológico.

Em parecer, de março de 1979, Lysia Bernardes, membro do Conselho Estadual de Tombamento, declarou que o inventário “embora sem incluir pesquisa documental sobre o imóvel é de boa qualidade técnica”<sup>40</sup> e argumentou, favorável ao tombamento, que era de interesse da prefeitura desapropriá-lo e instalar uma biblioteca pública. Enfim, o Conselho deliberou pela proteção do edifício e encaminhou, ao INEPAC, documento para que se estudasse “a adequação de se estabelecer uma área de tutela”<sup>41</sup>.

O Diretor do INEPAC – e presidente do Conselho Estadual de Tombamento, Alexander Nicolaeff - encaminhou a solicitação à Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, cujo diretor - Italo Campofiorito -, considerou desnecessário recomendar uma área de tutela além do quarteirão já protegido<sup>42</sup>. Em maio de 1988, o conselheiro representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Conselho Estadual de Tombamento foi o responsável pela indicação de uma área de proteção ambiental do edifício da Charitas.

Marcelo Moreira de Ipanema informou que havia visitado o prédio por diversas vezes bem como conversado com estudiosos locais. Propôs como área de proteção a quadra onde se localizava o prédio, na qual a volumetria de todos os imóveis deveria se manter tal como estava e qualquer projeto precisaria ser submetido ao Conselho para aprovação. Além disso teceu recomendações para

---

<sup>39</sup> Ibid., f. 26-30.

<sup>40</sup> BERNARDES, Lysia. Tombamento do Prédio da Charitas, na avenida Assunção nº 855, Município de Cabo Frio. In: INEPAC. *Processo E-03/39.570/78*, f. 37, 6 março 1979.

<sup>41</sup> NICOLAEFF, Alexander. [Ofício]. In: INEPAC. *Processo E-03/39.570/78*, f. 38, 7 março 1979.

<sup>42</sup> CAMPOFIORITO, Italo. [Ofício]. In: INEPAC. *Processo E-03/39.570/78*, f. 39, 2 julho 1979.

proteger o patrimônio de Cabo Frio, citando o Largo de São Benedito – que seria tombado apenas nos anos 2000 -, o Palácio das Águias, cujo pedido já havia sido feito pela comunidade, bem como alguns outros edifícios modestos que acabaram por ser tombados, no ano seguinte, pelo município<sup>43</sup>.

Este parecer foi encaminhado ao diretor do INEPAC, para realização de estudos e posterior avaliação pelo Conselho<sup>44</sup>. Em junho um ofício do diretor do Instituto foi enviado ao Conselho, informando que a referida solicitação aguardava oportunidade de prosseguimento na Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico<sup>45</sup>. Ainda hoje está grampeado, na capa do processo, lembrete de que este fora encaminhado ao INEPAC, para delimitação da área de ambiência, e fora devolvido sem a respectiva<sup>46</sup>.

O edifício da Charitas, além de nunca ter tido sua área de entorno delimitada, foi tombado graças aos seus atributos estéticos e estilísticos. Como a maioria dos bens selecionados pelo INEPAC no município, seu tombamento é, ainda, provisório. Esta não definição, pelo Conselho Estadual de Tombamento, de sua área de tutela permitiu que, atualmente, a edificação conviva na mesma quadra com um contrastante edifício de acabamento espelhado e 6 pavimentos.

O primeiro tombamento a partir de um valor regional, em Cabo Frio, diferencia-se por selecionar uma obra de estilo neoclássico. Em outras palavras, se o IPHAN havia rejeitado toda a arquitetura posterior ao século XVIII na cidade, o INEPAC a protegeu por seu valor atribuído enquanto exemplar de outra fase da historiografia da arquitetura. Contudo, esta ampliação tipológica se deu a partir de critérios estéticos - a cidade e o patrimônio, mais uma vez, eram compreendidos pela lente dos atributos artísticos.

O edifício da Charitas foi construído, aproveitando remanescentes de uma antiga edificação, para ser a Casa de Caridade de Cabo Frio. Todo o processo de estabelecimento de uma roda dos expostos e instituição hospitalar é bastante específico e se relaciona intimamente à história regional e da cidade, sobretudo quando se leva em conta que em todo o estado existiram apenas três rodas instaladas em Casas de Caridade – nas cidades do Rio de Janeiro, Campos dos

---

<sup>43</sup> IPANEMA, Marcello Moreira de. Indicação: de Marcello Moreira de Ipanema, Representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da área de proteção ambiental do prédio denominado “Charitas”, à Avenida Assunção em Cabo Frio. In: INEPAC. *Processo E-03/39.570/78*, f. 44-54, 31 maio 1988.

<sup>44</sup> MACHADO, Maria Victória Barretto. Ofício nº 19/CET/88. In: INEPAC. *Processo E-03/39.570/78*, f. 55, 31 maio 1988.

<sup>45</sup> CZAJKOWSKI, Jorge. [Ofício]. In: INEPAC. *Processo E-03/39.570/78*, f. 56, 9 junho 1988.

<sup>46</sup> INEPAC. *Processo E-03/39.570/78*, f. 1, 5 dezembro 1978.

Goytacazes e Cabo Frio. A valorização desta memória, contudo, não consta entre as intenções do tombamento, visto que o documento produzido ressalta valores artísticos da obra arquitetônica. Desta maneira, apesar das mudanças discursivas do Instituto - se comparado ao federal -, sua primeira seleção na cidade de Cabo Frio reproduziu as mesmas práticas de patrimonialização a partir de critérios estéticos.

A montagem do museu José de Dome no prédio da Charitas, em 1985 (Museu..., 30/05/1992, p.24), se realizou sob supervisão do INEPAC (Peixoto, 1990, p.10). A desconsideração da biografia do bem se revela, também, neste processo, posto que o projeto museológico pouco fala ou contribui à compreensão da trajetória histórica do lugar. O valor atribuído à edificação baseia-se nos seus aspectos formais e não na memória de sua função original ou no seu papel para a cidade e a região.



**Figura 9: Edifício da antiga Casa de Caridade de Cabo Frio [1905]. Fonte: Acervo Wolney Teixeira.**

Em 1973, a prefeitura municipal enviou ao IPHAN um ofício solicitando a ampliação da faixa litorânea tombada – seguindo pelo Braga até a Praia do Pontal, em Arraial do Cabo, e englobando ambas as margens da estrada<sup>47</sup>. A justificativa, mais uma vez, era a ameaça da destruição; neste caso pela exploração das areias. Esta situação acabou por originar, mais de uma década depois, o processo de tombamento das Dunas de Cabo Frio, já pelo INEPAC.

O processo iniciou-se no ano de 1984 e, segundo recorte de jornal incluído no mesmo, foi o artista plástico Carlos Scliar - que possuía ateliê na cidade - quem levou ao Conselho Estadual de Cultura a denúncia sobre a extração de areia nas dunas (Tombada..., 21/11/1984, p.11). Ítalo Campofiorito, diretor do INEPAC na

<sup>47</sup> CASTRO, Antonio de Macedo. Of. Nº 15/73: Defesa de Patrimônio Cultural. In: IPHAN. *Processo 757-T-65*, v. 1, f. 81-82, junho 1973.

época, também era membro do referido Conselho.

Os estudos que subsidiaram a proteção deste bem natural foram realizados, no mesmo ano, pela FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente<sup>48</sup>. A Fundação já havia participado, em junho, de uma reunião entre a Alcalis, a prefeitura municipal e o Departamento Nacional de Produção Mineral, ligado ao Ministério de Minas e Energia e responsável pela emissão de licenças para exploração de areia<sup>49</sup>. Esta reunião se realizou após reiteradas denúncias, pela imprensa, sobre a retirada de areia das dunas, situação que perdurava há anos.

Concluído ainda em outubro, o estudo da FEEMA traz uma exposição de motivos para a proteção das Dunas em Cabo Frio, destacando que a construção civil, os loteamentos e a extração de areia já haviam suscitado outras preocupações e iniciativas para protegê-las. Além disso, afirma que a cidade cresceu entre a praia, a lagoa, a restinga e as salinas e que a intensificação da atividade turística, na mesma medida em que ameaçava esta conformação, também se prejudicaria caso não fosse preservado o “caráter especial” do lugar<sup>50</sup>.

Cita, ainda, que as Dunas eram atribuídas de valores excepcionais de caráter biológico, geológico, socioeconômico e também cultural, não tendo nenhuma outra similar no estado. Compara o potencial da área, enquanto atrativo turístico, ao Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro<sup>51</sup>. Tece comentários sobre aspectos botânicos, importância científica, sobre a fauna, a existência de sítios pré-históricos e afirma que as Dunas se constituem em verdadeiros monumentos naturais<sup>52</sup>. O documento descreve os limites das áreas de tombamento, bem como da área de ambiência<sup>53</sup>. Aborda a questão fundiária<sup>54</sup> e define critérios ambientais para utilização do solo dentro dessas áreas<sup>55</sup>.

Segundo Motta, depois de 1979, o INEPAC procurou realizar trabalhos mais alinhados aos novos discursos (2000, p.99-100), neste sentido, a patrimonialização das Dunas de Cabo Frio se destaca por ser estruturada a partir de um estudo ambiental e pelo bem reconhecido ser atribuído não somente de valores culturais e

---

<sup>48</sup> CAMPOFIORITO, Italo. Ofício nº 161/INEPAC/84. In: INEPAC. *Processo E-07/201.717/84*, f. 18, 26 setembro 1984.

<sup>49</sup> MENDES, Armando Leitão. Ofício nº Pres 784/84. In: INEPAC. *Processo E-07/201.717/84*, f. 19-22, 19 setembro 1984.

<sup>50</sup> FEEMA. Relatório para encaminhamento de tombamento das dunas de Cabo Frio. In: INEPAC. *Processo E-07/201.717/84*, f. 04, outubro 1984.

<sup>51</sup> *Ibid.*, f. 05.

<sup>52</sup> *Ibid.*, f. 06-08.

<sup>53</sup> *Ibid.*, f. 10-13.

<sup>54</sup> *Ibid.*, f. 14.

<sup>55</sup> *Ibid.*, f. 15-16.



paisagísticos, mas também ecológicos. Enquadra-se, enfim, em uma das vertentes de atuação do Instituto: proteção de bens naturais pelos valores ecológico ou enquanto referência cultural (Peixoto, 1990, p.12-13).

Em 1988, o tombamento definitivo foi sancionado, tornando as Dunas o único bem preservado no âmbito estadual, no município, que passou duas vezes pelo Conselho – para o tombamento provisório e o definitivo. Este último se diferencia do primeiro ao delimitar quatro áreas tombadas e duas de ambiência - uma poligonal de entorno a mais. O Instituto reconhecia a prática inovadora; em documento com informações complementares para o tombamento definitivo, elaborado pela Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, afirma: “o reconhecimento do valor cultural, paisagístico e ecológico das Dunas de Cabo Frio [...] desafia-nos a assumir a responsabilidade de protegê-la também com o instrumento legal do tombamento”<sup>56</sup>.

Entre 1979 e 1983, durante gestão do sociólogo Manoel Diegues Júnior como diretor geral do Instituto estadual - após a fase de proteção dos “rejeitados pelo federal” -, o órgão buscou, sobretudo, atender o desejo das comunidades, de modo que “nenhum processo de tombamento foi aberto no período por iniciativa do INEPAC” (Motta, 2000, p.67). Além de se distanciar da prática no âmbito federal - considerada elitista -, ao priorizar a participação popular, o Instituto estadual aliou uma resposta aos anseios suscitados com a abertura do regime e a redemocratização, à resolução da sua falta de recursos para elaborar, internamente, propostas (Motta, 2000, p.67).

Valorizando a percepção que o zelo pela preservação compete, especialmente, à comunidade local, o INEPAC realizou o terceiro tombamento em Cabo Frio: do Palácio das Águias, na rua Érico Coelho, antiga Rua Direita. Apesar do nome imponente, trata-se de um sobrado de estilo eclético, de três vãos, que se destaca mais pela sua configuração contemporânea, enquanto último remanescente do conjunto daquela que fora a principal rua da cidade, que por seus atributos arquitetônicos. A motivação para sua patrimonialização foi a mobilização social que culminou em um abaixo-assinado de mais de mil assinaturas<sup>57</sup>.

Em 1988 este requerimento foi organizado solicitando, ao governador do estado e ao Instituto estadual, o tombamento do edifício, alegando que era necessário preservar os remanescentes da arquitetura urbana na cidade e ali,

---

<sup>56</sup> INEPAC. Complementação de informações necessárias ao tombamento definitivo do monumento natural das Dunas de Cabo Frio. In: INEPAC. *Processo E-07/201.717/84*, f. 77, dezembro 1987.

<sup>57</sup> ANDERSON, Roberto. Memorando nº 16/DPHA/88. In: INEPAC. *Processo E-03/18.229/88*, f. 05-06, 30 setembro 1988.

posteriormente, instituir um museu do sal<sup>58</sup>. Em maio, o deputado estadual Ivo Saldanha enviou um ofício ao secretário do governador do estado pedindo providências para a preservação deste imóvel centenário que, segundo o mesmo, “oferece à comunidade cabo-friense condições de admirar a cultura e história de influência francesa além de trazer recordações de tempos do início da indústria salineira em nosso país”<sup>59</sup>.

Neste sentido, verifica-se que a atribuição de valor à edificação e a mobilização social para a preservação desta se deram a partir do reconhecimento de semelhança com bens tradicionalmente protegidos e de excepcionalidade – que repousa, especialmente, na condição do imóvel em ser o único remanescente do antigo casario no quarteirão, destacando-se. Mota afirma que, tal como no pedido do Palácio das Águias, nas solicitações externas aos órgãos de preservação os critérios e códigos utilizados eram os já consagrados na prática seletiva do patrimônio (Mota, 2000, p.128).

Além disso, o edifício era de propriedade do banco BANERJ, que pretendia demoli-lo (Cidade..., 29/07/1988, p.13). A ameaça da perda, mais uma vez, configurou-se como motivação à preservação. Diante da especulação imobiliária em diversas cidades do país - especialmente dada a importância da construção civil para a economia durante a ditadura -,

as ameaças iminentes fortaleceram o instrumento do tombamento através de sua apropriação pela comunidade. A preocupação da perda de seus valores culturais, que legitimou as ações iniciais de patrimônio, ampliou-se em função da destruição que vinha ocorrendo nas cidades. O que havia se restringido à preocupação dos intelectuais engajados no patrimônio ganhou maior abrangência social (Motta, 2000, p.58).

Em setembro de 1988, um inventário sobre o imóvel foi realizado - apresenta mapa com sua localização, informações sobre seu estado de conservação, situação e ambiência, descrição estilística e pequeno histórico da edificação a partir de informações de jornais. Apresenta ainda fotografias, do sobrado e da rua, bem como uma da Rua Direita, no início do século XX60. Em novembro o tombamento provisório foi solicitado, tendo sido sancionado em junho de 1989, em consideração

---

<sup>58</sup> [Abaixo-assinado]. In: INEPAC. *Processo E-03/18.229/88*, f. 51-139, 1988.

<sup>59</sup> SALDANHA, Ivo. Ofício nº 026/88: Preservação de imóvel. In: INEPAC. *Processo E-03/18.229/88*, f. 02, 31 maio 1988.

<sup>60</sup> INEPAC. Inventário de bens imóveis: Palácio das Águias (Sobrado do Tutu). In: INEPAC. *Processo E-03/18.229/88*, f. 08-11, setembro 1988.

ao seu valor arquitetônico, histórico e cultural<sup>61</sup>.

A patrimonialização do Palácio das Águias é exemplar da atuação do Instituto estadual na proteção de bens a partir de demandas comunitárias bem como da apropriação do tombamento e do discurso preservacionista enquanto estratégia no enfrentamento à especulação imobiliária. Tal aspecto se evidencia na conclusão do parecer elaborado, em fins de 1992, objetivando o tombamento definitivo: a preservação se fazia essencial “em respeito à subsistência do Palácio das Águias e em respeito a tantos, que às centenas, se mobilizaram assinando uma solicitação a qual não se pode negar deferimento”<sup>62</sup>.



**Figura 10: Fotografia aérea com Conjunto Paisagístico de Cabo Frio e demais bens tombados pelo IPHAN e INEPAC até o ano de 1989.**

01 - Remanescentes do Forte de São Matheus, 02 - Capela de Nossa Senhora da Guia, 03 - Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, 04 - Charitas e 05 - Palácio das Águias. Imagem do Google Earth alterada pela autora.

Desde a década de 1960 a noção de patrimônio cultural se ampliava e incorporava outros valores - que não somente de excepcionalidade -, bem como a

<sup>61</sup> CZAJKOWSKY, Jorge. Ofício nº 277/INEPAC/89. In: INEPAC. *Processo E-03/18.229/88*, f. 18, 29 junho 1989.

<sup>62</sup> [Parecer]. In: INEPAC. *Processo E-03/18.229/88*, f. 28, 13 novembro 1992.

percepção da importância da proteção dos conjuntos - não apenas os homogêneos e centrais – e das áreas limítrofes aos bens tombados. As Recomendações de Nairóbi (1976) definiram o conceito de ambiência como o quadro que interfere na percepção dos conjuntos históricos ou tradicionais, vinculando-se a estes por laços sociais, econômicos ou culturais (Unesco, 1976). Já a Carta de Washington, de 1986, estabeleceu que as cidades são documentos históricos e que é imprescindível, para sua salvaguarda, inclui-las no planejamento urbano, levando em conta aspectos tais quais sua forma, a relação entre os diversos espaços da urbe, bem como com seu entorno (Icomos, 1986).

No Brasil, a Carta de Petrópolis reiterou o conceito de sítio histórico urbano, assumindo que as cidades vivenciam processos dinâmicos, cumulativos e que se admite a substituição de espaços edificados, desde que diante do esgotamento do potencial sociocultural. Além disso, afirmou que a preservação do sítio histórico deve ser incorporada ao planejamento urbano como um antecedente fundamental (Iphan, 1987).

A emergência da noção da cidade-documento - a partir da influência da nova historiografia - em contrapartida à visão da cidade como um monumento também levou o IPHAN a buscar novas formas de trabalho, valorizando sítios urbanos enquanto fontes documentais, de informação (Motta, 2000, p.103). Cidades sem uniformidade estilística foram protegidas, e trabalhos sobre sítios já tombados foram realizados, buscando estabelecer critérios e normas de intervenções que compreendessem a cidade como processo, como objeto socialmente construído, “não mais permitindo a eliminação dos vestígios da história em nome de uma imagem idealizada” (Motta, 2000, p.108).

Além disso, também a partir da década de 1980 o Instituto federal passou a discutir e sistematizar práticas sobre o instrumento do entorno - ainda que desde os primeiros anos já travasse batalhas judiciais a fim de garantir a proteção não apenas do bem tombado, mas de sua visibilidade (Motta; Thompson, 2010). A Portaria nº 11, de 1986, que regulamentava o Decreto-lei nº 25/37 quanto às normas e procedimentos para processos de tombamento, definiu que se delimitasse precisamente o objeto a ser protegido, bem como sua área de entorno (Iphan, 1986).

Estes novos entendimentos se verificam nos tombamentos realizados na década de 1980, nos inventários realizados em cidades anteriormente protegidas – a partir de qualidades estéticas – a fim de fundamentar a gestão destas (Chuva, 2017b, p.97), bem como no Estudo de Rerratificação do Tombamento do Conjunto

Paisagístico de Cabo Frio, que se inseria nesta “busca de uma revisão da prática institucional”<sup>63</sup>.

O referido estudo se desenvolveu neste contexto onde, diante dos conflitos entre preservação e desenvolvimento urbano, o IPHAN assumiu o papel de mediador, segundo a percepção – a partir da consultoria da Unesco e das discussões no campo – da importância em aliar proteção e planejamento urbano e da compreensão que, ao invés de entrave, a preservação poderia ser fator de impulso ao desenvolvimento por meio do turismo (Chuva, 2017b, p.96).

Diante das dificuldades impostas pela prefeitura de Cabo Frio em relação à gestão da paisagem protegida – o que se evidencia em nota sobre o tombamento das Dunas, pelo INEPAC, onde afirma-se que “o Prefeito Municipal, a despeito de regularmente advertido por todas as autoridades públicas, intimado por Protesto Judicial e tendo-se tornado sujeito passivo de 2 (dois) Mandados de Segurança insiste em desrespeitar a lei”<sup>64</sup> – a proposta de rerratificação foi elaborada. A partir da “perspectiva de preservação como ação presente e, fundamentalmente, futura, ao nível do planejamento urbano”<sup>65</sup>, pretendia-se resolver os problemas relacionados à atuação do Instituto federal na cidade<sup>66</sup>.

À semelhança da maioria dos estudos técnicos para delimitação do entorno, o de Rerratificação do Conjunto de Cabo Frio foi realizado por uma unidade regional do IPHAN (Motta; Thompson, 2010, p.84). Desenvolvida pelo arquiteto José de Anchieta Leal, da 6ª Diretoria Regional<sup>67</sup>, com contribuições das Coordenadorias de Proteção e de Patrimônio Natural<sup>68</sup>, a proposta objetivava reinterpretar o conjunto paisagístico, protegido na década de 1960, de modo a integrar seus diferentes setores<sup>69</sup>. Unindo abordagens que consideravam o urbano, paisagístico e histórico<sup>70</sup>, buscava-se compreender o desenvolvimento urbano em relação com o sítio natural, de modo a “preservar o patrimônio paisagístico integrado ao seu significado

---

<sup>63</sup> CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Informação nº 001: Redefinição do Tombamento do Conjunto Paisagístico da Cidade de Cabo Frio/RJ. In: IPHAN. *Processo 757-T-65*, v. 2, f. 43, 5 janeiro 1989.

<sup>64</sup> NOTA sobre o tombamento das Dunas da Cidade de Cabo Frio. In: IPHAN. *Processo 757-T-65*, v. 2, f. 2, 1986.

<sup>65</sup> CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Informação nº 106/87: Rerratificação de tombamento do Conjunto Paisagístico da Cidade de Cabo Frio – Rio de Janeiro/RJ. In: IPHAN. *Processo 757-T-65*, v. 2, f. 11, 5 novembro 1987.

<sup>66</sup> LEAL, José de Anchieta. Comunicado interno nº 395/86: Conjunto Paisagístico da cidade de Cabo Frio. In: IPHAN. *Processo 757-T-65*, v. 2, f. 4, 17 dezembro 1986.

<sup>67</sup> BURMEISTER, Fernando. Ofício Gab. Nº 243/87. In: IPHAN. *Processo 757-T-65*, v. 2, f. 6, 14 julho 1987.

<sup>68</sup> ANASTÁCIO, Marta Queiroga Amoroso. Relatório de Viagem. In: IPHAN. *Processo 757-T-65*, v. 2, f. 14, 24 novembro 1987.

<sup>69</sup> CHUVA, op. cit., f. 9.

<sup>70</sup> Ibid., f. 11.

histórico”<sup>71</sup>.

Neste sentido, o Canal do Itajuru assumia importância ímpar, pois não somente conectava, fisicamente, as áreas preservadas, como fora em suas margens que os dois núcleos urbanos se assentaram. Propunha-se, então, o tombamento da calha e do espelho d’água do Canal e a redefinição dos limites dos setores anteriormente protegidos: a área do Morro da Guia, por exemplo, passava a ter poligonal definida por ruas e não mais por faixa de 100m de largura. Além disso, instituíam-se áreas de entorno que fosse “capaz de representar, no todo ou em parte, o sistema no qual o bem cultural está inserido”<sup>72</sup>, bem como se estabeleciam critérios para estas e para os setores tombados.

Destaca-se, na proposta inicial do arquiteto José de Anchieta Leal, a classificação do Largo de São Benedito enquanto “área especial”. Uma vez que o sítio é testemunho do primeiro núcleo colonizador e que, como afirma a historiadora Márcia Chuva, “preserva características de sua ocupação, através da trama urbana e sua relação com o Canal e casario”<sup>73</sup>, pode-se compreender que, no interior do IPHAN, a valorização de bens que foram alterados e não estão relacionados, apenas, a um tempo primitivo, original, ainda se fazia de difícil exercício.

Chuva, da Coordenadoria de Proteção, discordou da proposição e apontou que à área do Largo de São Benedito e ruas adjacentes deveria ser concedido o tombamento. Argumentou, a partir de uma visão de história processual e da cidade como documento<sup>74</sup> que

o que se pretende preservar neste caso é o caráter próprio desta área urbana, o que ela possui de testemunhos materiais da implantação e consolidação do colonizador na região, acrescidas das modificações sofridas no tempo e que enriquecem sua história, pois registram e representam materialmente todo um processo, vivo ainda hoje<sup>75</sup>.

Diante da falta de cartas aerofotogramétricas para “uma precisa demarcação do sítio proposto ao tombamento e sua respectiva área de entorno”<sup>76</sup>, e, posteriormente, da reforma administrativa - que afetou o órgão federal no início da

---

<sup>71</sup> Ibid., f. 9.

<sup>72</sup> CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Informação nº 001: Redefinição do Tombamento do Conjunto Paisagístico da Cidade de Cabo Frio/RJ. In: IPHAN. *Processo 757-T-65*, v. 2, f. 47, 5 janeiro 1989.

<sup>73</sup> Ibid., f. 47.

<sup>74</sup> Ibid., f. 46.

<sup>75</sup> Ibid., f. 47.

<sup>76</sup> ARNAUT, Jurema Kopke Eis. Comunicado interno nº 119/90: Extensão do Tombamento em Cabo Frio/RJ. In: IPHAN. *Processo 757-T-65*, v. 2, f. 61, 10 outubro 1990.

década de 1990 e deixou vários estudos paralisados<sup>77</sup> -, o processo de Rerratificação do Tombamento do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio não foi concluído.



**Figura 11: Fotografia aérea com proposta do Estudo de Rerratificação do Tombamento do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio e demais bens tombados pelo IPHAN e INEPAC, 1989.**

01 - Remanescentes do Forte de São Matheus, 02 - Capela de Nossa Senhora da Guia, 03 - Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, 04 - Charitas e 05 - Palácio das Águias. Imagem do Google Earth alterada pela autora.

O Estudo acabou por se transformar nos Critérios de Proteção do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio, que, segundo Alves, entraram em vigor no final da década de 1990 (Alves, 2015, p.142). Ainda que a proposta não tenha sido sancionada, o referido documento foi importante pois orientou, até o ano de 2012, o trabalho dos técnicos no município – que antes analisavam os projetos a partir de jurisprudências de situações anteriores (Barreto, 2013, p.16). Além disso, depois de

<sup>77</sup> BARROSO, Sabino. Ofício Gab./DEPROT/IBPC 130/93: Retomada dos processos de tombamento relativos à 6ª CR. In: IPHAN. *Processo 757-T-65*, v. 2, f. 62, 30 julho 1993.

ter sido encaminhado à prefeitura, em 1989<sup>78</sup>, se transformou em tombamento municipal no ano de 1990.

Segundo Motta, até a promulgação da Constituição de 1988, poucos municípios se implicaram na preservação, posto que não possuíam instrumentos para a criação de normas específicas e, em geral, viviam intensas dificuldades financeiras durante a ditadura militar (Motta, 2000, p.82-83). Em Cabo Frio, contudo, as primeiras iniciativas preservacionistas datam de 1978 e, como em todos os momentos onde o município atuou mais ativamente em prol do seu patrimônio, estão relacionadas a governos específicos.

Durante o primeiro mandato de José Bonifácio Ferreira Novellino, institui-se na legislação municipal condicionantes relacionados à preservação, tal qual a necessidade de aprovação, pelo órgão de tutela, para obras ou modificações de uso em imóvel tombado ou na vizinhança, bem como para a composição de fachada de edificações em áreas tombadas (Câmara Municipal, 1979a). Além disso, na lei de parcelamento e zoneamento, os setores do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio foram classificados como Zona de Proteção, assim como o entorno do Forte São Matheus, o Largo de São Benedito e mais uma área entre o Canal, a Avenida do Contorno e a Rua Major Belegard foram identificados enquanto Zona Especial - na qual o uso do solo estava vinculado à apreciação de projeto por Comissão Municipal de Desenvolvimento Urbano e aprovação do INEPAC (Câmara Municipal, 1979b). Isto se deu porque, já em 1978, “a Prefeitura de Cabo Frio solicitou o apoio técnico do INEPAC no sentido de fazer um estudo da área”<sup>79</sup>.

No ano de 1981, através da Lei Municipal nº 303, foi fundado o Instituto Municipal do Patrimônio Cultural - IMUPAC -, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Seus objetivos são “manter, proteger e restaurar o Patrimônio Cultural, Artístico e Paisagístico do Município de Cabo Frio” (Câmara Municipal, 1981b, p.1). A lei define, ainda, o que são bens culturais, determina que as propostas para patrimonialização sejam avaliadas pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e que o tombamento seja sucedido de inscrição em livro próprio, assim como decretado pelo prefeito municipal.

Além disso, é esta lei que dispõe que “a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo não concederá licença para obra de demolição de bens imóveis que

---

<sup>78</sup> SALDANHA, Ivo Ferreira. [Correspondência]. In: IPHAN. *Processo 757-T-65*, v. 2, f. 51, 6 outubro 1989.

<sup>79</sup> MONTEIRO, Maria Cristina. Parecer. In: INEPAC. *Processo E-18/001.729/2002*, f. 13, 2 dezembro 2002.



contarem mais de 50 (cinquenta) anos de construção, sem prévia autorização do Instituto Municipal do Patrimônio Cultural” (Câmara Municipal, 1981b, p.14). Este artigo gerou implicações mesmo em anos nos quais o referido Instituto esteve desativado - não tanto pelo poder de coibir demolições, posto que inúmeras foram realizadas, só nos últimos anos, à revelia e de madrugada (Asaerla, 2011, p.10-11), mas por permitir a posterior responsabilização dos proprietários (Casa..., 09/05/2015).

No mesmo ano foi instituído, também, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, através da Lei Municipal nº 290. Esta definiu ser de responsabilidade do referido Conselho a análise das propostas de tombamento, determinou como funcionaria a instituição, qual sua composição e periodicidade das reuniões bem como interditou a participação de proprietários, sócios, ou empregados de partes interessadas em construção e demolição (Câmara Municipal, 1981a).

O edifício da antiga Casa de Caridade, que funcionava como biblioteca municipal, foi alvo de disputas entre a Irmandade de Santa Izabel e a prefeitura, que conseguiu adquiri-lo, no ano de 1982 (Prefeitura..., 03/04/1982, p.2). As obras de restauração e a adaptação ao uso de Casa de Cultura foram conduzido pelo IMUPAC. O fim do mandato do prefeito José Bonifácio levou à interrupção na atuação do Instituto e do Conselho Municipal (Pimenta, 2015, p.67).

No ano de 1989 o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS - realizou, em Cabo Frio, o Encontro de Civilizações nas Américas (Icomos, 1989). Este resultou na Carta de Cabo Frio e, também, na reativação, por parte do prefeito Ivo Saldanha - que havia solicitado, enquanto deputado, o tombamento do Palácio das Águias, no ano anterior<sup>80</sup> -, do Conselho e do Instituto Municipal do Patrimônio Cultural. Neste momento, realizou-se “o tombamento municipal de bens já reconhecidos como patrimônio a nível estadual (INEPAC), e federal (SPHAN)” (Prefeitura Municipal de Cabo Frio, 1990, p.1), sob justificativa de facilitação no controle destes.

Uma série de decretos, de fins de 1989, tombou o Charitas, o Forte São Matheus, o conjunto do Convento Nossa Senhora dos Anjos - incluindo o Morro e a Capela de Nossa Senhora da Guia -, a Igreja de São Benedito, o edifício da Câmara Municipal, o prédio do Corpo de Bombeiro, o Parque e a Fonte do Itajuru, o edifício do Instituto Estadual Professora Ismar Gomes de Azevedo, a Ponte Feliciano Sodré,

---

<sup>80</sup> SALDANHA, Ivo. Ofício nº 026/88: Preservação de imóvel. In: INEPAC. *Processo E-03/18.229/88*, f. 02, 31 maio 1988.

a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, o Palácio das Águias, bem como o Monumento do Anjo Caído, o Manguezal Dormitório das Garças e os Marcos das Sesmarias de São Bento (Prefeitura Municipal de Cabo Frio, 1990, p.4-13).

Estes decretos se caracterizam por possuírem três artigos - determinando o tombamento do bem, a sua inscrição, pelo IMUPAC, em livro próprio, e que entrariam em vigor a partir de sua publicação – além de um pequeno histórico de cada um. Todos estes bens são públicos ou de propriedade da igreja - com exceção do Palácio das Águias, mas já anteriormente tombado -, a maior parte deste patrimônio se localiza na região central da cidade, relacionando-se, especialmente, ao processo de desenvolvimento do segundo núcleo urbano, e são obras de arquitetura. Além disso, todos os bens anteriormente tombados, no âmbito federal ou estadual, receberam a dupla proteção.

Por fim, o último tombamento desta fase foi efetuado em início de 1990. Conforme afirmação presente na proposta de tombamento do Largo de São Benedito - desenvolvida pelo INEPAC e para a qual o referido Instituto utilizou-se do Estudo de Rerratificação de Tombamento do Conjunto Paisagístico, desenvolvido pelo órgão federal -, o mesmo se realizou em contexto de cooperação entre o IPHAN, o Conselho e o Instituto Municipal do Patrimônio Cultural.

Segundo informações da 6ª SR, durante a análise desse estudo, desenvolvido em 1989, o IPHAN conseguiu que o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural da cidade de Cabo Frio deliberasse em favor da adoção integral do documento, intitulado "Rerratificação de Tombamento", transformando-o em parâmetros municipais por meio do Decreto de Tombamento Municipal nº 17 de 19.01.1990, cujas regras não têm sido observadas<sup>81</sup>.

A este respeito, José de Anchieta Leal, arquiteto que desenvolveu a proposta de Rerratificação do Tombamento, declarou que

a integração com o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e com o Instituto Municipal do Patrimônio Cultural se desenvolveu, àquela ocasião, de maneira adequada e participativa nos termos da Constituição Federal, que atribui ao estado, em seus vários níveis, a obrigação da proteção dos bens culturais (FINAGEIV, 1994, p.97).

Além deste tombamento, pelo IMUPAC, não ter implicado em ações de fiscalização ou valorização deste conjunto paisagístico - como citado, anteriormente,

---

<sup>81</sup> INEPAC. Departamento do Patrimônio Cultural e Natural. Proposta de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo de São Benedito e adjacências. In: INEPAC. *Processo E-18/001.729/2002*, f. 105, dezembro 2002.

em parecer do INEPAC -, atualmente o mesmo sequer consta no mapa de Áreas de Especial Interesse Cultural (Prefeitura Municipal de Cabo Frio, 2019), da proposta de revisão do Plano Diretor de 2020. Após a promulgação de Portaria, pelo IPHAN, em 2012, que delimitou as áreas tombadas e de entorno do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio, e de anos sem atuação do município em relação a esta área patrimonializada em 1990, pode-se afirmar que se trata de um decreto sem eficácia.

O Instituto de Patrimônio Cultural e o Conselho foram desativados em 1991<sup>82</sup> e assim permaneceram até o início da década de 2010 (Asaerla, 2011, p.10-11). Contudo, no segundo mandato de José Bonifácio a Fazenda Campos Novos foi desapropriada, em 1993, e passou a sediar a Secretaria de Agricultura, o tombamento do conjunto arquitetônico foi solicitado ao INEPAC<sup>83</sup>, pelo pesquisador Márcio Werneck, então Subsecretário de Cultura.

Tal como fizera com o Charitas e a Fazenda, a prefeitura adquiriu, também, em 1994, o edifício conhecido por Solar dos Massa - um dos últimos remanescentes de arquitetura colonial civil no centro da cidade - que se tornou biblioteca (Pimenta, 2015, p.72). A este respeito, o ex-prefeito, em entrevista à Pimenta, afirmou que “procurava “ocupar” o patrimônio material local, ainda não tombado, sempre com algum fim público, com a finalidade de garantir que aquele bem seria preservado” (Pimenta, 2015, p.70).

Pimenta afirma que o IMUPAC teve, por diversas vezes, sua atuação descontinuada (Pimenta, 2015, p.67) e que, ainda quando em funcionamento, nunca dispôs de corpo técnico (Pimenta, 2015, p.68). Além disso, uma observação constante na tabela *Listagem de bens tombados no município de Cabo Frio* - desenvolvida pela Coordenadoria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Meio Ambiente – afirma que “não foi possível encontrar o Livro do Tombo municipal” (Sedesc), o que leva à dúvida se o mesmo existe, se os tombamentos municipais seguem os procedimentos e são, realmente, eficazes.

Em Cabo Frio, os tombamentos realizados neste período de descentralização, tanto pelo INEPAC quanto pelo IMUPAC, são em sua maioria de obras de arquitetura – não excepcionais a ponto de serem protegidas pelo Instituto federal, mas, ainda assim, semelhantes aos primeiros monumentos de “pedra e cal”

---

<sup>82</sup> ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASSAGEM. Ofício 20/2002. In: INEPAC. *Processo E-18/001.729/2002*, f. 8, 14 novembro 2002.

<sup>83</sup> WERNECK, Márcio. Ofício nº 48/94: Tombamento da Fazenda Campos Novos. In: INEPAC. *Processo E-18/000.881/2003*, f. 4-5, 9 maio 1994.

protegidos na cidade. A ampliação que se realizou foi, sobretudo, no que se refere aos estilos e períodos históricos.

Neste sentido, todos os bens tombados pelo IMUPAC, desapropriados pela prefeitura, bem como o Charitas e o Palácio das Águias – protegidos pelo INEPAC – propiciam uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento da cidade - principalmente por se localizarem na área central, no interstício entre os setores preservados em âmbito federal -, posto que são testemunhos de momentos distintos, não restritos ao fundacional. Contudo, a permanência das práticas seletivas a partir de aspectos estilísticos e de excepcionalidade, “reduziram a história à aspectos parciais da forma urbana, apreendida pela experiência estética” (Motta, 2000, p.133).



**Figura 12: Fotografia aérea com Conjunto Paisagístico de Cabo Frio e demais bens tombados pelo IPHAN, INEPAC e IMUPAC até fins do ano de 1989.**

01 - Remanescentes do Forte de São Matheus, 02 - Capela de Nossa Senhora da Guia, 03 - Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, 04 - Charitas, 05 - Palácio das Águias, 06 - Igreja de São Benedito, 07 - Câmara Municipal, 08 - Corpo de Bombeiros, 09 - Parque e Fonte do Itajuru, 10 - Instituto Estadual Professora Ismar Gomes de Azevedo, 11 - Ponte Feliciano Sodré e 12 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção. Imagem do Google Earth alterada pela autora.

Ainda que mudanças discursivas tenham ocorrido, os órgãos criados com a política de descentralização seguiram o modelo do IPHAN e não conseguiram formar corpo profissional que permitisse uma abordagem ampliada do patrimônio. No INEPAC, apesar de toda crítica à atuação do Instituto federal, o valor regional não foi apropriadamente conceituado e “predominaram os métodos de inventário e de atribuição do valor cultural que empregava o critério de observação dos aspectos estilísticos” (Motta, 2000, p.76).

Se o INEPAC não conseguiu avaliar e modificar as práticas já consagradas de seleção e patrimonialização, ainda mais limitada foi a atuação do Instituto Municipal do Patrimônio Cultural que, condicionada à governos, caracterizou-se pelas descontinuidades e pela construção de um patrimônio também estético e “disperso na cidade”.

Destacam-se, então, neste contexto, os tombamentos estaduais das Dunas - bem natural cujo documento que subsidia a proteção é um estudo ambiental - e do Palácio das Águias - construído, especialmente, em função da mobilização social. De grande importância é, também, o Estudo de Rerratificação do Tombamento do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio - ainda que não tenha sido finalizado - posto que buscou reinterpretar o referido conjunto à luz da compreensão dos processos de desenvolvimento da cidade em relação com seu sítio natural, integrando, assim, numa abordagem mais complexa deste patrimônio, paisagem e significado histórico.

### **2.3 A proteção dos ameaçados: seleções realizadas na cidade a partir dos anos 2000**

A partir dos anos de 1990, a área da cultura, em âmbito nacional, sofreu um longo e contínuo processo de desmonte e reorganização, o que impactou as políticas públicas, praticamente as restringindo às leis de incentivo, como a Lei Rouanet (Calabre, 2009, p.113). Contudo, em 2000, através do Decreto nº 3551, criou-se o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, bem como se instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, a ser feito em quatro livros, a saber: dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares (Presidência da República, 2000).

A valorização do patrimônio imaterial, que no Brasil antecedeu, até mesmo, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco (2003), introduziu outros elementos à noção de patrimônio, que deveriam, também, ser

protegidos, e conferiu certo protagonismo à sociedade (Marins, 2016, p.17). Estas discussões pouco se fizeram sentir, contudo, nas seleções operadas a partir dos anos 2000 em Cabo Frio.

As solicitações de tombamento realizadas junto ao IPHAN e INEPAC foram todas externas - tal como para a maior parte dos bens protegidos na cidade - e possuem como motivação, mais uma vez, a ameaça da perda, da destruição. Isto acontece até mesmo com a Fazenda Campos Novos, que desde 1993 já era de propriedade da prefeitura. As maiores diferenças em relação às fases anteriores se dão no âmbito de uma compreensão mais ampla dos bens patrimonializados, dos valores a estes atribuídos e das relações estabelecidas entre sítio, arquitetura, paisagem, sociedade - posto que os mesmos são, ainda, testemunhos em “pedra e cal”.

Em 1978, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural já havia realizado, a pedido da prefeitura, um inventário de preservação do Largo de São Benedito. Este estudo foi agregado à legislação edilícia da cidade – na definição, na Lei de Zoneamento nº 116 de 1979, do Largo como parte da Zona Especial I; no interior da qual a aprovação de projeto estava condicionada à parecer do próprio INEPAC<sup>84</sup>.

Contudo, em fevereiro do ano 2000, apesar desta proteção pela legislação municipal, a Associação de Amigos da Passagem - AMA-Passagem - escreveu ao Diretor Geral do Instituto Estadual solicitando a preservação do conjunto, sob justificativa que este vinha “sofrendo um processo de descaracterização contínua sem que a municipalidade tome qualquer providência”<sup>85</sup>.

Verifica-se, mais uma vez, a fragilidade da atuação da prefeitura. Neste caso, diante de um sítio que ela mesma havia classificado enquanto uma Zona Especial. A ausência de critérios específicos – delegando ao INEPAC a responsabilidade de aprovar projetos na área -, bem como iniciativas preservacionistas circunstanciais - ligadas à governos, e não a uma política pública - configuraram este quadro onde coube, por diversas vezes, aos órgãos federal e estadual intervir e proteger edifícios e sítios quando estes se encontravam ameaçados diante, especialmente, da especulação imobiliária.

A solicitação realizada pela AMA-Passagem, bem como o compilado de documentos enviados pela presidente da mesma – Meri Damaceno, importante

---

<sup>84</sup> INEPAC. Departamento do Patrimônio Cultural e Natural. Proposta de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo de São Benedito e adjacências. In: INEPAC. *Processo E-18/001.729/2002*, f. 103-104, dezembro 2002.

<sup>85</sup> ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASSAGEM. Ofício 03: Proposta para Tombamento do Largo de São Benedito. In: INEPAC. *Processo E-18/001.729/2002*, f. 5, 22 fevereiro 2000.

memorialista da cidade -, foram encaminhados ao Departamento do Patrimônio Cultural e Natural – DPCN - para análise. Algumas vistorias foram realizadas no ano de 2001<sup>86</sup>, mas somente no ano seguinte o processo foi concluído; tendo o Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, até mesmo, oficiado o INEPAC, em novembro de 2002, pedindo urgência na avaliação<sup>87</sup>.

O documento elaborado pelo DPCN subsidia o tombamento provisório do Largo de São Benedito e adjacências. Dentre as considerações feitas pela arquiteta Maria Cristina Monteiro, que assina o parecer, destaca-se que a equipe técnica envolvida era composta majoritariamente por arquitetos<sup>88</sup> - situação observada por Motta (2000) no período entre 1975 e 1990 e que permanece neste processo dos anos 2000 -, e que um estudo pormenorizado da área, a fim de melhor elaborar critérios para projetos na área de tutela, bem como uma análise mais detalhada das legislações ambientais e municipais se faziam necessários<sup>89</sup>.

A proposta de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico, composto pela Igreja de São Benedito, seu largo, e dezessete imóveis – todos protegidos individualmente –, reitera os critérios definidos pelo IPHAN, uma década antes, no estudo para rerratificação do tombamento do conjunto paisagístico, e pela prefeitura – que define para área o gabarito máximo de um pavimento<sup>90</sup>.

O dossiê é composto de parecer, descrição e mapeamento da área e dos bens protegidos, de inventários com fotografias, histórico e caracterização do sítio, dos imóveis atribuídos de valor, individualmente, da Igreja, de descrição arquitetônica, bem como de mapas e textos sobre os processos históricos do bairro, do porto, da igreja e da cidade<sup>91</sup>. A pesquisa realizada pela memorialista Meri Damaceno, enviada ao Instituto quando da solicitação do tombamento, integra a seção de informações complementares<sup>92</sup>. A mesma também participou da realização

---

<sup>86</sup> MONTEIRO, Maria Cristina. Parecer. In: INEPAC. *Processo E-18/001.729/2002*, f. 12, 2 dezembro 2002.

<sup>87</sup> VIEIRA, Liszt. Ofício SEMADS/Nº963/02. In: INEPAC. *Processo E-18/001.729/2002*, f. 11, 18 novembro 2002.

<sup>88</sup> MONTEIRO, op. cit., f. 12-13.

<sup>89</sup> MONTEIRO, op. cit., f. 13.

<sup>90</sup> INEPAC. Departamento do Patrimônio Cultural e Natural. Descrição da área e dos bens a serem tombados no Bairro da Passagem, Cabo Frio, de acordo com mapa anexo. In: INEPAC. *Processo E-18/001.729/2002*, f. 15, dezembro 2002.

<sup>91</sup> INEPAC. Departamento do Patrimônio Cultural e Natural. Proposta de tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo de São Benedito e adjacências. In: INEPAC. *Processo E-18/001.729/2002*, f. 12-121, dezembro 2002.

<sup>92</sup> DAMACENO, Meri. Informações complementares: Pesquisa apresentada pela pesquisadora de história oral de Cabo Frio – Meri Damaceno. In: INEPAC. *Processo E-18/001.729/2002*, f. 121-143, dezembro 2002.

dos inventários das dezessete edificações protegidas<sup>93</sup>.

O processo foi concluído em dezembro de 2002. Ao enviar ao Secretário de Cultura a proposição do tombamento provisório, o Diretor Geral do INEPAC salientou que o conjunto era atribuído de valores histórico, paisagístico, artístico e arqueológico e que “a área preserva formas de expressão e de saberes, modos de criar, fazer e viver, celebrações e lugares como o largo e outros, onde se concentram e reproduzem práticas culturais ecléticas”<sup>94</sup>. Neste sentido, o Instituto demonstra estar alinhado às discussões contemporâneas sobre o patrimônio imaterial, bem como a memorialista Meri Damaceno - que tanto na pesquisa que realizou e integrou o processo, quanto nos inventários que executou, ressaltou as festas religiosas, carnavais, ofícios e saberes relacionados ao sítio e seus residentes.

Este tombamento destaca-se não somente pela compreensão da importância de aspectos imateriais de um sítio urbano – ainda que estes últimos não sejam alvo de nenhuma medida mais específica de registro, de salvaguarda -, mas também por proteger um conjunto que não é primitivo ou monumental. Por mais que se evidencie, no processo, que a Passagem foi o primeiro núcleo urbano da cidade, é sua escala, ambiência e casario, formado por edificações do século XIX e início do XX, que são atribuídos de valor, posto que há poucos remanescentes de uma arquitetura de um período anterior e, realmente, original. “No cômputo geral, não se trata de obras eruditas, mas de arquitetura espontânea e de gosto popular, que repete os modelos da arquitetura de estilo neo-colonial que se desenvolveu em Cabo Frio”<sup>95</sup>.

Assim como os demais bens tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural na cidade de Cabo Frio – excetuando as Dunas -, o Largo de São Benedito possui, ainda hoje, tombamento provisório. Da mesma maneira que o Palácio das Águias, a Fazenda Campos Novos e o edifício da Charitas, não foi objeto de uma segunda discussão no Conselho Estadual de Tombamento e, tal como o último, sua área de entorno é uma questão que permanece por ser melhor definida. Há, no processo da Charitas, lembrete grampeado informando que falta a área de ambiência<sup>96</sup>, enquanto na capa do dossiê do Largo de São Benedito e adjacências o apontamento é que se modifique a área de tutela, na ocasião do tombamento

---

<sup>93</sup> INEPAC, op. cit., f. 46-82.

<sup>94</sup> BUENO, Alexei. Ofício INEPAC nº 407. In: INEPAC. *Processo E-18/001.729/2002*, f. 2, 5 dezembro 2002.

<sup>95</sup> INEPAC, op. cit., f. 32.

<sup>96</sup> INEPAC. *Processo E-03/39.570/78*, f. 1, 5 dezembro 1978.



definitivo<sup>97</sup>.

O processo de tombamento da Fazenda Campos Novos pelo INEPAC iniciou-se após três solicitações distintas: em 1990, pela Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da Seção do Estado do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil – que mencionava a importância histórica da construção<sup>98</sup>; quatro anos depois, pela prefeitura municipal – que alegava tratar-se de “monumento histórico fluminense e importante complexo arquitetônico [...] construído pelos jesuítas em 1690 e desapropriado pela Prefeitura de Cabo Frio em 1993”<sup>99</sup>; no ano 2002, pela Associação de Turismo Ecológico Integrado à Arqueologia - A TEIA -, que pedia urgência diante do risco de instalação de aterro sanitário nas proximidades da igreja<sup>100</sup>.

Somente no ano de 2003 o estudo que subsidia o tombamento provisório foi elaborado pelo Departamento do Patrimônio Cultural e Natural. O parecer, assinado pela arquiteta Maria Cristina Pimentel, informa que o sítio é significativo por ter sido construído pelos jesuítas – que receberam parte da sesmaria destinada à aldeia de São Pedro -, e ressalta a importância da Companhia de Jesus no empreendimento colonizador do país. A partir do artigo de Lúcio Costa, sobre a arquitetura jesuítica, tece comentários quanto o partido do conjunto edificado da fazenda e seu estado de conservação - destacando que o avarandado, adição posterior, “se acha inteiramente integrado ao conjunto”<sup>101</sup>. Em relação ao sítio arqueológico, declara que deverá ser melhor investigado<sup>102</sup>.

Além do parecer, a proposta de tombamento da Fazenda Campos Novos é constituída de inventário, realizado em junho de 2003, com fotografias, análise da situação e ambiência, descrição arquitetônica com elaborações sobre o partido, os acréscimos posteriores à saída dos jesuítas, os sistemas construtivos, e detalhes sobre pisos, forros, esquadrias. Apresenta, ainda, planta baixa, histórico - desde a ocupação, pelos jesuítas, da região, o fornecimento de alimentos, pela Fazenda, ao Colégio do Rio de Janeiro, as visitas recebidas no século XIX, entre elas de D. Pedro II, até os conflitos fundiários e a desapropriação – e descrição das áreas

---

<sup>97</sup> INEPAC. *Processo E-18/001.729/2002*, f. 1, 6 dezembro 2002.

<sup>98</sup> ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (Seção do Estado do Rio de Janeiro). Of. CDHAJ/475/90. In: INEPAC. *Processo E-18/000.881/2003*, f. 3, 31 julho 1990.

<sup>99</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO. Ofício nº 48/94: Tombamento da Fazenda Campos Novos. In: INEPAC. *Processo E-18/000.881/2003*, f. 4-5, 9 maio 1994.

<sup>100</sup> ASSOCIAÇÃO DE TURISMO ECOLÓGICO INTEGRADO À ARQUEOLOGIA. Ofício nº 116/2002. In: INEPAC. *Processo E-18/000.881/2003*, f. 6, 24 maio 2002.

<sup>101</sup> PIMENTEL, Maria Cristina Pessôa. Parecer. In: INEPAC. *Processo E-18/000.881/2003*, f. 10, 5 maio 2003.

<sup>102</sup> PIMENTEL, op. cit., f. 7-10.

tombada e de tutela – esta última coincidente com a área desapropriada pela prefeitura em 1993<sup>103</sup>.

Enfim, o sítio da Fazenda Campos Novos foi patrimonializado, sobretudo, pelo fato que a “Casa Grande, Igreja de Santo Inácio e Cemitério que compõem o conjunto arquitetônico rural é um importante exemplar da arquitetura jesuítica em nosso Estado, e sem dúvida, um marco na história do Brasil Colonial”<sup>104</sup>. Neste sentido, difere-se de tombamentos realizados em décadas anteriores mais pelos processos que pelo objeto preservado e, também, por se localizar na zona rural, distante do território de fundação dos núcleos urbanos.

Apesar de ser obra arquitetônica do período colonial, reconheceu-se sua importância a despeito dos acréscimos e descaracterizações em relação a um determinado momento original. Tal como o Largo de São Benedito, o bem é compreendido não mais como obra de arte, mas como um produto social, admitindo, então, modificações e vestígios da passagem do tempo. O patrimônio é, não somente uma obra intocada do passado, mas testemunho que atravessa o tempo e se atualiza no presente.

Em 2001 a Associação de Turismo Ecológico Integrado à Arqueologia já havia solicitado, ao IPHAN, o tombamento da Fazenda Campos Novos, alegando que a instalação do aterro sanitário colocava em risco os sítios arqueológicos ali presentes<sup>105</sup>. A primeira necessidade, então observada por arquiteta do Departamento de Proteção, era de investigação da denúncia, pelo Setor de Arqueologia<sup>106</sup>. A vistoria foi realizada em dezembro do mesmo ano, mas, sem a devida localização do empreendimento, a avaliação quanto a existência de sítios arqueológicos não foi possível<sup>107</sup>.

A TEIA se envolveu profundamente com o processo, encaminhando, por diversas vezes documentos que julgava importantes: ofício do INEPAC informando

---

<sup>103</sup> INEPAC. Departamento do Patrimônio Cultural e Natural. Proposta de tombamento Sítio Histórico formado pelo Conjunto Arquitetônico composto de Casa Grande, Igreja de Santo Inácio e Cemitério da Fazenda Campos Novos. In: INEPAC. *Processo E-18/000.881/2003*, f. 11-78, maio 2003.

<sup>104</sup> MONTEIRO, Marcus. Ofício/INEPAC no 209. In: INEPAC. *Processo E-18/000.881/2003*, f. 3, 26 junho 2003.

<sup>105</sup> ASSOCIAÇÃO DE TURISMO ECOLÓGICO INTEGRADO À ARQUEOLOGIA. Pedido de Tombamento do Contexto Arquitetônico, Paisagístico e Entorno, da Fazenda Campos Novos. In: IPHAN. *Processo 1492-T-02*, v.1, f. 1, 20 julho 2001.

<sup>106</sup> PENA, Joyce C. M. Kurrels. Memorando DEPROT/IPHAN/RJ/Nº 450/01: Pedido de tombamento do “contexto arquitetônico, paisagístico e entorno da Fazenda Campos Novos”. In: IPHAN. *Processo 1492-T-02*, v.1, f. 17, 06 setembro 2001.

<sup>107</sup> MEDEIROS, Maryane Turi. Memo ETCF Nº 077/03: Instrução de tombamento – processo no 1.492-T/02 – Conjunto Paisagístico e entorno da Fazenda Jesuítica de Santo Inácio de Campos Novos. In: IPHAN. *Processo 1492-T-02*, v.1, f. 99, 29 julho 2003.

da retomada dos estudos para tombamento<sup>108</sup>, abaixo-assinado<sup>109</sup>, mapas com áreas desapropriadas pelo INCRA<sup>110</sup> e pela prefeitura<sup>111</sup>, e, até mesmo, carta de um padre jesuíta professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro<sup>112</sup>. Contudo, o tombamento provisório, no âmbito estadual, e a “indisponibilidade de tempo e de recursos”<sup>113</sup> para dar prosseguimento aos estudos, por parte do IPHAN, levaram à interrupção na tramitação do processo.

Iniciado a partir da retórica da perda - da ameaça de destruição -, o processo de tombamento da Fazenda Campos Novos foi reaberto, no ano de 2010, por solicitação da prefeitura<sup>114</sup>. Esta escreveu ao Escritório Técnico pedindo que se retomassem os estudos para a proteção federal e que se anexasse ao processo um dossiê sobre o projeto de requalificação nomeado *Projeto Re-fazenda Campos Novos*.

O interesse pelo tombamento federal estava diretamente relacionado ao *Plano de Ação das Cidades Históricas de Cabo Frio*<sup>115</sup>, elaborado, sob orientação da Superintendência do Rio de Janeiro, pela prefeitura municipal, com a colaboração da população quilombola de Botafogo, do sindicato dos trabalhadores rurais, do IBRAM, do Ministério do Trabalho e Emprego, entre outras instituições públicas, privadas e representações da sociedade civil<sup>116</sup>. A restauração da edificação, instalação de museu, bem como a inscrição do sítio nos Livros do Tombo nacionais eram ações previstas neste planejamento<sup>117</sup> que, potencialmente, proporcionaria recursos ao município para sua implementação, entre os anos de 2010 e 2013. Se anteriormente o patrimônio cabo-friense era percebido, pela prefeitura, como entrave, neste momento, diante das políticas públicas nacionais, o planejamento, a restauração de

<sup>108</sup> BUENO, Alexei. Ofício INEPAC nº 263. In: IPHAN. *Processo 1492-T-02*, v.1, f. 34, 14 agosto 2002.

<sup>109</sup> [Abaixo-assinado]. In: IPHAN. *Processo 1492-T-02*, v.1, f. 39-47, 13 setembro 2002.

<sup>110</sup> ASSOCIAÇÃO DE TURISMO ECOLÓGICO INTEGRADO À ARQUEOLOGIA. Ofício N.º 169/2003: Tombamento do Contexto Arquitetônico, Paisagístico e Entorno da Fazenda Campos Novos, processo n.º 1.492.T.02. In: IPHAN. *Processo 1492-T-02*, v.1, f. 76-83, 18 março 2003.

<sup>111</sup> ASSOCIAÇÃO DE TURISMO ECOLÓGICO INTEGRADO À ARQUEOLOGIA. Ofício N.º 141/2002: Tombamento do Contexto Arquitetônico, Paisagístico e Entorno da Fazenda Campos Novos, processo n.º 1.492.T.02. In: IPHAN. *Processo 1492-T-02*, v.1, f. 72-74, 04 dezembro 2002.

<sup>112</sup> SIQUEIRA, Josafa Carlos de. Fazenda Santo Inácio dos Campos Novos, Município de Cabo Frio: Perspectivas futuras de colaboração da S.B.E e do NIMA-PUC/RIO. In: IPHAN. *Processo 1492-T-02*, v.1, f. 60-61, 18 outubro 2002.

<sup>113</sup> ARNAUT, Jurema Kopke Eis. Informação nº 90/2005/DITEC/SASR/IPHAN: Processo nº 1492-T-02: Contexto arquitetônico, paisagístico e entorno da Fazenda Campos Novos – Cabo Frio/RJ. In: IPHAN. *Processo 1492-T-02*, v.2, f. 84, 06 junho 2005.

<sup>114</sup> MENDES, Marcos da Rocha. Ofício GAPRE/SEGOV Nº 07/2010. In: IPHAN. *Processo 1492-T-02*, v.2, f. 133, 25 março 2010.

<sup>115</sup> BARRETO, Ivô Matos. Memorando nº 137/2010: Encaminha dossiê sobre a Fazenda Campos Novos, em Cabo Frio, e solicita prosseguimento do estudo para fins de tombamento (Processo IPHAN nº 1.492-T-02). In: IPHAN. *Processo 1492-T-02*, v.2, f. 131, 29 abril 2010.

<sup>116</sup> IPHAN. *Processo 1492-T-02*, v.3, f. 18-30, 2009.

<sup>117</sup> BARRETO, op. cit., f. 131.

bens, a implementação de museus se configurava como uma possibilidade de obtenção de recursos; o patrimônio se tornava um ativo.

Os estudos que subsidiaram o tombamento federal foram retomados já no fim de 2010<sup>118</sup> e diferem-se daqueles empreendidos pelo INEPAC pelo aprofundamento e pela abordagem interdisciplinar. Pareceres minuciosos de profissionais tais quais historiadores da arte, arquiteta e arqueóloga fundamentaram a proteção que valoriza não somente o conjunto arquitetônico, mas a relação entre este e o sambaqui. Conforme explicou Rosana Najjar, arqueóloga, em seu parecer “eles estão estreitamente ligados e essa relação explica parte do projeto de colonização e catequese que os jesuítas implantaram no nosso litoral. A preservação tem que se dar para ambos, com a mesma intensidade”<sup>119</sup>.

Outro ponto de inflexão é a avaliação das intervenções construídas após a expulsão dos jesuítas. Enquanto o INEPAC declarou que a varanda se constituía em elemento característico da arquitetura rural, Joyce Pena, arquiteta do IPHAN - em parecer onde recapitulou a história do processo e elaborou diagnóstico sobre a edificação e seu estado de conservação - afirmou que “parece-nos que a retirada desse suplemento, grosseiramente reformado após a substituição do antigo piso de tábuas por uma laje de concreto, traria grandes benefícios estéticos e estruturais ao conjunto arquitetônico”<sup>120</sup>.

A partir das interpretações que “o grau de descaracterização da arquitetura de casa e capela poderá em grande parte ser revertido, não comprometendo a sua inscrição, também, no Livro das Belas Artes”<sup>121</sup> e que “além dos valores histórico e arquitetônico, a condição de completo domínio do conjunto edificado sobre a paisagem circundante [...] permite destacar esse conjunto também por seu valor paisagístico”<sup>122</sup>, o sítio da antiga Fazenda de Campos Novos foi inscrito, em 2015, nos três Livros do Tombo.

O Instituto federal ampliou a área de tombamento – em comparação à poligonal estabelecida pelo INEPAC –, de forma a abarcar todo o sambaqui sobre o

---

<sup>118</sup> PENA, Joyce Carolina Moreira Kurrels. Parecer nº003/11/COTEC/IPHAN-RJ: Processo de tombamento nº 1492-T-02, Fazenda Campos Novos, Distrito de Tamoios, Município de Cabo Frio/RJ. In: IPHAN. *Processo 1492-T-02*, v.4, f. 04, 03 fevereiro 2011.

<sup>119</sup> NAJJAR, Rosana. Parecer nº014/2011/DITEC/IPHAN-RJ: Processo de tombamento nº 1492-T-02, Fazenda Campos Novos, Distrito de Tamoios, Município de Cabo Frio/RJ. In: IPHAN. *Processo 1492-T-02*, v.4, f. 93, 30 março 2011.

<sup>120</sup> PENA, op. cit., f. 17.

<sup>121</sup> ARNAUT, Jurema Kopke Eis. Memorando nº143/2011/JKEA/Proteção/DEPAM: Processo de tombamento nº 1492-T-02: Contexto arquitetônico, paisagístico e entorno da Fazenda Campos Novos, no Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro. In: IPHAN. *Processo 1492-T-02*, v.4, f. 105, 15 junho 2011.

<sup>122</sup> Ibid., f. 105.

qual se assenta a edificação, também delineou duas áreas de entorno e definiu critérios para uso e ocupação do solo destas<sup>123</sup>. Evidencia-se, então, o nível de detalhamento deste processo e a avaliação cuidadosa não somente da edificação e seus aspectos estéticos, mas das relações que esta estabelece com o sítio e a paisagem. Se comparado aos primeiros tombamentos, em nível federal, realizados no município, é esta compreensão mais integral do bem que se destaca na patrimonialização da Fazenda, e não a natureza do bem, em si.

As seleções realizadas no município de Cabo Frio pelos órgãos estadual e federal de preservação, ao longo dos anos 2000, diferenciam-se não pelos objetos patrimonializados – obras arquitetônicas relacionadas, de algum modo, a processos fundacionais e colonizadores -, mas pela abordagem mais minuciosa e que almeja compreender o bem de maneira mais abrangente. Verifica-se, como observado por Motta em relação às práticas seletivas entre as décadas de 1970 e 1990 (Motta, 2000), que há uma ampliação em termos tipológicos, uma mudança discursiva – valorizando os aspectos imateriais e relacionais dos bens, tolerando intervenções e modificações sobre o original –, mas que o predomínio dos bens de “pedra e cal” ainda se estabelece.

O INEPAC, no processo de tombamento do Largo de São Benedito, ressaltou os aspectos imateriais relacionados ao sítio e lhe considerou patrimônio estadual, ainda que não mantidas as edificações originais. Neste sentido, sobre a Fazenda Campos Novos, também interpretou que as modificações e acréscimos sobre o partido original construído pelos jesuítas não eram comprometedores dos valores atribuídos ao bem.

É perceptível que a visão dos bens enquanto monumentos em si mesmos, detentores de valores intrínsecos a serem revelados, testemunhos cristalizados de um passado longínquo, fora substituída por uma abordagem que os compreende enquanto produtos sociais. Neste sentido, Márcia Chuva, ao analisar a atuação do IPHAN entre os anos de 1982 e 2002, declara que

a perspectiva estética e civilizadora que fundou as práticas de preservação do patrimônio no Brasil e no mundo ocidental parece ter sido fortemente questionada no período, estremecendo as bases do paradigma modernista dominante, ainda que este não tenha sido superado (Chuva, 2017b, p.101).

Os efeitos destas fissuras se fazem sentir mesmo no volume e nível de detalhe dos estudos que subsidiaram os processos de patrimonialização nos anos

---

<sup>123</sup> PENA, op. cit., f. 32-35.

mais recentes, evidenciando que não se trata, apenas, de um consenso sobre características já consagradas de determinadas obras arquitetônicas. Contudo, ainda que esta ampliação conceitual tenha se efetivado, e novas abordagens se estabelecido, os bens tombados em Cabo Frio permanecem, em sua maioria, de “pedra e cal”, relacionados ao passado colonial e distante, e a gestão destes se realiza, especialmente, a partir de critérios estéticos.

Como afirmado por Chuva, o paradigma modernista não foi, ainda, inteiramente superado. Fato que se observa, de certo modo, na Portaria nº 352, de 31 de julho de 2012, que, a partir da interpretação da significância do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio e da identificação dos valores motivadores dos tombamentos, delimitou as poligonais de proteção e de entorno, bem como estabeleceu critérios para estas, em seus diferentes setores.

Com base no diagnóstico que o Conjunto Paisagístico é fragmentado “uma vez que sua composição surge da junção de elementos muitas vezes dispersos no tecido da cidade”<sup>124</sup>, as áreas de entorno assumem grande importância – posto que são estas que conectam, fisicamente, cidade e paisagem tombada. Estas foram delimitadas, contudo, considerando o “protagonismo visual dos elementos tombados centrais na paisagem”<sup>125</sup>, a partir da identificação dos “principais pontos de visualização do conjunto tombado, locais de perspectivas privilegiadas a serem mantidas e preservadas”<sup>126</sup>.

O instrumento do entorno começou a ser utilizado no país a partir dos aspectos de visibilidade e vizinhança, mas com o tempo e as discussões no campo, chegou ao ponto de compreender e preservar a ambiência e até mesmo a “historicidade dos contextos que envolvem os bens tombados” (Motta; Thompson, 2010, p.9). A delimitação de tal área depende “da atribuição de valor cultural a essas áreas e exige [...] um trabalho técnico de explicitação de seu valor em relação aos bens tombados, tão importantes quanto aquele de tombamento” (Motta; Thompson, 2010, p.9).

*A Declaração de Xi'an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural* definiu que o entorno é o meio que participa ou contribuiu aos significados de um bem cultural e que, mais que aspectos materiais e

---

<sup>124</sup> ESCRITÓRIO TÉCNICO II. Informação Técnica ETRL/IPHAN-RJ nº. 06/2012: Analisa o Conjunto Paisagístico de Cabo Frio no intuito de identificação seus valores e atributos, e aporta justificativas para as definições da proposta de Portaria para Norma de Proteção do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio - RJ. In: IPHAN. *Processo 757-T-65*, v. 2, f. 90, 17 julho 2012.

<sup>125</sup> Ibid., f. 91.

<sup>126</sup> Ibid., f. 91.

visuais,

supõe uma interação com o ambiente natural, práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica (Icomos, 2005).

A Portaria nº 352, entretanto, traçou os limites das poligonais de entorno do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio a partir de aspectos de ordem formal, meramente visuais, conduzindo a uma apreensão, mais uma vez, estética do patrimônio e desta área que, potencialmente, exerceria papel de mediação, de incremento à relação “harmônica entre a cidade contemporânea e o Conjunto Paisagístico” (Iphan, 2012).

Neste sentido, declara Alves que “qualquer intervenção na área de entorno consiste na análise do impacto da volumetria da construção sobre a visibilidade do bem tombado” (Alves, 2015, p.151). A autora afirma, ainda, que isto, por vezes, sequer torna o patrimônio mais visível e que nem mesmo “a relação de ambiência é sentida” (Alves, 2015, p.151).

Diante da configuração espacial deste conjunto, onde os setores tombados se localizam em dois extremos, separados por uma cidade na qual não se identificam “elementos que a aproximem dos valores históricos, artísticos e paisagísticos presentes na paisagem tombada” (Alves, 2015, p.151), mais que garantir a visibilidade da paisagem preservada, a área de entorno assume protagonismo por seu potencial de aproximar esta urbe que, negada sua proteção, desenvolveu-se ao sabor da especulação imobiliária.

A prevalência de critérios estéticos nas práticas seletivas e de gestão do patrimônio ainda se mantém e, no caso de Cabo Frio, estes não serão capazes de superar a sensação de fragmentação entre centro urbano e paisagem tombada. Nesta perspectiva, Alves sustenta que

é importante definir um plano de preservação que repense o entorno não apenas do ponto de vista de criação de critérios e normativas restritas às edificações, mas abrangendo um planejamento e ordenamento que permita trocas sociais, culturais e também ambientais, uma vez que os elementos naturais que compõem as paisagens também devem ser considerados. Conferir ao entorno um aspecto mediador pode contribuir para que as práticas sociais não sejam engessadas e para quebrar uma barreira entre áreas protegidas e não protegidas (Alves, 2015, p.152).

Em fins de 2002, a Associação de Amigos da Passagem afirmou, em ofício ao

INEPAC sobre o tombamento do Largo de São Benedito, que “como em Cabo Frio o Instituto de Patrimônio Cultural e o Conselho estão desativados desde 1991, pedimos ao senhor avalie com urgência o nosso processo de tombamento”<sup>127</sup>. Em julho do mesmo ano, o Escritório Técnico Cabo Frio, em Memorando à Divisão Técnica da 6ª SR sobre a abertura do processo de tombamento da Fazenda Campos Novos havia declarado, em relação à prefeitura de Cabo Frio, que “estamos tendo diversas dificuldades em outras áreas sob tombamento federal”<sup>128</sup>. Neste sentido, Pimenta enfatiza a precariedade na relação entre município e IPHAN, “ocorrido em praticamente todas as gestões municipais de Cabo Frio, salvo poucas exceções” (Pimenta, 2015, p.74).

Após as iniciativas municipais no campo da preservação entre os anos de 1980 e 1990, o Conselho e o Instituto Municipal do Patrimônio Cultural permaneceram desativados até a década de 2010 e a prefeitura atuou mais como obstáculo à preservação que como agente. Entre os anos de 2010 e 2012, motivada pela elaboração do Plano de Ação que habilitava Cabo Frio a integrar o Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas e, com isso, receber recursos, a prefeitura municipal reativou o IMUPAC bem como o Conselho.

Em março e abril de 2011, dois edifícios, que já eram de propriedade pública, receberam o tombamento municipal: o Solar dos Massa, onde funcionava a biblioteca, e a Casa Atelier Carlos Scliar, museu-casa com acervo de obras do pintor.

Durante esta década, pouco foi feito em âmbito municipal – a Fazenda Campos Novos não foi restaurada, o Solar dos Massa passou cerca de três anos fechado (Tavares, 14/10/2014) e foi restaurado graças a um Termo de Ajustamento de Conduta (Branco, 29/08/2017), a casa do fotógrafo Wolney Teixeira desabou e seu acervo de fotografias da cidade não foi, até hoje, adquirido (Asaerla, 2010, p.20), outras edificações foram demolidas durante a madrugada (Branco, 29/08/2017).

Diante deste contexto, por diversas vezes a sociedade civil – organizada em ONG's, associações - utilizou-se da preservação enquanto instrumento de resistência à especulação imobiliária. Adotando a retórica da perda e um vocabulário próximo ao utilizado pelos órgãos de preservação, diversos pedidos de tombamento

---

<sup>127</sup> ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASSAGEM. Ofício nº 20/2002. In: INEPAC. *Processo E-18/001.729/2002*, f. 10, 14 novembro 2002.

<sup>128</sup> MEDEIROS, Maryane Turi. Memo ETCF nº 042/02: Processo de tombamento fazenda Campos Novos. In: IPHAN. *Processo 1492-T-02*, v.2, f. 31, 10 julho 2002.



foram realizados almejando reconhecimento de valores atribuídos a imóveis, sítios, mas sobretudo a proteção dos mesmos. Nestes casos, diante das décadas em que o Conselho Municipal passou desativado, da ausência de quadro técnico municipal, dos vários casos de imóveis demolidos ainda que protegidos pela legislação, e mesmo da existência incerta do Livro do Tombo, as solicitações foram endereçadas aos institutos estadual e federal.



**Figura 13: Fotografia aérea com Conjunto Paisagístico de Cabo Frio e demais bens tombados pelo IPHAN, INEPAC e IMUPAC, atualmente.**

01 - Remanescentes do Forte de São Matheus, 02 - Capela de Nossa Senhora da Guia, 03 - Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, 04 - Charitas, 05 - Palácio das Águias, 06 - Igreja de São Benedito, 07 - Câmara Municipal, 08 - Corpo de Bombeiros, 09 - Parque e Fonte do Itajuru, 10 - Instituto Estadual Professora Ismar Gomes de Azevedo, 11 - Ponte Feliciano Sodré, 12 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção, 13 - Largo de São Benedito e adjacências, 14 - Casa Atelier Carlos Sciar e 15 - Solar dos Massa (Biblioteca Pública Municipal Professor Walter Nogueira). Imagem do Google Earth alterada pela autora.

O foco sobre os aspectos estéticos do patrimônio configurou um quadro onde a paisagem tombada, os bens pontuais preservados, sacralizados, convivem, em Cabo Frio, com uma urbe contrastante, onde pouco se compartilha dos valores atribuídos ao patrimônio. A percepção do centro urbano cabo-friense a partir do estético conduziu à negação da área mais pulsante e utilizada da cidade bem como

ao insucesso do entorno como lugar de mediação e contextualização.

A atuação do IPHAN nos anos iniciais, através de suas redes de relações pessoais, rotinização das práticas e produção de estudos, “circunscreveu o espectro de bens culturais passíveis de serem identificados como nacionais” (Chuva, 2017a, p.395). A visão do patrimônio de pedra e cal, monumental, barroco de tal forma se consagrou enquanto quadro social da memória que nem mesmo a emergência de novas discussões conseguiram, ainda, modificar de forma mais incisiva o acervo patrimonial da cidade de Cabo Frio – sobre este, podemos afirmar que, tal qual Motta caracterizou o patrimônio construído entre 1979 e 1990, é “estético, estilístico, excepcional, disperso na cidade e de recortes urbanos aleatórios” (Motta, 2000, p.134).

Após a descentralização, “de modo geral, prevaleceu a ação supletiva em que estados e alguns municípios participaram dos trabalhos de identificação de um patrimônio à semelhança daquele do período inicial das práticas seletivas no Brasil” (Motta, 2000, p.46). Neste sentido, em Cabo Frio, se ampliações foram realizadas - compreendendo a paisagem como bem atribuído de valor, a natureza, e mesmo preservando obras de tipologias antes interpretadas como decadentes -, a maioria dos bens protegidos, nas diferentes esferas, são obras de arquitetura, cujos processos de tombamento se debruçaram ou mobilizaram os aspectos estéticos e visuais destas.

A omissão do poder municipal enquanto um importante ator também não colaborou para que o centro cabo-friense se apresentasse de forma menos fragmentada. Se alguns dos bens protegidos funcionam como “semióforos de uma grande coleção espalhada no território” nacional ou estadual (Chuva, 2017a, p.62), não podemos afirmar que estes ressoam e cumprem plenamente sua função social. Uma participação mais ativa do governo municipal proporcionaria um melhor planejamento de gestão e uso do solo, favorecendo a contextualização dos bens preservados e mesmo incrementando as áreas de entorno, levando em conta não somente aspectos visuais, mas culturais, ambientais e sociais. Afinal,

é no governo municipal que as políticas públicas de ordenamento do espaço – e, portanto, também da preservação do patrimônio cultural – convergem, porque por ele elas são instrumentalizadas, cabendo ao IPHAN dar diretrizes para sua elaboração (Iphan, 2010, p.21).

Nesta perspectiva, Motta, ao abordar a descentralização da política de preservação a partir dos anos de 1970, demonstra que Cabo Frio não é exceção.

Os planos diretores, que deveriam promover a preservação associada ao planejamento urbano, pouco acrescentaram aos métodos tradicionais de tratamento dos sítios históricos como obras de arte: recortavam-se as áreas tombadas, como exceções a serem tratadas pelo IPHAN, não incorporando-as ao processo mais amplo de planejamento com a participação do poder local, ou se estabeleciam, para essas áreas, os critérios já empregados pelo IPHAN de reprodução do cenário estilístico predominante (Motta, 2000, p.51).

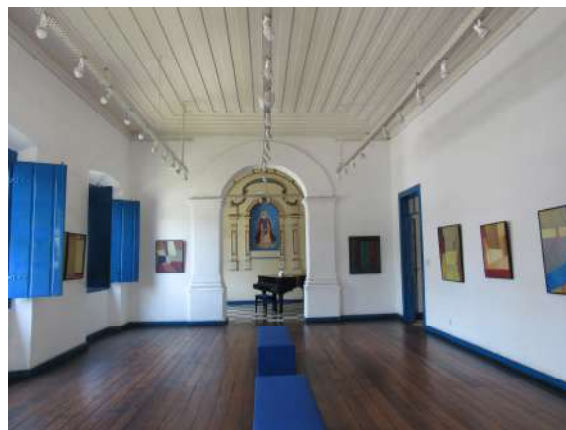
A gestão da área protegida, bem como de seu entorno, demanda profissionais qualificados na cidade, um planejamento urbano minucioso e o desenvolvimento de planos de preservação e gestão que, principalmente, confirmem protagonismo aos sujeitos que interagem e atribuem valor aos bens tombados. Deste modo, aspectos qualitativos, simbólicos, intangíveis poderão ser considerados, possibilitando que os bens patrimoniais, compreendidos em suas relações, exerçam sua função social, na vida cotidiana, para além de, somente, marco visual, mercadoria, testemunho de um passado longínquo, ou ativo para o turismo.

### 3 A TRAJETÓRIA DA CASA DE CARIDADE DE CABO FRIO

O edifício da antiga Casa de Caridade, localizado na principal avenida do centro de Cabo Frio, exerce, desde 1982, a função de centro cultural e museu de artes plásticas (Candidato..., 22/10/1982, p.6). O Museu e Casa de Cultura José de Dome apresenta-se como um espaço museal cujo discurso pouco aborda a história do imóvel: há apenas uma réplica em madeira da Roda de Expostos e um pequeno texto da memorialista Rose Fernandes, instalados, por iniciativa desta, no ano de 2012 (Cristiane, 2012). Além de instituição de memória, o Charitas, tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural em 1979 e, dez anos depois, pelo Instituto Municipal do Patrimônio Cultural, é um marco na paisagem urbana, posto que se configura como um dos poucos remanescentes do antigo casario.



**Figura 14: Edifício da antiga Casa de Caridade de Cabo Frio. Fonte: Nicole Macedo (2019).**



**Figura 15: Interior do atual Museu e Casa de Cultura José de Dome. Fonte: Nicole Macedo (2019).**

Como visto no capítulo anterior, o processo de patrimonialização da edificação pelo INEPAC se fundamentou em aspectos estéticos e estilísticos da obra de estilo neoclássico, que havia sido “rejeitada” pela proteção federal. A memória do uso original deste bem, construído para atender às crianças expostas e enfermos indigentes - função que exerceu por quase um século -, não se configurou como motivação à sua preservação, ainda que em todo o Estado, em apenas outras duas cidades, as Casas de Caridade tenham possuído, também, uma Roda de Expostos (Rio de Janeiro e Campos dos Goitacazes). O projeto museológico, de mesmo modo, pouco considera a biografia do lugar.

Diante deste contexto e da ausência de estudos sobre a Casa de Caridade de

Cabo Frio na produção historiográfica sobre as Rodas de Expostos no Brasil, este capítulo empreende, a partir de fontes documentais e de revisão bibliográfica, pesquisa histórica sobre a trajetória desta instituição – desde a sua construção, determinada pela Câmara Municipal e organizada pela Comissão de Expostos até seu funcionamento e especificidades.

### **3.1 Da Comissão de Expostos à construção da Casa de Caridade de Cabo Frio**

A Casa de Caridade de Cabo Frio foi construída para atender, primeiramente, a necessidade de se prestar assistência aos expostos. Sendo esta a principal função do edifício da Charitas ao longo de sua história, é fundamental compreender o modelo lusitano de assistência – introduzido no país, assim como o ato de abandonar os filhos, com o processo de colonização.

Já presente no império romano, a prática do abandono foi incorporada pelos primeiros cristãos enquanto algo tolerável graças à percepção de que se configurava em um mal menor diante do aborto ou do infanticídio. A Igreja, em diversos Concílios, desde o século V, estimulou o acolhimento e criação das crianças enjeitadas, enfatizando que estas deveriam ser batizadas. A caridade - noção que se tornaria estrutural à assistência - era encorajada e praticada por membros do clero desde fins da antiguidade, até o ponto de ser, a partir do século XII, entendida como virtude: a pobreza proporcionava ao pobre a santificação na mesma medida em que, para o rico, se constituía como meio de salvação (Marcílio, 1998).

Diante do crescimento das cidades europeias e da miséria, no século XIII, a assistência individual e monástica - na forma de pequenos hospitais e abrigos - se tornaram insuficientes, o que determinou a secularização da prática. Neste sentido, Marcílio informa que

a assistência caritativa urbana foi sendo assumida pelos leigos locais e esses não distinguiam as necessidades sociais das espirituais. Transformando o simples amor a Deus em assistência aos pobres, a caridade tornou-se um dever, tanto da vida religiosa pessoal como da moral coletiva. Era um atributo não somente do poder dos príncipes, mas também das comunas urbanas. No final do século XIII, a responsabilidade da assistência foi assumida pelos governos locais. Essas mudanças profundas se efetivaram sem que o caráter religioso da caridade desaparecesse (1998, p.48).

A partir destas associações leigas ou confrarias caritativas, preocupadas em

garantir o batismo dos expostos - indispensável à salvação da alma -, bem como o cuidado dos indigentes, enquanto exercitavam, também, a virtude, surgiram as primeiras instituições de proteção à criança abandonada (Marcílio, 1998). Em Portugal, destaca-se o papel das Misericórdias: originadas da Confraria da Piedade, de Lisboa, eram irmandades laicas que se orientavam por compromissos definidos a partir das obras de misericórdia e que “desde o seu surgimento, foram agraciadas com benesses e regalias, constituindo-se instrumento aglutinador das elites” (Franco, 2014a, p.50-51). Estas predominaram na assistência à infância abandonada dado que, no século XVI, a determinação de D. Manuel I - de que se entregasse às Misericórdias os hospitais do reino - resultou numa “verdadeira “rede hospitalar” de amparo aos enjeitados, tanto pela padronização dos compromissos e regras gerais, como pelo funcionamento, e também pelo aval da Coroa” (Marcílio, 1998, p.96).

A primeira Roda de Expostos, foi instalada no muro do hospital de Santo Espírito in Saxia, em Roma, por determinação do papa Inocêncio III e recebia crianças que eram amamentadas e criadas pelas amas, até poderem retornar ao hospital e serem, enfim, entregues aos cuidados de mestres-artesãos, com os quais aprendiam um ofício (Marcílio, 1998, p.51-52). Esta configuração de hospital, que recebia através da Roda as crianças abandonadas e prestava assistência às mesmas, se tornou o modelo de instituição se difundiu por toda Europa católica, especialmente nas grandes cidades.

As Rodas eram dispositivos cilíndricos rotatórios, à semelhança dos utilizados em vestíbulos de mosteiros, que instalados no muro ou janela dos hospitais permitiam abandonar a criança em sigilo. Após deixar o bebê, girava-se a Roda e tocava-se o sino para avisar da presença do enjeitado (Marcílio, 1998, p.57). A Roda favorecia o anonimato, fundamental à prática do enjeitamento. Franco afirma que

o abandono de crianças era um segredo comunitário, em que todos procuravam manter o silêncio a fim de que, caso precisassem, também pudessem utilizar o abandono como estratégia em suas respectivas famílias (2014a, p.101).

A noção de circulação de crianças - tese que compreende que a circulação de crianças entre famílias distintas, no interior de uma comunidade, era uma prática comum, uma redistribuição e estratégia de sobrevivência - é utilizada por alguns autores, como Franco, para apontar que também o abandono, informal ou com amparo institucional, se inseria nesta dinâmica (Franco, 2014a, p.110-120). O autor

discorda da visão de Venâncio, para o qual esta hipótese é muito genérica e a mobilidade informal de crianças entre lares não poderia ser comparada com o total rompimento dos laços familiares que se efetuava após o abandono na Roda (1999, p.86). Mediante o exposto, pode-se inferir que, ainda que o enjeitamento à Roda significasse a perda dos vínculos familiares, a mentalidade e as práticas sociais contribuía para que o abandono fosse compreendido como uma alternativa plausível.

No que tange às motivações, demonstra Marcílio que a ilegitimidade não era a causa primeira do abandono - como defendido por Alves (2009) em sua dissertação *A "Casa da Roda" de Cabo Frio no período de 1830 a 1900* - mas, principalmente, uma dificuldade pessoal da mãe aliada à um quadro de pobreza (1998, p.258-259). Esta posição é compartilhada por Venâncio, que utiliza a categoria de crise familiar – o autor considera que a pobreza, isoladamente, ou o desejo de controlar o tamanho da família, a ilegitimidade, entre outros, não eram os causadores do abandono, e sim a associação de diversos fatores que levavam as famílias das camadas mais empobrecidas à uma situação de crise (1999, p. 73-94). Também Franco relaciona as contingências da vida à utilização do abandono enquanto uma estratégia, invalidando a hipótese historiográfica de ilegitimidade como causa majoritária do fenômeno, especialmente no Brasil (2014a, p.73-74).

No período colonial, foi a sociedade civil que se implicou na assistência, especialmente na forma de confrarias da Misericórdia - que totalizavam, até a Independência, vinte e uma. Entretanto, ainda que algumas destas socorressem as crianças abandonadas, apenas três possuíam uma Roda de Expostos: Salvador (abertura da Roda em 1726), Rio de Janeiro (1738) e Recife (1789) (Marcílio, 1998).

Na fase da filantropia, a partir do século XIX, o iluminismo, os ideais utilitaristas e as crenças no progresso levaram à valorização da salvação não somente da alma, através do batismo, mas do corpo e, também, ao entendimento da criança abandonada enquanto útil à nação. A partir desta perspectiva, mais de dez novas Rodas foram fundadas no pós-independência, além de outras instituições destinadas à criação, educação - especialmente voltada ao trabalho -, e internamento das crianças órfãs, expostas e pobres (Marcílio, 1998, p.157). A maioria destas contou com o financiamento das assembleias provinciais, determinando um caráter filantrópico, ainda que algumas dependessem de verbas das Câmaras Municipais e estivessem sob direção de confrarias, tal qual a Casa de Caridade de Cabo Frio.

Em 1835, conforme Relatório de Presidente de Província do Rio de Janeiro, a única instituição que prestava assistência aos enfermos e expostos era a Santa Casa da Misericórdia de Campos: “não consta que na província exista nenhum outro estabelecimento deste gênero” (Torres, 1850, p.11). Apenas alguns anos depois, em relatório de março de 1844, afirma-se que já existiam sete Casas de Caridade, a saber: das cidades de Campos, Cabo Frio, Magé, Angra dos Reis, Paraty, Valença e Resende. Destas, apenas as duas primeiras tinham expostos sob sua responsabilidade (Vianna, 1844, p.26-27).

Desde fins da Idade Média já era regulamentado, em Portugal, que a assistência às crianças abandonadas era uma incumbência das Câmaras Municipais, que poderiam até mesmo criar um imposto específico para custeio destes (Marcílio, 1998, p.94). Contudo, diante da relutância destas e da situação de penúria das poucas Rodas existentes, em 1º de outubro de 1828 foi promulgada a Lei dos Municípios. Marcílio afirma que, ainda que a redação sobre as obrigações das Câmaras para com os enjeitados fosse ambígua, coube à estas o dever da manutenção das Casas de Caridade, entretanto, esta responsabilidade poderia ser repassada às Misericórdias (1998, p.143).

Ficou estabelecido que as Câmaras cuidariam do estabelecimento e da conservação das casas de caridade, para que se criem expostos; nas vilas onde não haviam casas de misericórdia para a criação dos expostos, as câmaras deveriam assumir esse encargo. Algumas vilas, com essa lei, trataram logo de estimular a Santa Casa local para abrir uma Roda de Expostos, liberando a Câmara dessa obrigação (Marcílio, 2010, p.32).

Em 1831, a pedido da Câmara Municipal de Cabo Frio, o Ministério do Império expediu ordem para entrega dos legados pios não cumpridos à esta instituição, que os utilizaria na criação dos expostos. Além disso, enviou “instruções para serem observadas na educação dos referidos expostos” (Torres, 1850, p.10). Contudo, cerca de quatro anos depois, a Câmara informou ao Governo Central que havia elaborado um novo regulamento, “no qual se determinava a construção de um edifício próprio, que deverá ser levado a efeito com o produto daqueles legados, e ajuda de subscrições particulares” (Torres, 1950, p.11).

A instalação da roda em casa particular alugada, também realizada no ano de 1831 (Relatório..., 30/03/1979, p.2), e, posteriormente, a construção do edifício da Casa de Caridade de Cabo Frio, por determinação da Câmara Municipal, se realizaram neste contexto onde cabia à esta atender ao determinado pela Lei dos Municípios. Na ausência de uma Santa Casa, a Câmara cabo-friense se encarregou,



num primeiro momento, de instituir uma Roda - este tipo de instituição, chamada de Casa da Roda, foi, segundo Renato Franco, comum na América portuguesa e em Portugal, nos “locais onde as misericórdias foram pouco significativas” (2014a, p.195).

Os recursos para custeio da Casa da Roda e dos expostos, bem como para financiamento das obras para Casa de Caridade, eram, a princípio, os legados pios não cumpridos. Estes surgiram no século XII, quando passou a constar nos testamentos bens “expressamente deixados aos organismos de socorro” (Marcílio, 1998, p.49). Desde 1827 era estabelecido que os legados pios não cumpridos deveriam ser utilizados pelos hospitais de caridade dos distritos e, na ausência destes, na criação das crianças abandonadas (Venâncio, 1999, p.35).

A Constituição de 1824, tornou as elites locais mais dependentes do governo central, fazendo com que mesmo as sessões da Câmara Municipal tivessem

como objetivo mais imediato deliberar sobre consultas ou demandas feitas pelos poderes centrais. Assim, para a elaboração de mapas demonstrativos de população, da administração da Justiça, obras públicas, entre outros assuntos, a Câmara de Cabo Frio, a exemplo de todas as demais Câmaras da Província, organizava comissões destinadas a atender a estes pedidos (Araujo, 2017, p.94).

Neste sentido, a fim de organizar a construção da Casa de Caridade e supervisionar os cuidados com os expostos, no ano de 1834, foi formada, pela Câmara Municipal, a Comissão de Expostos (Relatório..., 30/03/1979, p.2). Esta era regida pelo Regulamento da Administração dos Expostos<sup>129</sup> e formada por Joaquim de Santa Catarina Loyolla, Alexandre Manoel de Pontes e Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde - os dois primeiros foram vereadores da cidade (Massa, 1996, p.242) enquanto o último era engenheiro (Beranger, 2003, p.80).

Coube ao Major do Imperial Corpo de Engenheiros, Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, não somente exercer a presidência da Comissão de Expostos<sup>130</sup>, como também elaborar o projeto para a Casa de Caridade (Elogio..., 1839, p.297), tocar a obra desta<sup>131</sup>, e, posteriormente, definir planta para o cemitério

---

<sup>129</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 26.02.1837. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>130</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 27.02.1837. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>131</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de [1836]. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

da Irmandade de Santa Izabel<sup>132</sup>, assim como redigir o Compromisso que instituiu a confraria (Bellegarde, 1868). Como engenheiro da 4ª Seção, Bellegarde executou várias obras de melhoramentos na região e foi uma figura ímpar nos primeiros anos da assistência aos expostos em Cabo Frio.

Ainda que o abandono não fosse um fenômeno intenso em Cabo Frio - nunca tendo atingido índices comparáveis às Rodas da Corte ou de Campos dos Goitacazes -, a criação de uma Roda, e sobretudo de uma Casa de Caridade, não somente liberava a câmara de sua responsabilidade em prestar assistência aos expostos, como era um símbolo de distinção e se constituía como um “pretexto ideal para pedidos de proventos” (Franco, 2014a, p.58).

A partir de subscrições de particulares e, posteriormente, de 2:000\$000 de recurso provincial - quantia que "foi posta à disposição desta Câmara para a construção de uma Casa de Caridade"<sup>133</sup> - as obras do edifício da Charitas começaram em meados de 1835<sup>134</sup>. Utilizando-se de remanescentes de uma antiga construção colonial<sup>135</sup>, o prédio da Casa de Caridade viria a atender todo o território de Cabo Frio: que englobava, também, parte dos atuais municípios de Silva Jardim (antigo Capivari), Barra de São João, Araruama, além da totalidade de São Pedro da Aldeia e mesmo Arraial do Cabo e Armação dos Búzios (Souza, 2000, p.32).

De todas as freguesias desta região, doações de materiais e mesmo mão-de-obra foram feitas. Em sessão de 29 de julho de 1835, a Comissão de Expostos autorizou que Liborio José da Silveira, que havia se voluntariado, cortasse madeiras, em terras de D. Maria dos Prazeres<sup>136</sup>. Capivari também ofertou certa quantidade de madeira<sup>137</sup>, que seria transportada até Barra de São João<sup>138</sup> para, depois, seguir até o centro de Cabo Frio. O padre Antônio Domingues Monteiro, ofereceu dois

---

<sup>132</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE DA CIDADE DE CABO FRIO. Cópia de ofício. In: APERJ, *Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64, f. 3, 28 abril 1849.

<sup>133</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO. Cópia de ofício. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 27 outubro 1836.

<sup>134</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Balancete: da receita e despesa da construção da Casa de Caridade de Cabo Frio, desde julho de 1835 até agosto de 1836, provados com os inclusos documentos, de N.1 até N.7. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 27 dezembro 1836.

<sup>135</sup> HERTZ, Alfredo de Sá Earp. Charitas - Cabo Frio: Projeto de Restauração. In: INEPAC. *Processo E-03/39.570/78*, f. 13-14, março 1978.

<sup>136</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 29.07.1835. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>137</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 30.09.1835. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>138</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 11.02.1836. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

carpinteiros, além da oferta que havia realizado, assim como Manoel Paes de Abreu também disponibilizou um pedreiro, além do que já tinha doado<sup>139</sup>.

A documentação sob guarda da Câmara Municipal de Cabo Frio, ainda que muito fragmentada e lacunar, permite compreender como se organizou esta etapa inicial da construção, revelando, inclusive, alguns problemas singulares dos quais se ocupou a Comissão de Expostos. Em novembro de 1835, pedras que seriam usadas na construção da Casa foram roubadas por José Antônio Leite, que depois de utilizar parte destas, jogou-as no canal. A Comissão, então, escreveu ao Juiz de Paz do Distrito<sup>140</sup>. Apenas dois dias depois, José Antônio Leite informou que havia restituído as pedras e pediu que lhe perdoassem e dissolvessem a queixa ao juiz, como fez a Comissão<sup>141</sup>.

Outra questão, que perdurou por anos, foi a doação de telhas feita, em 1835, por D. Engracia Maria da Porciúncula<sup>142</sup>. Esta não respondia aos sucessivos ofícios enviados pela Comissão, que pediam que enviasse “com a necessária brevidade [...] ao Porto do Carro as 600 telhas”<sup>143</sup>, alegando, até mesmo, que a demora prejudicava o madeiramento e as paredes em exposição às intempéries<sup>144</sup>. Por fim, já em 1838, por sugestão de um membro, escreveram ao padre Joaquim Gonçalves Porto, para que ele intercedesse pelo pagamento da dívida, antes de procederem judicialmente<sup>145</sup>.

Para organizar as doações, em dezembro de 1835, Bellegarde propôs que, diante do fato de terem recebido algumas cartas com respostas ao pedido de materiais para Casa de Caridade, que elaborassem uma lista nominal das pessoas que tinham se inscrito escrevendo as respectivas ofertas nas margens<sup>146</sup>. Cerca de um ano depois, a Comissão ainda sistematizava as subscrições: escrevia aos delegados das diversas freguesias para “dar a última mão a legalidade da

---

<sup>139</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 07.05.1836. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>140</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 20.11.1835. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>141</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 22.11.1835. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>142</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 29.12.1836. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>143</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 22.04.1837. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>144</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 05.04.1837. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>145</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de [1838]. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>146</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 17.12.1835. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

arrecadação das quantias subscritas<sup>147</sup> e pedia que enviassem, o quanto antes, uma relação nominal dos subscritores e os quantitativos.

Em julho de 1836, a Câmara Municipal recebeu Portaria Provincial que pedia esclarecimentos sobre a utilização da quantia de 2:000\$000 réis<sup>148</sup>, designada em fins de 1835<sup>149</sup>. A referida Câmara deveria enviar conta documentada das despesas, bem como um inventário dos materiais existentes, devolvendo aos cofres provinciais o que não fora gasto<sup>150</sup>. Escreveu a Comissão de Expostos, então, em outubro ao Presidente da Província prestando contas, em Balancete, sobre as compras de materiais efetuadas, e informando, em relatório elaborado pelo Major Bellegarde, o estado que se encontrava o edifício: com paredes mestras a 12 palmos de altura, sobre profundos alicerces, baldrames das paredes divisórias feitos, soleiras das portas principais assentadas, como alguns peitoris das janelas e erguendo-se as portadas de tijolo. Além disso, afirmou que tinha “a esperança, de não ver-se despojada” da quantia de 167\$538, que sobrou de seus gastos que totalizavam 1:832\$462<sup>151</sup>. Em novembro o Presidente da Província autorizou, enfim, em ofício à Câmara, a utilização deste saldo<sup>152</sup>.

As dificuldades financeiras e a dependência de recursos provinciais - uma constante na trajetória da Casa de Caridade - já se faziam sentir nos primeiros anos, ainda de construção, da instituição. Em janeiro de 1837, o tesoureiro da Comissão de Expostos reforçou a urgência no recebimento dos legados pios não cumpridos - outra possível receita - e um ofício foi enviado ao Juiz Municipal Ignácio Cardozo da Silva, questionando sobre a quantidade e os valores destes<sup>153</sup>. Um mês depois, oficiava-se novamente o referido Juiz, buscando arrecadar os legados pios o quanto antes<sup>154</sup>.

---

<sup>147</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 29.12.1836. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>148</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 18.07.1836. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>149</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 20.10.1836. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>150</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO. Cópia de ofício. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 27 outubro 1836.

<sup>151</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 20.10.1836. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>152</sup> SOUZA, Paulino José Soares de. Cópia de ofício. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 12 novembro 1836.

<sup>153</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 07.01.1837. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>154</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 27.02.1837. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

Em junho de 1837, a Câmara escreveu ao governo provincial alegando ter dificuldades para a continuação da obra e solicitando consignação de uma nova quantia<sup>155</sup>. No Relatório deste mesmo ano, o vice-presidente da Província discorreu sobre o pedido e de como não podia atendê-lo. Apelou, então, à Assembleia Provincial, para que destinasse, no próximo ano, recurso à Casa de Caridade de Cabo Frio, afirmando que o edifício já estava adiantado, e que “se este não continuar, o madeiramento ainda descoberto se arruinará inteiramente” (Vaz-Vieira, 1837, p.11).

As dívidas só cresciam e, em julho de 1837, o tesoureiro da Comissão, Antônio dos Santos Porto Rocha, já havia adiantado 1:179\$541 em prol da Casa de Caridade<sup>156</sup>. No ano de 1838, diante do déficit com o tesoureiro, o presidente da Comissão mandou “temporariamente suspender a dita obra, até que o mesmo senhor se declare habilitado para continuar a fazer os suprimentos referidos”<sup>157</sup>.

Neste contexto de dificuldades financeiras e tentativas de conseguir novos recursos, instituiu-se a Irmandade de Santa Izabel da Caridade. Tal como aconteceu em outras localidades, primeiro criou-se a instituição de assistência e, posteriormente, fundou-se a confraria responsável pela sua administração. Na maioria dos casos, estas irmandades, tempos depois, tornaram-se Misericórdias, aprovando compromissos à semelhança do lisboeta (Franco, 2014b, p.15-17). A Casa de Caridade de Cabo Frio, contudo, foi gerenciada, por todo o século XIX e início do XX, pela irmandade que tem por invocação a importante Santa Izabel - que era festejada até mesmo nas Misericórdia (Franco, 2014b, p.9).

Araujo, em texto sobre a economia e a sociedade cabo-frienses nos oitocentos, aponta que a limitação do poder das Câmaras Municipais fez das confrarias o espaço onde “as elites locais poderiam manter seu poder político e econômico” (2017, p.95). Conforme afirma Sanglard, em artigo sobre a transformação do hospital caritativo em espaço da medicalização, ainda que houvesse uma hierarquia entre as confrarias, em função da distinção social, “ser irmão da Misericórdia era símbolo de prestígio, da mesma forma que - guardada a devida hierarquia - o era participar das outras irmandades e ordens terceiras” (2006, p.30).

---

<sup>155</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 16.06.1837. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>156</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 30.07.1837. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>157</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de [1838]. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

O Compromisso da Irmandade de Santa Izabel da Caridade - que instituiu, então, a confraria cabo-friense, regeu suas atividades e a estruturou - é dividido em sete capítulos e cinquenta e quatro artigos. O texto, escrito pelo Major Bellegarde e assinado por vinte e seis Irmãos em março de 1838, foi aprovado pelas autoridades civil e religiosa poucos meses depois. Definia como objetivo primeiro da irmandade a proteção e cuidado dos indigentes, órfãos, expostos e presos e enunciava que aos Irmãos, suas viúvas e órfãos estava reservado socorro especial (Bellegarde, 1868).

A Assembleia Provincial liberou auxílio para as Casas de Caridade de Cabo Frio, Campos e Magé no ano financeiro de 1838 a 1839 (Sousa, 1838, p.14-15), permitindo, assim, que as obras fossem retomadas, e que em início de 1839 estivessem em etapa de finalização: “acham-se feitos todos os compartimentos interiores, além de outras partes que lhe faltavam, carecendo somente agora de certas obras acessórias e de decoração” (Sousa, 1851, p.33). Para o Major Bellegarde, “chefe da 4ª seção, bastaria que no corrente ano financeiro fossem continuadas as consignações com que essa obra foi socorrida nos anteriores, para leva-la à conclusão” (Sousa, 1851, p.33). O referido engenheiro, contudo, faleceu em janeiro de 1839 (Elogio..., 1839, p.297), não tendo vista finalizada a Casa de Caridade que projetou e construiu.

O edifício desenhado pelo Major Bellegarde, como descrito no relatório que subsidiou seu tombamento, é de “estilo neoclássico simples”<sup>158</sup>, apresentando, em sua fachada de corpo único, um frontão triangular entre duas pilastras toscanas que terminam em pináculos. A composição, ainda que bastante modesta, é representativa deste estilo arquitetônico que se identificava - desde sua ascensão na Europa - com o movimento iluminista de ordenação racional do mundo (Peixoto, 2000, p.26). Assim como os princípios iluministas influenciaram a abertura de diversas Rodas no pós-independência, estes também fizeram do neoclássico a arquitetura oficial do Império e, assim, expressão do processo civilizador da monarquia (Peixoto, 2000, p.30).

A presença da Missão Francesa, da Academia Imperial de Belas-Artes, no Rio de Janeiro, e a abertura dos portos interferiram no modo de construir no país. Dado que a economia brasileira se fundava, ainda, na utilização de mão-de obra escravizada, era a importação de elementos industrializados que permitia inovar nas composições dos edifícios. A este respeito, Reis Filho afirma que nos maiores

---

<sup>158</sup> HERTZ, Alfredo de Sá Earp. Charitas - Cabo Frio: Projeto de Restauração. In: INEPAC. *Processo E-03/39.570/78*, f. 13-14, março 1978.

centros urbanos, localizados no litoral, o contato mais próximo com a Europa permitiu que mudanças profundas se realizassem na arquitetura, que “se integrou, pela aparência, pelos detalhes e pelas formas de construção, nos moldes internacionais de sua época” (2014, p.116). Em contrapartida, nos menores centros e no interior das províncias as transformações se restringiram, especialmente, aos aspectos decorativos.

Desta forma, a Casa de Caridade, assim como a arquitetura da primeira metade do século XIX, em muito se assemelha, ainda, à colonial - conservando técnicas construtivas, simplicidade na organização dos espaços e relação entre construção e lote urbano (Reis Filho, 2014). A adoção do neoclássico - sobretudo na simetria e nos elementos decorativos da fachada principal - demonstra que, apesar do isolamento da cidade e, assim, das dificuldades para obtenção de elementos importados, o projeto do Major Bellegarde para este importante edifício estava em consonância com os ideais vigentes e com a perspectiva de “civilização que devia se espalhar pela nação a partir da capital” (Peixoto, 2000, p.32).

A lacuna na documentação encontrada, no período entre os anos de 1839 e 1843, não permite que se confirme informações consagradas em textos de memorialistas locais: como a que a porção destinada aos expostos foi concluída num primeiro momento e, somente meses depois, finalizou-se a parte da capela, sacristia e enfermaria (Cf. Cunha, 1994; Souza, 2000). Contudo, em julho de 1843, a Mesa Administrativa da Irmandade de Santa Izabel ainda discutia, em suas sessões, a necessidade de reedificar a parede da capela e executar retelhamento de toda a edificação, bem como de colocar chaves na porta da Casa, encarregando, para isso, o Juiz<sup>159</sup>.

Em setembro de 1843, o Juiz comunicou, enfim, a conclusão da obra, assim como informou que o indigente José Joaquim dos Santos requereu admissão no hospital da Casa de Caridade - comprovando por meio de atestado do pároco a sua condição. Para o atendimento deste enfermo, a Mesa determinou que se fornecesse alguma louça, da mesma maneira que permitiu que “sendo dito indigente casado, a sua mulher se havia oferecido para lhe servir de enfermeira o que havia assumido em consequência de não haver no hospital outro algum doente”<sup>160</sup>. Enfim, ainda que as fontes não possibilitem conhecer as atividades exercidas a cada ano, pode-se

---

<sup>159</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ata de 30.07.1843. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>160</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ata de 25.09.1843. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

compreender o processo através do qual o cuidado com as crianças expostas originou uma Casa de Caridade em Cabo Frio, dependente, desde o início das obras, de financiamento provincial, até a admissão de um dos primeiros enfermos atendidos - dado que não havia sequer quem o tratasse.

### 3.2 O funcionamento do estabelecimento

Dos primeiros anos de construção da Casa de Caridade de Cabo Frio até fins da década de 1840, o recebimento de recursos provenientes da Assembleia Provincial era inconstante: o estabelecimento ganhou entre os anos de 1835 e 1846, para obra ou funcionamento, cinco vezes quantias entre 1:000\$000 e 2:400\$000<sup>161</sup>. A receita se resumia, então, aos anuais dos Irmãos, à dotação anual da Câmara Municipal destinada aos expostos, e aos legados, costume habitual no período colonial, mas que, segundo Marcílio, “quase desapareceu no século XIX” (1998, p.176). Além disso, algumas poucas quantias de esmolas e joias de entradas de Irmãos compunham os recursos da Irmandade.

Em março de 1843, a Mesa Administrativa da confraria enviou um ofício ao Presidente da Província pedindo por “preferência na extração das loterias concedidas às Casas de Caridade da Província pela Lei de 14 de abril de 1840”<sup>162</sup> de modo a poder cumprir sua função com uma “administração regular”<sup>163</sup>. Para justificar a solicitação, explicou a situação financeira da Irmandade:

com quanto se veja destituída de meios para poder fazer face às despesas que cotidianamente exerce com o recebimento de Expostos e Enfermos, todavia não tem deixado de valer aos que a ela recorrem, e por isso se acha alcançada em quase três contos de réis, pois que contando apenas com quinhentos mil réis anuais que lhe fornece a Câmara Municipal, e com pouco mais ou menos duzentos mil réis de anuais dos Irmãos, o que ao todo perfaz a quantia de setecentos mil réis, se vê obrigada a despender perto de trezentos mil réis mensais com alimento, e amas de vinte e seis

---

<sup>161</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 18.07.1836. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*. ASSEMBLÉA Provincial: Sessão em 9 de abril. *O Despertador*: Commercial e Político. Rio de Janeiro, p. 2. 11 abr. 1839. DIRETORIA DE FAZENDA (Província do Rio de Janeiro). Ofício N.43. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1-2, 1 fevereiro 1868.

<sup>162</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ofício. In: APERJ, *Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64, f. 2, 2 março 1843.

<sup>163</sup> *Ibid.*, f. 2.



meninos, ordenados à matrona e a uma escrava para o serviço doméstico<sup>164</sup>.

Neste mesmo ano buscava-se, também, cobrar aos Irmãos que deviam à Irmandade, atribuindo ao Procurador a tarefa de ir à cidade exigir as joias daqueles que não haviam pagado<sup>165</sup>. Um ano depois, o problema permanecia e se decidia que o Tesoureiro calcularia quantos Irmãos estavam em débito, bem como as respectivas quantias, de modo que, de posse de tal informação, o Procurador ativasse a cobrança, começando pelos Irmãos residentes na cidade<sup>166</sup>.

Percebe-se que desde estes primeiros anos de funcionamento, o estabelecimento necessitava de recursos provinciais e que a Mesa administrativa nunca hesitou em escrever pedindo por maiores quantias. Foram estes recursos que possibilitaram a formação do modesto patrimônio da Irmandade: a princípio, apenas o “pequeno e acanhado edifício, onde se acham estabelecidos o recolhimento dos expostos, o hospital e a capela” (Motta, 1859, p.16), e, posteriormente, outra pequena edificação arruinada na Passagem, uma apólice de 1:000\$000 (Ferraz, 1852, p.38), que recebeu em doação, um escravo e ainda “23 provinciais de 500\$000, de que vence juros” (Motta, 1859, p.16).

Seus rendimentos, entre fins da década de 1840 e o ano de 1880, foram, enfim, provenientes dos juros das apólices que possuía, dos anuais dos Irmãos, e, principalmente, das cotas das loterias concedidas às casas de caridade (Barboza, 1855, p.37). Sua maior despesa era com os expostos: amas externas (479\$520 no trimestre de abril a junho de 1851, 383\$064 no de julho a setembro e 404\$534 no de outubro a dezembro<sup>167</sup>), ordenados da matrona e alimentação das crianças residentes no recolhimento (312\$000, no segundo semestre de 1851<sup>168</sup>), além de vestimentas e calçados. Os gastos com os enfermos eram de menor monta (38\$280 em seis meses do ano de 1851<sup>169</sup>), especialmente porque, até o ano de 1860, a Câmara se ocupou do pagamento do médico de partido, que era “obrigado a tratar,

---

<sup>164</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ofício. In: APERJ, *Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64, f. 1, 2 março 1843.

<sup>165</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ata de 30.07.1843. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>166</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ata de 14.12.1844. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>167</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Conta corrente resumida da receita e despesa da Irmandade de Santa Izabel da Caridade no 1º semestre do corrente exercício de 1851 a 1852. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 31 dezembro 1851.

<sup>168</sup> *Ibid.*, f. 1.

<sup>169</sup> *Ibid.*, f. 1.

além dos indigentes e presos pobres, os doentes da casa de expostos” (Lei n. 410..., 1846, p.2).

Além de se incumbir do médico, a Câmara Municipal pagou, até meados do ano de 1860, 500\$000 anuais para a criação dos expostos. Todavia, com o desmembramento da freguesia de São Vicente de Paulo - que passou a compor o território da Vila de Araruama (IBGE, 1948, p.4) -, o município enfrentou dificuldades financeiras (Annaes..., 1862, p.74-76), de modo que a Câmara retirou a autorização concedida à Casa de Caridade para chamar por sua conta médico para os doentes do hospital<sup>170</sup> e suspendeu, a partir do ano de 1862, a verba para os expostos (Rego, 1861, p.10), já a tendo deixado de pagar em 1860<sup>171</sup>. Neste momento a Câmara, por fim, se liberou da responsabilidade da assistência, tornando a Casa de Caridade ainda mais dependente das cotas de loterias provinciais.

O Relatório do Presidente de Província de maio de 1852 auxilia a compreender, em relação aos demais estabelecimentos, como a Casa de Caridade de Cabo Frio era favorecida com expressivas quantias enquanto se ocupava de um reduzido número de enfermos e, mesmo, expostos. Do total de 786 enfermos tratados no respectivo ano, apenas 11 o foram na enfermaria cabo-friense. A Santa Casa de Paraty, que recebeu mesma soma que Cabo Frio e tratou o segundo menor número de doentes, atendeu 42 enfermos (Ferraz, 1852, p.38-39).

Em 1854 a província já contava com nove Casas de Caridade, além do Asilo para Infância Desvalidada de Santa Leopoldina; destes estabelecimentos, sete eram financiados pelos produtos de duas loterias anuais. Do total de 1658 enfermos tratados, apenas 14 o foram pela Casa de Caridade de Cabo Frio. Paraty, mais uma vez com segundo menor número, cuidou de 63 doentes, enquanto Campos e Petrópolis trataram 454 e 493 enfermos, respectivamente (Barboza, 1855, p.34-39). Diante das despesas crescentes dos estabelecimentos de caridade, em 1860, o Presidente da Província intercedeu à Assembleia Provincial para que mais uma loteria fosse destinada a este fim (Motta, 1860, p.16), o que foi aprovado no ano seguinte (Motta, 1861, p.10).

Visando aprimorar o controle sobre estes estabelecimentos e também dividir mais adequadamente o produto das loterias extraídas, em 1850, passou-se a exigir o envio de relatórios trimestrais com mapas de movimento dos hospitais (Faro, 1850, p.17). No ano seguinte, o Presidente da Província buscava até mesmo autorização

---

<sup>170</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ofício. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 28 fevereiro 1862.

<sup>171</sup> *Ibid.*, f. 1-2.

legislativa para condicionar os auxílios ao cumprimento da disposição e para reformar e uniformizar tais instituições (Ferraz, 1851, p.25-26). Contudo, em 1867, afirmava-se, ainda, que “por maiores que sejam os esforços da administração de colher dados positivos e exatos sobre as diferentes instituições de beneficência da província não pode alcança-los” (Pimentel, 1867, p.36), questão que permanecia em 1875, bem como a falta de um “regulamento uniforme” (Azambuja, 1875, p.19).

A Casa de Caridade de Cabo Frio, por vezes também não enviava as informações a tempo (Silva, 1857, p.46). Ainda assim, nos relatórios remetidos com seus mapas, sempre solicitava uma maior cota na distribuição do produto das loterias alegando estar em déficit com o Tesoureiro - como nos anos compromissais de 1864-1865<sup>172</sup> e 1865-1866<sup>173</sup> - ou pedia, após ter recebido 6:000\$000, por “quantia igual à que lhe foi distribuída no ano findo”<sup>174</sup>. A condição da maioria dos estabelecimentos, contudo, era de grande miséria (Benevides, 1870, p.22) de modo que, em 1883, o Presidente da Província exigiu das Casas de Caridade informações detalhadas sobre suas receitas e patrimônio, de modo a estabelecer, com a Diretoria da Fazenda, um quadro comparativo para “aquinhoar melhor àquelas que são mais faltas de recursos” (Peixoto, 1883, p.53). Agiu deste modo, também, porque outras confrarias reclamavam da desigualdade na distribuição do produto das loterias: tratavam maior número de enfermos mas recebiam cotas menores (Peixoto, 1883, p.54).

Neste sentido, em 1872, a Diretoria da Fazenda da Província do Rio de Janeiro defendeu que a Casa de Caridade de Cabo Frio era das maiores beneficiadas na distribuição do produto líquido das loterias, “recebendo mais que os outros estabelecimentos, com exceção de Petrópolis e Campos”<sup>175</sup>. E que, até mesmo, recebeu uma consignação de 5:000\$000 para obras, no ano anterior, sem diminuição das cotas para custeio, sendo que as demais Casas receberam redução proporcional. Concluiu afirmando que “não tem, portanto, razão para estar descontente”<sup>176</sup>.

---

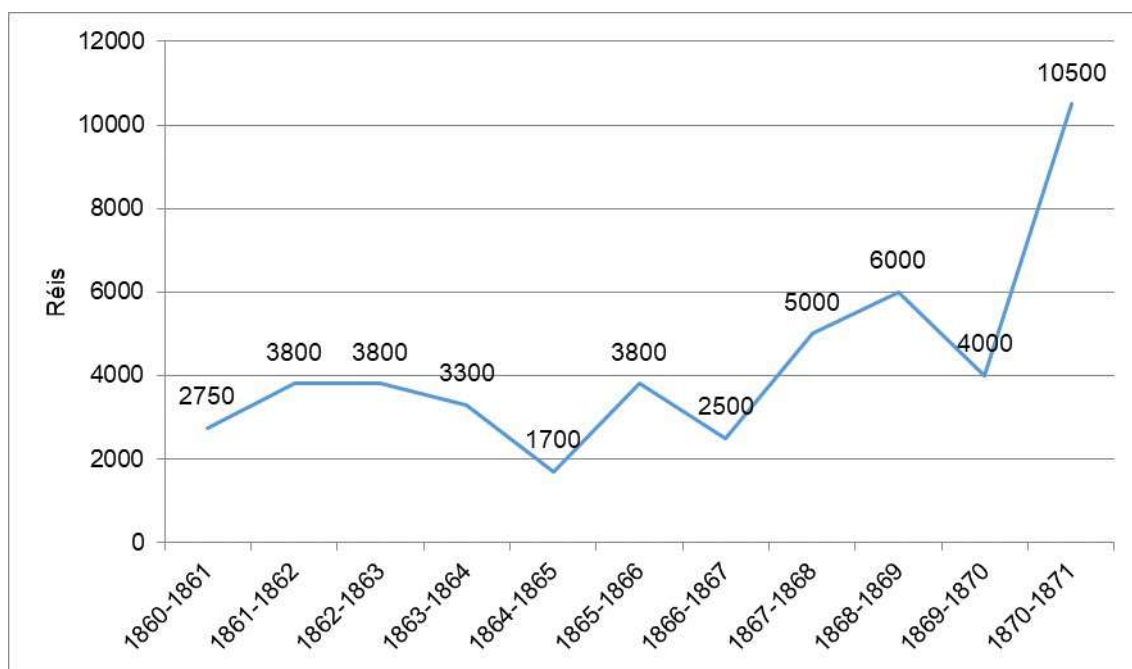
<sup>172</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ofício N.60. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 15 janeiro 1865.

<sup>173</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ofício N.21213. In: APERJ, *Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64, f. 2-3, 3 janeiro 1866.

<sup>174</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ofício. In: APERJ, *Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64, f. 2, 8 janeiro 1869.

<sup>175</sup> DIRECTORIA DA FAZENDA (Da Província do Rio de Janeiro). Ofício. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 18 março 1872.

<sup>176</sup> *Ibid.*, f. 1.



**Gráfico 1: Cotas do produto das loterias extraídas em benefício das Casas de Caridade recebidas pela Irmandade de Santa Izabel assim como quantia concedida pela Assembleia Provincial para obras do edifício em 1871.**

Fontes: (Motta, 1860, p.16); (Motta, 1861, p.10); DIRECTORIA DA FAZENDA (Da Província do Rio de Janeiro). Ofício. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 18 março 1872; (Mattos, 1867, p.20); (Macedo, 1870, p.15); MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Balancete da receita e despesa da Irmandade de Santa Isabel da Caridade de Cabo Frio no ano Compromissal decorrido desde 1º de Julho de 1869, até 30 de Junho de 1870. In: APERJ, *Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64, f. 1, 30 junho 1870; (Silva, 1871, p.15).

O gráfico 1 demonstra que no período de mais de uma década - com exceção do ano entre 1864 e 1865 - a Mesa Administrativa da Irmandade de Santa Izabel recebeu considerável aporte da Província para custeio do estabelecimento. Ainda assim, na maior parte do tempo a confraria esteve às voltas com dívidas, dependendo, para seu funcionamento, de adiantamentos feitos pelo Tesoureiro, especialmente quando a extração das loterias atrasava. A este respeito, escreveu ao Presidente da Província, em janeiro de 1867, que

a falta d'uma das loterias em benefício das Casas de Caridade da Província, pertencente ao ano passado, que não correu, e com que contava este estabelecimento vai agravar ainda mais o estado financeiro desta Casa de Caridade, concorrendo para que seu déficit seja cada vez maior, pois das três loterias extraídas naquele ano, uma ainda pertencia ao ano de 1865<sup>177</sup>.

<sup>177</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ofício. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1-2, 22 janeiro 1867.

A exceção a este quadro de constante endividamento foi a década de 1880, quando por diversas vezes a Irmandade encerrou o ano compromissal com saldo (Gonzaga, 1880, p.32; Campos, 1881, p.22; Leão, 1887, p.31; Araujo, 1888, p.32), enquanto a maioria dos estabelecimentos se encontrava em péssimas condições econômicas (Araujo, 1888, p.30). Em 1890, porém, uma carta endereçada ao governador do Estado e publicada no *Gazeta de Notícias* expôs a situação de penúria em que se encontrava a Casa de Caridade. Assinada por “um cabo-friense” afirmava-se mesmo que a instituição está prestes a extinguir-se por não ter mais recursos. Por fim, suplicava que fossem entregues “cotas de loterias a que tem direito e os dinheiros decretados pela extinta Assembleia Provincial”, para assim reabrir o hospital, que já estava fechado (Casa..., 21/06/1890, p.2).



**Figura 16: Casa de Caridade de Cabo Frio [1920]. Fonte: Augusto Malta.**

Se, conforme afirma Franco, a instituição de uma Roda e, por sua vez, de uma Casa de Caridade, se configurava em excelente argumento para demandar recursos (2014a, p.58), a construção e o funcionamento deste estabelecimento em Cabo Frio foram intensamente dependentes de financiamento provincial. Até mesmo as módicas contribuições da Câmara Municipal foram interrompidas, determinando que mesmo reparos no edifício, ou a construção do cemitério a cargo da Irmandade,

se realizassem, somente, a partir de verbas consignadas pela Assembleia Provincial.

Desde 1839 a construção do cemitério público tornou-se uma competência da Irmandade<sup>178</sup>. Ao longo dos anos, por diversas vezes a Mesa Administrativa escreveu ao Presidente da Província solicitando que o mesmo intercedesse junto ao governo imperial para resolução do imbróglio em relação ao terreno<sup>179</sup>: necessitava-se da confirmação da cessão de terreno feita pelos franciscanos à Câmara Municipal (1837) e desta à Irmandade (1839)<sup>180</sup>. Além disso, pediu por verba para as obras do cemitério (Santos, 1862, p.12; Requerimentos..., 20/11/1865, p.2), iniciadas em 1849, e, mesmo diante da negativa do Presidente – que afirmou que “as câmaras municipais incumbem de cuidar dos cemitérios e promover sua construção” (Taques, 1868, p.10) – foi somente com a quantia de 5:000\$000, disponibilizada pela Província em 1873 (Lisboa, 1873, p.32), que pôde concluí-las.

O mesmo aconteceu com o edifício da Casa de Caridade que, em alguns momentos, precisou de reparos e, por duas vezes, contou com ajuda provincial para efetuarlos: em 1855 (Barboza, 1855, p.38) e em 1871, quando recebeu 5:000\$000 “para as obras do aumento e conserto do estabelecimento, sem prejuízo da quantia que tiver de pertencer-lhe para custeio dele” (Directoria de Fazenda, 1872, p.4). Por apenas uma vez, no ano compromissal de 1863 a 1864, a Irmandade efetuou as reformas “de que careciam o hospital e o recolhimento, faltando ainda o conserto da capela” (Soares, 1864, p.16) com recursos próprios, a partir de subscrição.

A Casa de Caridade de Cabo Frio foi, ao longo dos anos, um estabelecimento de prestígio, o que se verifica com as diversas visitas que recebeu. Em relatório de 1846, o Presidente da Província Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho afirmou, sobre a instituição, que “não haviam doentes quando a visitei, mas o recebimento, e criação de expostos achava-se em bom pé” (1853, p.79-80). Em 25 de abril de 1847, foi o Imperador que visitou o estabelecimento e se tornou Protetor Insigne da Irmandade (Khoury, 2004, p.446).

Às cinco horas, depois de ter S. M. jantado e descansado, deu a honra de visitar a capela de Santa Isabel da Caridade. No qual foi recebido pelos

---

<sup>178</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Cópia de ofício. In: APERJ, *Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64, f. 1, 28 abril 1849.

<sup>179</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ata de 12.06.1849. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>180</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ata de 10.07.1849. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

irmãos da mesma, que ali se achavam esperando a honrosa visita, com velas acesas. S. M., depois de correr os edifícios da capela dos expostos e da enfermaria, dignou-se honrar a irmandade, fazendo o mesmo augusto senhor dar a esmola de oito contos de réis, para benefício da casa, que foram logo entregues pelo seu mordomo (Câmara Municipal, 1996, p.55-56).

A princesa Isabel e o Conde d'Eu, por sua vez, foram recebidos na Casa de Caridade em 9 de junho de 1868 (Massa, 1980, p.64) e deixaram esmola de 100\$000<sup>181</sup>. Em maio de 1879, o Presidente Americo de Moura Marcondes de Andrade, em viagem à cidade, dedicou um tempo a conhecer a Casa de Caridade e inscreveu-se entre os Irmãos (Itinerário..., 30/05/1879, p.2). No ano de 1915, por ocasião da celebração dos trezentos anos da cidade, a Casa de Caridade figurou em matéria que declarou que “Cabo Frio, contudo, não é uma cidade florescente” (O tri-centenario..., 15/11/1915, p.3) enquanto ressaltava que a referida instituição era uma das mais admiráveis no município.

### **3.2.1 O cuidado dos expostos**

Em 1844, a Misericórdia de Campos recebia 80 expostos, enquanto se via “forçada a abandonar a si mesmas e ao mundo as filhas de sua criação, entre os dez e doze anos” (Vianna, 1844, p.27), pela falta de um recolhimento enquanto os meninos eram largados à própria sorte já aos oito. Já na Casa de Caridade de Cabo Frio, no mesmo período, entraram, apenas, sete expostos, dos quais quatro faleceram (Vianna, 1844, p.26).

O atendimento a um número reduzido de crianças levadas à Roda de Cabo Frio permitiu que a Irmandade de Santa Izabel prestasse uma assistência cuidadosa e bastante individualizada: encarregando-se da educação, dos enxovais e também dos casamentos com bastante zelo. Algumas outras Rodas do país, como as de Cuiabá e Vitória, também acolheram poucos expostos (Marcílio, 1998, p.158-160).

A documentação sob guarda da Câmara Municipal demonstra que, desde os primeiros anos, a Comissão de Expostos se ocupou das crianças individualmente, designando as ações em relação a cada uma delas – o nome de cada exposto era mencionado mesmo em sessões onde se autorizava o pagamento de suas amas,

---

<sup>181</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Balancete da receita e despesa da Irmandade de Santa Izabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio, durante o ano Compromissal de 1868 a 1869. In: APERJ, *Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64, f. 1, 8 julho 1869.

por amamentação ou alimentação<sup>182</sup>.

A entrada de cada criança era também anunciada: providenciava-se o enxoval - geralmente à cargo do Tesoureiro<sup>183</sup> -, a entrega à ama<sup>184</sup> e, por vezes, o seu batismo, tendo mesmo o Juiz da Irmandade assumido a função de padrinho<sup>185</sup>. Segundo Venâncio, o compadrio era como uma adoção popular, de cunho espiritual e estabelecimento de laço duradouro (1999, p.137-138) - o que evidencia a importância do papel de um padrinho de uma educanda que, em 1843, foi incumbido da tarefa de lhe conseguir um casamento<sup>186</sup>, além dos casos em que membros da Mesa batizaram os expostos. Até mesmo filhas de uma paciente que a acompanhavam foram batizadas na Capela por obra da Irmandade<sup>187</sup>.

Como afirma Venâncio a respeito do cuidado com os expostos das Santas Casas do Rio de Janeiro e de Salvador, estas instituições “providenciavam regularmente a compra dos trajes das crianças, vestindo aquelas que não teriam acesso a roupa alguma nos seus lares de origem” (1999, p.57), o que, de certo modo, era um incentivo ao abandono. Neste sentido, os expostos cabo-frienses foram bem assistidos, e receberam vestimentas quando necessário<sup>188</sup>.

Propôs pessoalmente o Tesoureiro que não marcando o regulamento de expostos em que épocas se devam renovar os fornecimentos de vestuários aos inocentes quanto aos de ano de idade em diante, se decidiu que se deve entender que semelhantes objetos devem sempre existir, suprindo-se quando a matrona der parte de necessidade; e o membro visitante averiguar<sup>189</sup>.

Marcilio afirma que “o vestuário dos pequenos das Casas da Roda era precário, geralmente reduzido a uma muda de roupa por ano, na maioria dos casos, em frangalhos e imunda” (1998, p.285). Em Cabo Frio, ao contrário, em vários

---

<sup>182</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 12.08.1835. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>183</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 29.12.1835. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>184</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 08.01.1836. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>185</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ata de 16.08.1843. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>186</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ata de 04.12.1843. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>187</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa do movimento dos enfermos do Hospital da irmandade de Santa Izabel da Caridade de Cabo Frio, no ano Compromissal de 1º de Julho de 1859 até 30 de Junho de 1860. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 30 junho 1860.

<sup>188</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 08.01.1836. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>189</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 07.05.1836. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.



balancetes de receita e despesa os gastos com roupas, tecidos e calçados para as crianças aparecem. No ano de 1867, por ocasião de uma sentença do Juiz da Provedoria<sup>190</sup>, a Irmandade enviou ao Presidente da Província uma cópia de detalhamento das despesas da Casa nos meses de outubro e novembro. Sendo o maior montante utilizado com os expostos e o recolhimento, destacam-se os tecidos, calçados, meias comprados para cada criança, identificadas nominalmente<sup>191</sup>. Mesmo para expostas com mais de vinte anos, vivendo em casas de família, a instituição fornecia vestuário e calçado<sup>192</sup>.

Em diversas sessões da Mesa, as deliberações referiam-se ao fornecimento de roupas aos expostos e às educandas – meninas mais velhas que moravam no recolhimento.

Deliberou-se dar a cada educanda dois vestidos de chita, duas camisas, dois lenços, um par de meias, um par de sapatos e um dito de tamancos; as expostas, dois vestidos de chita, duas camisas, um par de botins, para cada uma; e para os machos, duas calças, duas jaquetas, duas camisas, um par de botins, e um de tamancos para cada um<sup>193</sup>.

Além disso, desde a Comissão de Expostos, instituiu-se que a cada mês um membro cumpriria a função de visitante. Este comunicava a condição das crianças, providenciando medicamentos, em caso de enfermidade<sup>194</sup>, remoção em situação de falta de leite, pela ama<sup>195</sup>, e mesmo retirada da criação externa e acolhida do exposto na casa do membro visitante, em função de estado que se assemelhava a maus tratos<sup>196</sup>. A preocupação com cada criança se revela, também, em decisão sobre pedido de José de Souza Alves, que desejava ficar com o exposto João,

---

<sup>190</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ofício N.465. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1-3, 22 dezembro 1867.

<sup>191</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Cópia de recibo nº 65. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1-3, 31 dezembro 1867.

<sup>192</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa de movimento dos expostos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade de Cabo Frio, no ano Compromissal decorrido desde 1º de Julho de 1869 até 30 de Junho de 1870. In: APERJ, *Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64, f. 1, 30 junho 1870.

<sup>193</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ata de 30.07.1843. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>194</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 12.02.1836. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>195</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 08.01.1836. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>196</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 29.12.1835. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

gratuitamente: permitido “enquanto o suplicante ou sua mulher tratarem carinhosamente o exposto João José de Souza”<sup>197</sup>.

Em 1835, a criação externa chegou a ser vista como um problema: “foi proposto pelo Membro Bellegarde que irá de mister remover o mal de continuarem os expostos a serem amamentados fora das vistas da Matrona”<sup>198</sup>. Na tentativa de instituir a amamentação dentro do estabelecimento, fixaram-se editais para amas internas, oferecendo “12 réis mensais, ou 6 réis de ordenado, e outros tantos de comedorias”<sup>199</sup>. Apenas duas mulheres se apresentaram, sendo uma livre e uma escravizada<sup>200</sup>, esta última deixou a Casa dos Expostos alguns dias depois<sup>201</sup>.

Quase dois anos depois, discutem as vantagens da amamentação artificial – o que demonstra a vontade, que ainda existia, em não depender da criação externa, compreendida como um mal – e decide-se pela compra das “denominadas amas inglesas para delas se fazer ensaio na amamentação dos expostos”<sup>202</sup>.

A forma de admissão à instituição foi, majoritariamente, a Roda, contudo, em 1844 uma criança fora exposta em porta de casa, na freguesia de Araruama<sup>203</sup>. Também o mapa de movimento dos expostos no ano compromissal de 1861 a 1862<sup>204</sup>, traz uma observação sobre Maria da Glória do Amor Divino: esta fora abandonada em início de 1849, na Aldeia de São Pedro, em domicílio que a acolheu, até o momento em que a residente faleceu e a exposta entrou para o recolhimento (1854). Estes fatos demonstram que, ainda que a maior parte dos expostos tenham ingressado através da Roda, em freguesias mais distantes, provavelmente pela dificuldade no transporte até a Casa de Caridade, a prática da exposição em porta de domicílio, por vezes, ainda se efetuou.

Apesar das lacunas na documentação da Casa de Caridade de Cabo Frio,

---

<sup>197</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 15.01.1836. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>198</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 17.12.1835. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>199</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 17.12.1835. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>200</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 29.12.1835. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

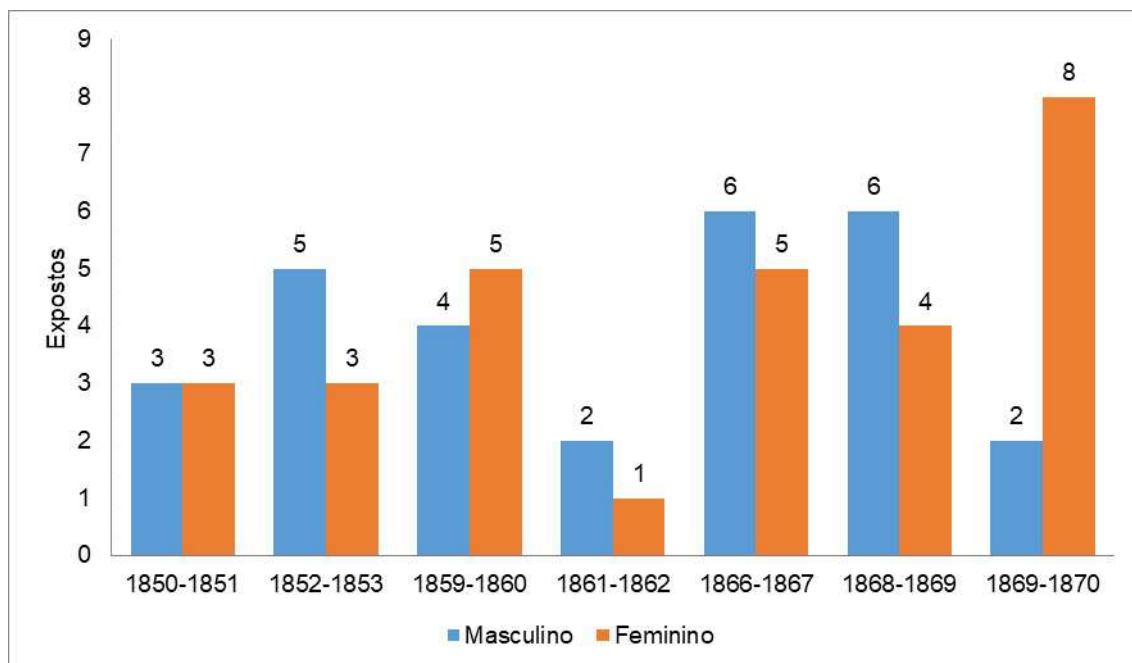
<sup>201</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 15.01.1836. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>202</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 15.10.1837. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>203</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ata de 13.10.1844. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>204</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa do movimento dos expostos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio no ano Compromissal que principiou em 1º de Julho de 1861 e findou em 30 de Junho de 1862. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1.

pode-se verificar que a exposição se realizava de maneira bastante equilibrada entre os sexos, tal como aconteceu no Rio de Janeiro (Venâncio, 1999, p.47). Ao longo de sete anos compromissais, 28 meninos e 29 meninas ingressaram à Roda, resultando em índice de masculinidade de 96,5<sup>205</sup>.



**Gráfico 2: Número de admissões de expostos na Casa de Caridade de Cabo Frio em função do sexo por ano compromissal.**

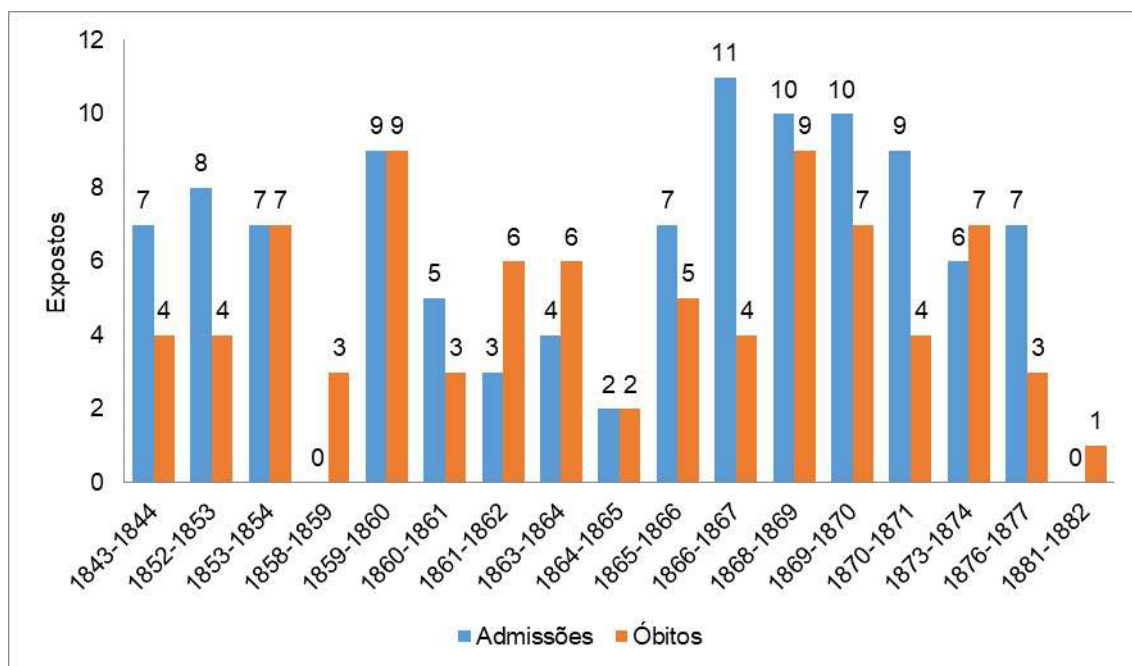
Fontes: MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapas do movimento dos expostos internos e externos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio durante os anos compromissais de 1850 a 1851, de 1852 a 1853, de 1859 a 1860, de 1861 a 1862, de 1868 a 1869. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66; MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa do movimento dos expostos internos e externos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio durante o ano compromissal de 1866 a 1867. In: APERJ, *Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64; (Benevides, 1870, p.25).

Ao tratar dos altos índices de mortalidade dos expostos, Venâncio confirma o que já havia sido observado anteriormente por Marcílio e reforça que nem entre os filhos dos escravizados a mortalidade na primeira infância era tão devastadora (1999, p.112). Os mapas de movimento dos expostos enviados pela Irmandade à presidência da província, atualmente sob guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, demonstram que ao longo de cinco anos compromissais<sup>206</sup>, um total

<sup>205</sup> Número de meninos dividido pelo número de meninas, multiplicado por 100. Índice de referência é de 105. A este respeito ver Venâncio, 1999.

<sup>206</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapas do movimento dos expostos internos e externos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio durante os anos compromissais de 1852 a 1853, 1859 a 1860, 1861 a 1862 e

de 41 expostos ingressaram na Casa de Caridade de Cabo Frio. Destes, 36,6% faleceu antes de completar o primeiro ano e 60,9% antes dos três. Comparativamente à Roda do Rio de Janeiro - na qual a mortalidade até os três anos era de 71,8% (Marcílio, 1998, p.238) - e mesmo à Roda de São Paulo - na qual 61% das crianças entre zero e um ano de idade faleciam (Marcílio, 1998, p.238) -, pode-se verificar que, ainda que muito elevada, a mortalidade do expostos cabofrienses era um pouco menor, especialmente até o primeiro ano.



**Gráfico 3: Número de admissões e óbitos de expostos na Casa de Caridade de Cabo Frio por ano compromissal.**

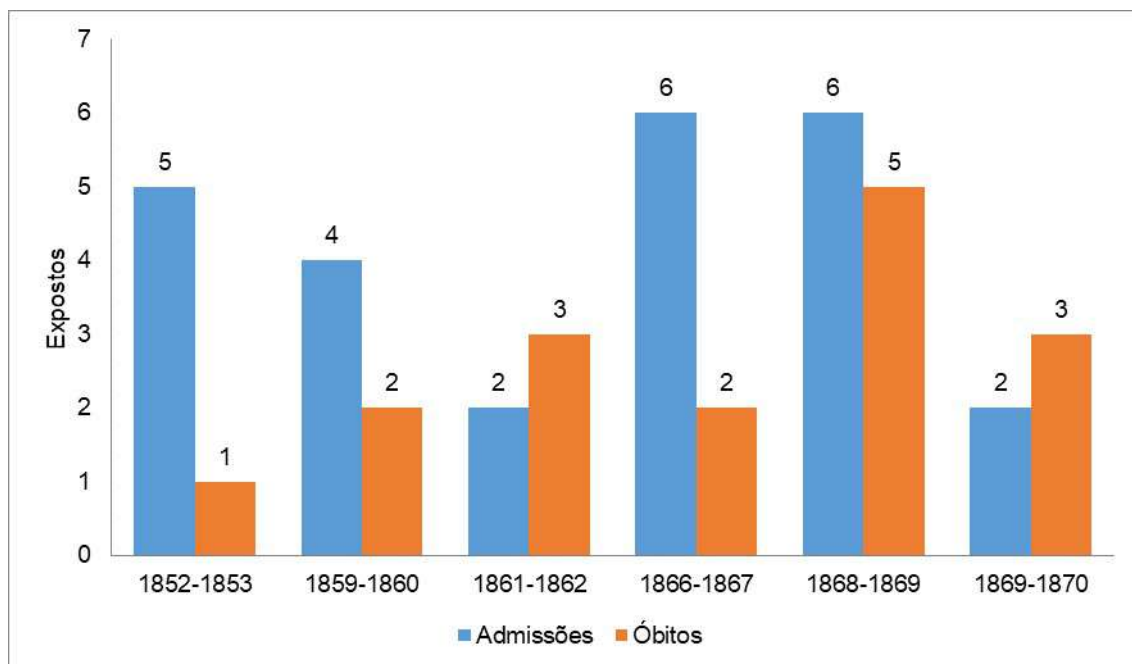
Fontes: (Vianna, 1844, p.26); MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa do movimento dos expostos internos e externos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio durante os anos compromissais de 1852 a 1853, de 1859 a 1860, de 1861 a 1862, de 1868 a 1869. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66; (Barboza, 1855, p.37-38); (Motta, 1859, p.16); (Santos, 1862, p.12); (Soares, 1864, p.16-17); (Requerimentos..., 20/11/1865, p.2); (Mattos, 1867, p.22); MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa do movimento dos expostos internos e externos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio durante o ano compromissal de 1866 a 1867. In: APERJ, *Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64; (Benevides, 1870, p.25); (Silva, 1871, p.16); (Travassos, 1874, p.28); (Souza, 1877, p.17); (Peixoto, 1882, p.67).

A alta mortalidade acabava por tornar viável a manutenção das instituições de

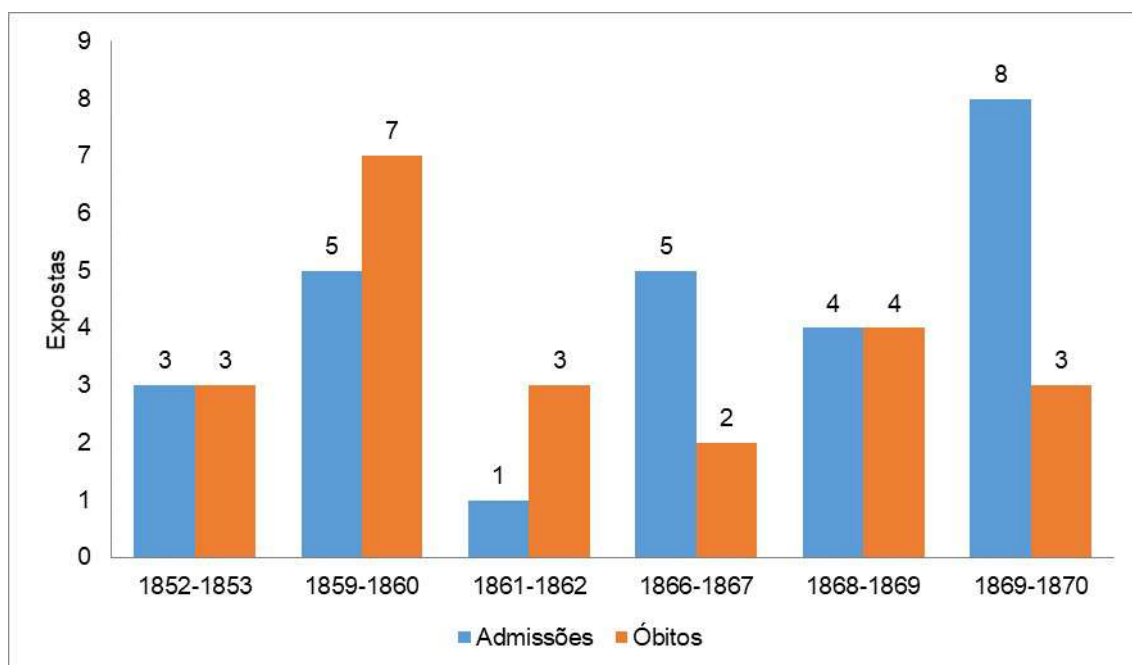
---

1868 a 1869. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66; MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa do movimento dos expostos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio, no ano Compromissal decorrido desde 1º de Julho de 1866 até 30 de Junho de 1867. In: APERJ, *Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64, f. 1, 30 junho 1867.

assistência (Venâncio, 1999, p.99), no caso, permitindo que a Irmandade de Santa Izabel se ocupasse, em média, de um total de apenas 29 crianças.



**Gráfico 4: Número de admissões e óbitos de expostos do sexo masculino na Casa de Caridade de Cabo Frio por ano compromissal.**



**Gráfico 5: Número de admissões e óbitos de expostas do sexo feminino na Casa de Caridade de Cabo Frio por ano compromissal.**

Fontes: MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapas do movimento dos expostos internos e externos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio durante os anos compromissais de 1852 a 1853, de 1859 a 1860, de 1861 a 1862, de 1868 a 1869. In: APERJ, Documentos da Irmandade de Santa Isabel, Notação 251, caixa 66; MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa do movimento dos expostos internos e externos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio durante o ano compromissal de 1866 a 1867. In: APERJ, Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas, Notação 242, caixa 64; (Benevides, 1870, p.25).

Em relação ao sexo, os gráficos 4 e 5 demonstram uma mortalidade ligeiramente mais alta entre as meninas: do total de 39 expostos falecidos neste período, 41% eram meninos contra 59% de meninas.

Marcílio afirma que, geralmente, o prenome atribuído ao exposto era do santo do dia ou outros usuais do momento (1998, p.268). O mais curioso, no caso da Roda de Cabo Frio, é que, a partir dos mapas de movimentação dos expostos que apresentam os nomes destes, pode-se observar que algumas meninas receberam sobrenomes como “de Santa Isabel” ou “da Caridade”: Porcina Narcisa de Santa Isabel<sup>207</sup> em 1853, Serafina Gouvêa de Santa Isabel e Rosalina Ferreira N. de Santa Isabel em 1860<sup>208</sup>, Izabel da Caridade Figueiredo, Luzia de Santa Isabel Durão, Maria Baptista de Santa Isabel, Mafalda da Caridade Marques da Cruz e Saturnina Valente de Santa Isabel em 1862<sup>209</sup> e Maria Fernanda Barbosa da Caridade em 1864<sup>210</sup>.

Os expostos eram amamentados pelas amas-de-leite - que recebiam, no ano de 1835, 6\$000 por mês<sup>211</sup> - até seus três anos. Depois, até os sete, permaneciam sob a responsabilidade das amas, já na qualidade de amas-secas (Venâncio, 1999, p.26-27) - que passavam a receber, pela função, a quantia de 2\$400 mensais<sup>212</sup>. Após os sete anos, as crianças retornavam ao estabelecimento, onde permaneciam

---

<sup>207</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa do movimento dos Expostos internos e externos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio durante o ano compromissal de 1 de Julho de 1852 até 30 de Junho de 1853. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1.

<sup>208</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa de movimento dos expostos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio, no ano Compromissal de 1º de Julho de 1859 a 30 de Junho do ano de 1860. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 30 junho 1860.

<sup>209</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa do movimento dos expostos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio, no ano Compromissal que principiou em 1º de Julho de 1861 e findou em 30 de Junho de 1862. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1.

<sup>210</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. [Mapa do movimento dos expostos no trimestre entre outubro e dezembro de 1864]. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 31 dezembro 1864.

<sup>211</sup> COMISSÃO DE EXPOSTOS. Ata de 12.08.1835. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>212</sup> Ibid.

até que se encontrasse colocação para estes. Explica Marcílio que “o termo recolhimento era usado para identificar instituições femininas de reclusão, erguidas com fins devocionais, caritativos ou educacionais. Os recolhimentos foram criados para resguardar a honra e a virtude da mulher” (1998, p.164-165). Na Casa de Caridade, uma pequena porção do edifício era destinada a este fim: receber as crianças que haviam sobrevivido à primeira infância e retornavam à instituição. Ali moravam, ao lado da enfermaria, em cômodos de dimensões acanhadas, os meninos, até a idade de partirem para os Arsenais, e as meninas, até que encontrassem uma família que as acolhesse em troca de seus serviços ou se casassem. Algumas destas, contudo, por vezes ali residiam até os vinte anos ou mais. Além dos que foram expostos à Roda, moraram no recolhimento alguns órfãos, pelos quais, por vezes, a Irmandade recebeu mensalidade<sup>213</sup>.

O estabelecimento não possuía capacidade para oferecer formação profissional, porém, em alguns documentos verifica-se que determinadas meninas recolhidas frequentaram a escola, como Euzébia Marques Gouvêa<sup>214</sup> e Maria dos Passos, que por falta de aproveitamento, foi retirada desta e aplicada à costura<sup>215</sup>. A partir dos dados de nove anos compromissais, no período entre 1850 e 1880, pode-se afirmar que a média de moradores no recolhimento era de oito expostos e órfãos<sup>216</sup>. A quantidade máxima que o recolhimento chegou a abrigar foi de 14 pessoas (Gonzaga, 1880, p.32), mas por três anos chegou a possuir apenas 6 recolhidos.

Depois do retorno ao recolhimento, o destino dos expostos cabo-frienses se realizava, também, dentro das possibilidades características: admissão na

---

<sup>213</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ata de 14.12.1844. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*; MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Conta corrente resumida da receita e despesa da Irmandade de Santa Izabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio no ano de 1850 a 1851. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 25 agosto 1851; MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Balancete da Receita e Despesa da Irmandade de Santa Izabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio, do ano compromissal de 1859 a 1860. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1.

<sup>214</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa do movimento dos Expostos internos e externos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio durante o ano compromissal de 1 de Julho de 1852 até 30 de Junho de 1853. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1.

<sup>215</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ata de 30.07.1843. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>216</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapas do movimento dos expostos internos e externos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio durante os anos compromissais de 1850 a 1851, 1852 a 1853, 1859 a 1860. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66; (Motta, 1859, p.16); (Soares, 1864, p.17); (Requerimentos..., 20/11/1865, p.2); (Gonzaga, 1880, p.32).

Companhia de Aprendizes do Arsenal da Marinha ou da Guerra, envio ao Asilo Santa Leopoldina, em Niterói, envio à Corte, retorno aos pais, realização de casamento e trabalho doméstico junto a uma família que lhe acolhesse.

Num primeiro momento, em fevereiro de 1842, a Irmandade solicitou ao provedor da Santa Casa da Misericórdia da Corte a admissão de duas órfãs e uma exposta no Recolhimento das Órfãs (Parte..., 06/04/1842, p.2). Como o pedido foi efetuado antes da reforma do estatuto da referida instituição - que limitou a aceitação às órfãs de matrimônio legítimo, excluindo as expostas (Marcílio, 1998, p.171) -, e não há documentação sobre a decisão tomada, não se pode afirmar se estas meninas foram admitidas, contudo, é importante conhecer o destino que se buscou oferecer às primeiras crianças da Casa de Caridade de Cabo Frio que sobreviveram à primeira infância.

Em fins do século XVIII foram criadas as Companhias de Aprendizes Marinheiros e também do Arsenal de Guerra - setores para profissionalização - que admitiam meninos, a partir dos oito (Arsenal de Guerra) e dos sete anos (Arsenal de Marinha), e lhes forneciam alimento, abrigo e vestimentas. “As crianças expostas ingressavam no Arsenal como aprendizes e tinham possibilidade de aprender os ofícios de marceneiro, calafate, ferreiro, tanoeiro, cavouqueiro, pedreiro, tecelão e outros mais” (Marcílio, 1998, p.185). Entre os anos de 1848 e 1886, a Casa de Caridade de Cabo Frio enviou, ao menos, seis expostos ao Arsenal de Guerra<sup>217</sup> e três ao de Marinha<sup>218</sup>.

Em ofício enviado ao Presidente de Província e, posteriormente, encaminhado ao Ministro da Guerra, a Mesa da Irmandade de Santa Izabel da Caridade solicitou que se desse um destino a dois expostos e justificou seu pedido:

Existindo neste estabelecimento entre os diversos expostos, dois de nomes Francisco e Marcelino, os quais já há tempos completaram a idade de oito

---

<sup>217</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ofício. In: APERJ, *Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64, f. 1, 02 abril 1848; MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa de movimento dos expostos a cargo da Irmandade de Santa Izabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio, no ano Compromissal de 1º de Julho de 1859 a 30 de Junho do ano de 1860. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 30 junho 1860; MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ofício N.2877. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1-2, 24 agosto 1862; MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ofício. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1-3, 7 abril 1867.

<sup>218</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa do movimento dos Expostos internos e externos a cargo da Irmandade de Santa Izabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio durante o ano compromissal de 1 de Julho de 1852 até 30 de Junho de 1853. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1; (Requerimentos..., 06/05/1866, p.1); (Almeida, 1886).



anos; e não podendo por isso serem conservados por mais tempo no Estabelecimento, não só por essa razão e enorme despesa que acarretam à Casa, como também por dependerem de um princípio de educação que a Irmandade não está habilitada a dar-lhes<sup>219</sup>.

Convém destacar, também, a relevância do Asilo Santa Leopoldina, construído em Niterói para atender a jovens dos dois sexos, que recebeu em 1854 - seu primeiro ano - cinco enjeitados cabo-frienses (Entradas..., 07/10/1854, p. 6), dos quais três meninas, de sete e seis anos, e dois meninos, de cinco e seis anos (Souto, 1856). Outro caso único foi o envio à Corte de três expostos, entre oito e nove anos, “à disposição do Ex.mo Sen. Presidente da Província”<sup>220</sup>.

Segundo Venâncio, um a cada seis expostos que sobreviviam aos três primeiros anos era recuperado pelos pais (1999, p.124). A documentação trabalhada identifica, em apenas dois momentos, o retorno de algumas crianças às suas famílias<sup>221</sup>. De forma similar ao que acontecia na Roda baiana, onde a maioria das restituições dos expostos aos pais se realizava na primeira semana após o abandono (Venâncio, 1999, p.127), em 1853, Antonia foi recuperada após oito dias.

Em 1843, a Mesa discutiu sobre o almejado casamento de uma órfã recolhida.

Sendo muito necessário procurar-se esposo para a educanda Felicíssima Maria da Glória, se escrevesse a seu padrinho o Capitão João Gomes Marinho, pedindo-lhe haja de se querer encarregar desse trabalho [...] à imitação de seu pai, que o mesmo praticou em idênticas circunstâncias a favor da outra educanda irmã desta<sup>222</sup>.

Apesar destes casamentos - realizados por intermédio da figura do padrinho - e da fonte de receita constante no balancete do ano compromissal de 1852 a 1853 - “juros da quantia de 200\$000 em 11 meses de dotação para a primeira exposta que

---

<sup>219</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ofício. In: APERJ, *Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64, f. 1, 02 abril 1848.

<sup>220</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa do movimento dos expostos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio, no ano Compromissal decorrido desde 1º de Julho de 1866 até 30 de Junho de 1867. In: APERJ, *Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64, f. 1, 30 junho 1867.

<sup>221</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa do movimento dos Expostos internos e externos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio durante o ano compromissal de 1 de Julho de 1852 até 30 de Junho de 1853. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1; (Pimentel, 1867, p.40).

<sup>222</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ata de 04.12.1843. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

se casar”<sup>223</sup>, revelando a formação de dote para este fim - apenas outra união, de fato, foi registrada na documentação trabalhada (Pimentel, 1867, p.40). Todavia, a ausência de nomes de meninas outrora moradoras do recolhimento nos mapas de movimento dos expostos leva a crer que estas possam ter se desligado da instituição após um casamento.

Há poucos detalhes sobre os jovens que conseguiram ser acolhidos por famílias, após os oito anos, nunca tendo este número superado o de recolhidos<sup>224</sup>. A bibliografia indica que a recepção destes em domicílios se realizava, sobretudo, em função do trabalho doméstico que prestavam em troca de alimentação e moradia (Marcílio, 1998, p.281; Venâncio, 1999, p.142; Franco, 2014a, p.213), contudo não se pode precisar as condições em que estes viveram.

**Tabela 1: Alguns dos destinos dos expostos da Casa de Caridade de Cabo Frio.**

Ano	Arsenal de Guerra	Arsenal de Marinha	Asilo Santa Leopoldina	Enviados à Corte	Retorno aos pais	Casamento
1847-1848	2					
1852-1853		1			1	
1854-1855			5			
1859-1860	1					
1862-1863	2					
1865-1866		1			3	1
1866-1867	1			3		
1885-1886		1				

<sup>223</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Balanço demonstrativo da Receita e Despesa da Irmandade de Santa Izabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio durante o ano compromissal de 1852 a 1853. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 30 junho 1853.

<sup>224</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapas do movimento dos expostos internos e externos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio durante os anos compromissais de 1850 a 1851, de 1852 a 1853, de 1859 a 1860 e de 1861 a 1862. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66; MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. [Mapa do movimento dos expostos no trimestre entre outubro e dezembro de 1864]. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 31 dezembro 1864; MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa do movimento dos expostos a cargo da Irmandade de Santa Isabel da Caridade da Cidade de Cabo Frio, no ano Compromissal decorrido desde 1º de Julho de 1866 até 30 de Junho de 1867. In: APERJ, *Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64, f. 1, 30 junho 1867.

### 3.2.2 O cuidado dos enfermos

A enfermaria da Casa de Caridade passou a funcionar já em fins do ano de 1843. Para recebimento do indigente José Joaquim dos Santos um atestado do pároco sobre sua condição e um requerimento foram enviados à Mesa da Irmandade, que o admitiu e providenciou alguma louça. Para cuidar do mesmo, autorizou-se que “sendo dito indigente casado, a sua mulher se havia oferecido para lhe servir de enfermeira o que havia assumido em consequência de não haver no hospital outro algum doente”<sup>225</sup>.

Nestes primeiros anos a entrada de um doente no hospital era anunciada, individualmente, em sessões da Mesa Administrativa, como no caso em que o Juiz informou que “entrou para o hospital um escravo da nação empregado no farol, e remetido pelo respectivo diretor; e que fora admitido sob as condições com que já por outra ocasião ali foi admitido um outro doente do mesmo farol”<sup>226</sup>. Um mês depois, “se havia alugado uma escrava pelo preço de 8\$000 mensalmente, pois que a escrava do estabelecimento não pode com esse trabalho”<sup>227</sup>. A ausência de enfermeira, e mesmo de louça, demonstra que nos primeiros anos, a função hospitalar era secundária na Casa de Caridade, construída a partir da preocupação com a assistência aos expostos.

Entre 1843 e 1857, o número de doentes socorridos por ano manteve-se baixo. A partir de mapas da movimentação do hospital, verifica-se que o total de enfermos atendidos, em seis anos<sup>228</sup>, foi de 72, resultando na média de 12 pessoas tratadas anualmente. Já no período entre 1858 e 1871, o total de enfermos que passaram pela Casa de Caridade, em catorze anos<sup>229</sup>, foi de 228, em média de 16,2

---

<sup>225</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ata de 25.09.1843. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>226</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ata de 25.10.1843. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>227</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ata de novembro de 1843. In: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio, *Documentos da Casa da Roda*.

<sup>228</sup> (Vianna, 1844, p.26); MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapas dos enfermos tratados na Casa de Caridade da Cidade de Cabo Frio nos anos compromissais de 1850 a 1851, de 1851 a 1852, de 1852 a 1853. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66; (Filho, 1856); (Tolentino, 1858, p.164).

<sup>229</sup> (Motta, 1859, p.16); MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapas dos enfermos tratados na Casa de Caridade da Cidade de Cabo Frio nos anos compromissais de 1859 a 1860 e de 1861 a 1862. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66; (Rego, 1861, p.10); (Soares, 1864, p.16); (Requerimentos..., 20/11/1865, p.2); (Pimentel, 1867, p.40); MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapas dos enfermos tratados na Casa de Caridade da Cidade de Cabo Frio nos anos compromissais de 1866 a 1867 e de 1868 a 1869. In: APERJ, *Documentos produzidos por*

peças assistidas por ano. À título de comparação, a Santa Casa de Campos atendeu, somente no ano compromissal de 1843 a 1844, 220 enfermos (Vianna, 1844, p.26).

A partir dos mapas de movimento dos enfermos remetidos ao Presidente de Província, verifica-se que estes doentes, que permaneciam por longas estadias, chegando, até mesmo, a um mês, eram, em sua maioria, homens, de nacionalidade brasileira e, também, pessoas em situação de indigência<sup>230</sup>. Algumas vezes, entretanto, doentes foram tratados por conta do governo<sup>231</sup> ou às suas custas<sup>232</sup>. A instituição oferecia, também, acompanhamento no próprio domicílio. O número era de enfermos atendidos desta forma variava entre quatro ou cinco, chegando a vinte e quatro, em somente um trimestre, por ocasião de epidemia de “bexigas”<sup>233</sup>.

As despesas com o hospital da Casa de Caridade eram bastante inferiores aos custos de manutenção dos expostos e do recolhimento. Além disso, até início da década de 1860, o médico que ali atendia era remunerado pela Câmara Municipal<sup>234</sup>. Ainda assim, o cuidado dispensado com os enfermos parecia ser tão atencioso quanto com as crianças enjeitadas: por vezes, mesmo filhos acompanhantes de mães adoecidas foram cuidados pela Casa: como em ocasião que quatro filhas foram batizadas na Capela<sup>235</sup> e quando “receberam alimento e

---

*irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64; (Benevides, 1870, p.24); (Silva, 1871, p.9).

<sup>230</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapas dos enfermos tratados na Casa de Caridade da Cidade de Cabo Frio nos anos compromissais de 1850 a 1851, de 1851 a 1852, de 1852 a 1853, de 1859 a 1860 e de 1861 a 1862. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66; MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapas dos enfermos tratados na Casa de Caridade da Cidade de Cabo Frio nos anos compromissais de 1866 a 1867, de 1868 a 1869 e de 1869 a 1870. In: APERJ, *Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64.

<sup>231</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa dos enfermos tratados na Casa de Caridade da Cidade de Cabo Frio desde o 1º de Julho de 1850 até 31 de Setembro de 1851. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 30 setembro 1851.

<sup>232</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa dos doentes tratados no Hospital da Casa de Caridade de Cabo Frio no ano de 1851. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 15 janeiro 1852.

<sup>233</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa dos enfermos tratados na Casa de Caridade da Cidade de Cabo Frio desde o 1º de Julho de 1850 até 31 de Setembro de 1851. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 30 setembro 1851.

<sup>234</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ofício. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 28 fevereiro 1862.

<sup>235</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Mapa de movimento dos enfermos do Hospital da Irmandade de Santa Isabel da Caridade de Cabo Frio, no ano Compromissal de 1º de Julho de 1859 até 30 de Junho de 1860. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 30 junho 1860.

vestuário dois filhos menores das enfermas que as acompanharam”<sup>236</sup>.

Esta função, com o passar dos anos, foi se ampliando até o momento em que a Mesa demandou ao Presidente da Província uma verba para "construção [...] de uma enfermaria para aumento de seu hospital, cujas obras são da mais urgente necessidade"<sup>237</sup>. Alguns anos depois recebeu a quantia de 5:000\$000 (Silva, 1871, p.15) e efetuou a compra de novo prédio, “destinado ao hospital e enfermaria de alienados” (Travassos, 1874, p.27-28), restringindo, assim, o edifício da Charitas aos usos de recolhimento, capela e Roda de Expostos.

Em 1890, logo após a instauração da República, a instituição enfrentou sérias dificuldades financeiras: uma carta, endereçada ao governador do Estado, e assinada por “um cabo-friense”, denunciou o estado de penúria em que se encontrava a Casa de Caridade, afirmando que estava prestes a extinguir-se pois não tinha mais recursos. Dizia, também, que possuía um péssimo hospital, mas que este, ainda assim, prestava importantes serviços na região. O hospital, contudo, estava fechado - por falta de meios - e mesmo destino estaria reservado ao recolhimento, dado que “o juiz da irmandade, por algumas vezes, já tem distribuído recolhidas por casas de família, a pedido, como quem dá filhos de gatos” (Casa..., 21/06/1890, p.2).

Três meses depois, tem-se notícia que Adélia Maria dos Remédios, órfã de Cabo Frio, acusou a família com a qual morava de tê-la chicoteado. Joaquim Antônio de Alcântara Pacheco, em interrogatório, afirmou que a Casa de Caridade de Cabo Frio estava em condições precárias e que, por isso, “foi incumbido de colocar diversas órfãs nesta capital” (Menor..., 25/09/1890, p.1), o que fez com Adélia, levando-a à casa do negociante Jayme Drumm onde outra menina já se encontrava: Maria Luiza de Sant’Anna.

A Casa de Caridade de Cabo Frio, construída a partir da necessidade de se prestar assistência às crianças abandonadas, desempenhou esta função, em seu edifício, ao menos até as primeiras décadas do século XX. A documentação encontrada não permite precisar quando a Roda foi extinta, mas apenas verificar que após esta fase de penúria, nos anos de 1890, o estabelecimento continuou a ter sob sua responsabilidade alguns expostos. Artigos jornalísticos diversos e textos de

---

<sup>236</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. [Mapa do movimento dos enfermos no trimestre entre outubro e dezembro de 1864]. In: APERJ, *Documentos da Irmandade de Santa Isabel*, Notação 251, caixa 66, f. 1, 31 dezembro 1864.

<sup>237</sup> MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE SANTA IZABEL DA CARIDADE. Ofício Nº 1193. In: APERJ, *Documentos produzidos por irmandades, confrarias, ordens religiosas*, Notação 242, caixa 64, f. 1-2, 10 outubro 1869.

memorialistas cabo-frienses indicam o ano de 1938 (Cf. Cunha, 1994; Souza, 2000) como o último de existência da Roda, contudo, a última referência aos expostos da Casa de Caridade foi localizada no jornal *Gazeta de Notícias*, em texto escrito por ocasião da festa dos trezentos anos de Cabo Frio. Este traz em destaque a foto do Charitas e a afirmação que “entre as instituições mais veneráveis de Cabo Frio está a Casa de Caridade do município” (O tri-centenario..., 15/11/1915, p.3). Neste momento, segundo o artigo, a instituição abrigava 15 “menores” e o edifício estava conservado, limpo e arejado.

Os debates no campo da medicina sobre as Rodas e o sistema de criação externa com amas mercenárias - associando este aos altos níveis de mortalidade -, bem como o pensamento positivista e a valorização da figura materna no desenvolvimento infantil, levaram ao fim das Rodas, decretado no Código de Menores de 1927. As últimas Rodas de Expostos (de São Paulo e da Bahia), todavia, só pararam de funcionar na década de 1950 (Marcílio, 1998, p.198-201). Pode-se inferir que, diante deste contexto, a Roda de Cabo Frio foi se tornando antiquada e sofrendo com a constante falta de recursos até ser extinta. A Irmandade possui hoje, somente, o Hospital Santa Izabel – tanto o edifício da antiga Casa de Caridade como o cemitério estão sob administração municipal (Khoury, 2004, p.446).

## 4 EXPOSIÇÃO: A CASA DA CARIDADE DA CIDADE DE CABO FRIO

A antiga Casa de Caridade, hoje Museu e Centro Cultural José de Dome, insere-se na vida cotidiana de parte da população cabo-friense: é local de reuniões de Conselhos Municipais, de lançamentos de livros, aulas de dança, eventos culturais diversos. Mesmo sua localização propicia algum tipo de relação, ainda que no nível do urbano. Contudo, o apagamento da biografia deste patrimônio esmaece alguns significados que lhe poderiam ser atribuídos, dificulta, especialmente por parte dos moradores locais, uma fruição ainda mais intensa.

Meneses, em conferência no *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural*, reflete sobre aspectos relacionados ao trabalho no campo da preservação que levam, justamente, a uma dissociação entre o patrimônio e a vida cotidiana. Ressaltando, em contraponto à visitação turística, que é na vida do habitante, em suas ações territorializadas, que se desenvolve a “relação de pertencimento – mecanismo nos processos de identidade que nos situa no espaço, assim como a memória nos situa no tempo” (2012, p.27), o historiador afirma que é o morador que se apropria e vivencia, de modo “existencial”, o patrimônio. Destaca que os bens protegidos precisam, primeiramente, valer para a população local, que pode “ter a fruição mais contínua, mais completa, mais profunda” (Meneses, 2012, p.29).

Partindo do pressuposto que o patrimônio não possui valores em si mesmos, mas que é a sociedade que os produz, o autor sugere ainda um roteiro para avaliação do valor cultural a partir de cinco componentes, a saber: valores cognitivos (quando o bem possibilita a obtenção de conhecimento), formais (relativos à experiência sensorial), afetivos (alusivos à memória, à identidade), pragmáticos (utilidade do bem compreendida como qualidade) e éticos (relacionados às interações sociais de apropriação do patrimônio, e ao direito à diferença) (Meneses, 2012, p.35-37).

A exposição para o museu da Charitas almeja valorizar este patrimônio a partir da restituição de sua historicidade, considerando, sobretudo, os valores cognitivos - assim definidos por Meneses

por seu intermédio pode-se conhecer o conceito de espaço que organizou o edifício, seus materiais e técnicas, seu padrão estilístico; podemos traçar os efeitos dos interesses em causa na sua projeção, as condições históricas (técnicas, econômicas, políticas, sociais, culturais) de sua construção, usos

e apropriações, os diversos agentes ou categorias sociais envolvidos, sua trajetória, sua biografia. O bem está sendo tratado, então, como documento, ao qual se dirigem questões para obter, como resposta, informação de múltipla natureza. É um valor de fruição basicamente intelectual (Meneses, 2012, p.35).

Também Fonseca, na conclusão de sua obra *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, afirma que a preservação do patrimônio, a garantia de sua permanência, “fará tanto mais sentido quanto mais amplamente esses bens possam ser lidos e apreciados, numa apropriação ativa, que contribua para o enriquecimento de cada cidadão e da coletividade como um todo” (2017, p.240).

Neste sentido, a exposição *A Casa da Caridade da Cidade de Cabo Frio* almeja restituir a historicidade do edifício da Charitas, possibilitando, então, a valorização deste bem tombado a partir do conhecimento que o mesmo, enquanto documento, proporciona. A exposição, enquanto principal forma de comunicação museológica e também vínculo entre museu e sociedade, coloca em debate conceitos como da instituição Casa de Caridade e da prática do abandono, apresenta o processo de desenvolvimento urbano de Cabo Frio e permite que o visitante, especialmente o morador cabo-friense, correlacione a biografia do bem à trajetória da cidade e estes à aspectos do presente, de forma a construir senso histórico.

A pesquisa realizada, no capítulo anterior, sobre a trajetória da edificação e funcionamento, durante quase um século, como instituição de assistência, bem como o corpus documental levantado e a própria arquitetura fundamentam a narrativa. Ademais, aspectos do desenvolvimento urbano de Cabo Frio e do contexto político, econômico e social de inserção deste estabelecimento na cidade integram o discurso expositivo.



**Figura 17: Marca d'água presente em documentos remetidos à Presidência da Província pela Irmandade de Santa Izabel da Caridade.**



O nome da exposição foi escolhido a partir da marca d'água presente nos documentos enviados pela Irmandade de Santa Izabel à Presidência da Província, sob guarda do *Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*. Este apresenta não somente a designação da instituição funcionava no edifício, mas também o território em que esta se situa e com o qual se relaciona, demarcando os dois temas que são abordados na exposição.

## **4.1 Proposta conceitual**

### **4.1.1 Objetivos**

- Promover experiência de apropriação de conhecimento sobre o processo de desenvolvimento urbano de Cabo Frio, relacionando-o ao contexto político, econômico e social.

- Apresentar os conceitos de Casa de Caridade, da prática social do abandono e de Roda de Expostos.

- Demonstrar as circunstâncias de decisão de abertura de uma Roda em Cabo Frio e o processo de construção do edifício e instituição da Irmandade de Santa Izabel.

- Apresentar o modo de funcionamento do estabelecimento, ressaltando os cuidados envolvidos com os expostos.

- Ilustrar como as funções configuraram os espaços do edifício.

### **4.1.2 Público-alvo**

Cabo Frio, cidade central da Região das Baixadas Litorâneas do Estado do Rio de Janeiro, tem população estimada de 230.378 habitantes, dos quais cerca de 75% vivem na área urbana. Possui 97 escolas de ensino fundamental, 30 de ensino médio e algumas universidades além de um Instituto Federal. A taxa de escolarização até os 14 anos é de 97%, contudo o IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, nos anos finais do ensino fundamental é de 3,8 (4,2 é a média estadual) (IBGE).

Sua população é bastante jovem, com grande parcela entre os grupos de 10 até 29 anos. Destes, pode-se aferir que a maioria possui o ensino fundamental

completo e que cerca de 40% frequentou ou concluiu o ensino médio (IBGE). Cabo Frio, todavia, possui poucos museus, a saber: o próprio museu José de Dome, o Museu de Arte Religiosa e Tradicional, no Convento, e a Casa Ateliê Carlos Scliar.

A exposição busca atender diversos segmentos de público, mas tem por público-alvo, então, este grupo jovem, especialmente entre os 15 a 24 anos, que possui pouco ou nenhum contato prévio com museus, mas que vivencia o centro da cidade em seu cotidiano, que se encontra em locais como a praia e a praça, que estuda em algumas das instituições de ensino nas imediações do Charitas. Para isso, busca-se desenvolver não apenas uma experiência de aprendizado, mas também de diversão e de interação social (Chagas, 2010, p.64).



**Figura 18: Fotografia aérea com instituições de ensino de nível Médio localizadas no centro de Cabo Frio, assim como museus.**

01 - E. M. Arlete Rosa Castanho, 02 - C. M. Rui Barbosa, 03 - C. E. Miguel Couto, 04 - I. E. Professora Ismar Gomes de Azevedo, 05 - C. Pensi Santa Rosa, 06 - C. Franciscano Sagrado Coração de Jesus, 07 - Centro Educacional Alexis Novellino, 08 - Museu de Arte Religiosa e Tradicional (Convento Nossa Senhora dos Anjos), 09 - Charitas (Museu e Casa de Cultura José de Dome), 10 - Casa Ateliê Carlos Scliar. Imagem do Google Earth alterada pela autora.

### 4.1.3 Conceito

O tema central da exposição é a Casa de Caridade da cidade de Cabo Frio: fundação, funcionamento e relação com o território. A intenção é apresentar temas que, do mais conhecido - a cidade -, ao menos familiar - a Casa de Caridade -, construam a narrativa de contextualização da construção e funcionamento, por quase um século, de tal estabelecimento em Cabo Frio.

A figura abaixo demonstra a hierarquia dos temas e tópicos desenvolvidos na porção introdutória da exposição, referente à cidade de Cabo Frio. No movimento de fora para dentro, da cidade à arquitetura, marcos referenciais do desenvolvimento da urbe cabo-friense são apresentados, relacionados às atividades econômicas e contexto político e social de cada momento.

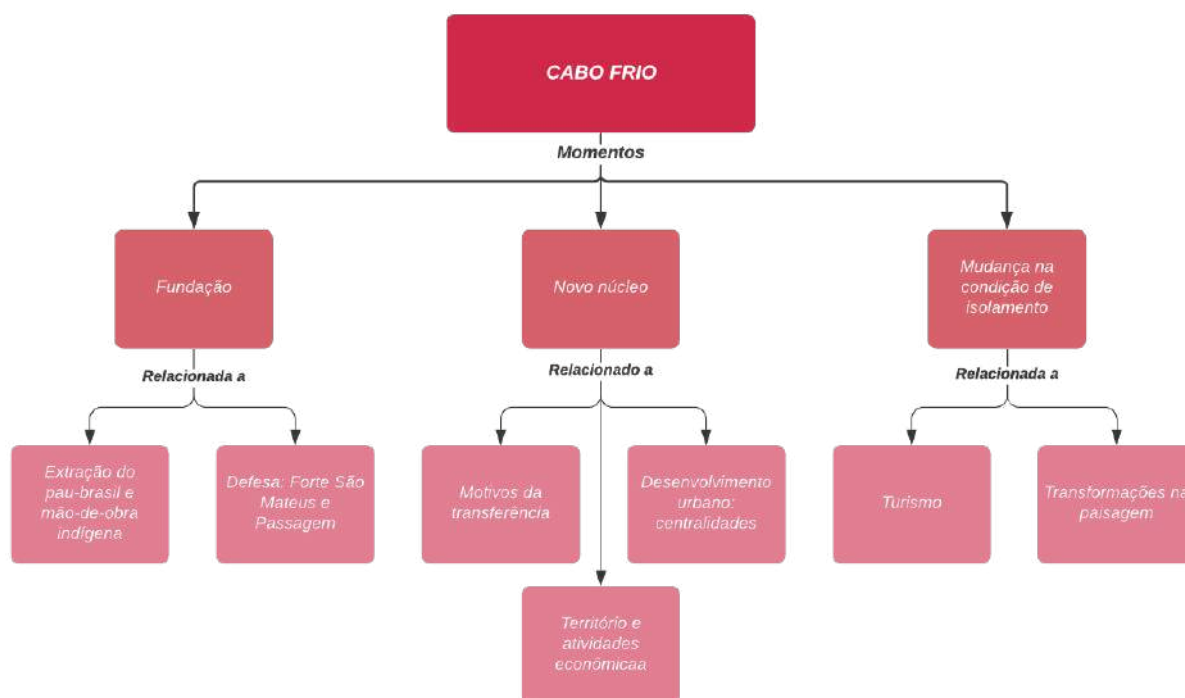
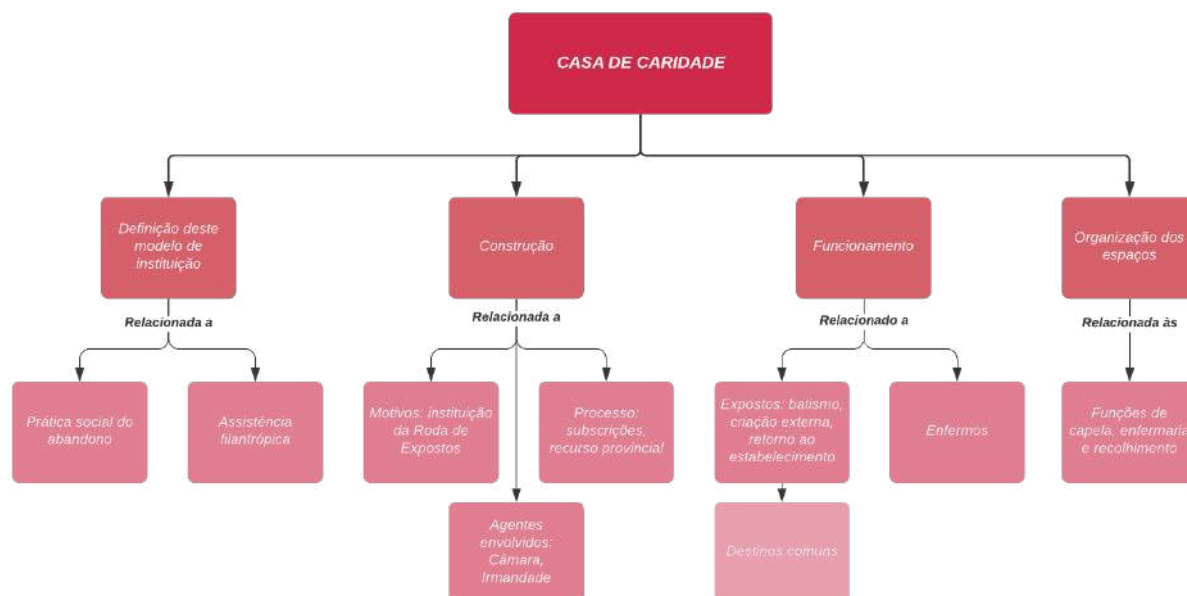


Figura 19: Diagrama de subtemas e tópicos sobre o tema Cabo Frio.

O diagrama abaixo apresenta a hierarquia dos temas e tópicos abordados nas partes de desenvolvimento e conclusão da narrativa. Os tópicos são definidos não em função da cronologia, mas da temática. A organização dos espaços do edifício, a partir das diferentes funções desempenhadas originalmente neste, encerra o discurso, conectando passado e momento presente e comunicando sobre este patrimônio, que se torna, também, objeto em exposição.



**Figura 20: Diagrama de subtemas e tópicos sobre o tema Casa de Caridade.**

## 4.2 Partido expográfico

Idealmente a concepção de uma exposição é realizada por uma equipe, contudo, reconhecendo meu lugar enquanto arquiteta e pesquisadora, busquei, ainda assim, provocar uma atitude ativa do visitante, dado que “a proposta do processo comunicacional não está na mensagem e sim na interação espaço de encontro entre emissor e receptor, espaço de negociação e estruturação de significado” (Leal, 1995, p.114, apud Cury, 2005, p.41).

Desta forma, o partido concentra-se na apresentação da seguinte narrativa: introdução a partir do encontro com a cidade, tema mais próximo do visitante, em três momentos de seu desenvolvimento - da fundação ao marco de fim da condição de isolamento. Aprofundamento com a comunicação dos conceitos de abandono, assistência filantrópica e, principalmente, da instituição Casa de Caridade, assim como da abordagem do processo de construção do estabelecimento, relacionando este às motivações e atores envolvidos. Desenvolvimento, ainda, sobre o funcionamento da Casa de Caridade na assistência aos enfermos e expostos, evidenciando o processo de admissão, batizado, envio para criação por uma externa, retorno ao estabelecimento e possíveis destinos vividos pelas crianças abandonadas. E conclusão, no espaço do altar da capela, com a apresentação das funções originais que conformaram o edifício, convidando o visitante a identificar as

permanências que ainda hoje se verificam no lugar.

#### **4.2.1 Estratégias**

- Propiciar uma participação interpretativa - que sintetiza e relaciona as múltiplas mensagens da exposição - através da criação de pequenas fraturas na linearidade da narrativa, de forma a produzir camadas de informação que poderão ser elaboradas pelo visitante.

- Estimular a interatividade estruturando a exposição de modo que os tópicos e partes se comuniquem, não apenas pelo fio narrativo, mas porque se relacionam e permitem que se “formem composições, jogos, justaposições e sobreposições de linguagens, de informações e de sensações; que contrastes e contraposições sejam estabelecidos; que referências e alusões sejam feitas” (Machado, 2015, p.153).

- Possibilitar o encontro social, compreendendo que, mais que lugar de aprendizado, o museu é também espaço de convívio, discussão e diversão.

- Partir do cotidiano, do mais conhecido pelo público.

- Dividir a narrativa em módulos temáticos.

- Mesclar elementos de natureza semiótica diferentes - especialmente imagem e texto, objeto e texto.

- Permitir que o visitante realize escolhas: de aproximação e distanciamento, de diferentes possibilidades na forma de ler e interpretar as informações.

#### **4.2.2 Espaço e módulos**

O espaço que abriga a exposição tem, ao total, 157m<sup>2</sup>, e é composto de sala onde funcionava a enfermaria da Casa de Caridade, além da capela - nave e altar. A porção referente ao recolhimento não foi incorporada ao projeto, de modo que ali se apresente o acervo do museu, com obras do artista José de Dome e de alguns de seus amigos.

O circuito é, apenas, sugerido: cabe ao visitante realizar escolhas e traçar seu percurso. Este foi desenhado de forma que no módulo de abertura, ao lado da ficha técnica e de apresentação, tenha-se visão da exposição do tema principal e alguns de seus objetos - como a réplica da Roda de Expostos e o altar iluminado –

suscitando a curiosidade. A segunda sala, por sua vez, proporciona a percepção de todos os tópicos abordados dentro do tema, no mesmo campo de visão. Organizados em sequência linear, a partir da temporalidade, os conteúdos convidam o visitante a decidir de quais irá se apropriar e de que forma. No terceiro módulo, enfim, a organização espacial estrutura as informações a partir da temática, cabendo, também, ao público estabelecer as relações entre as partes. Na nave da capela concentram-se os conteúdos conceituais, em relação a este modelo de instituição, e de processo de construção do edifício e seu funcionamento. No altar, além do retábulo iluminado, tem-se a apresentação da conformação dos espaços do imóvel, a partir do seu uso original.



**Figura 21: Planta conceitual com temas organizados em módulos, além da circulação sugerida.**

Além do módulo de abertura, constando de ficha técnica e apresentação, dois outros são previstos, sendo estes: *A Cidade de Cabo Frio* e *A Casa de Caridade*. O primeiro atende ao objetivo de promoção de experiência de apropriação de conhecimento sobre o processo de desenvolvimento urbano de Cabo Frio e relaciona-se com o segundo no sentido de possibilitar compreensão do território e do contexto histórico em que se empreendeu a instalação de uma Casa de Caridade no município.

A partir de fac-símiles de documentos, reprodução de fotografias, mapas, gravuras e cartões postais, além de maquete, apresenta-se o processo de ocupação e urbanização da cidade, bem como a inserção do edifício da Charitas na paisagem durante diversos momentos históricos.

O segundo módulo é o coração da exposição, através do qual se busca realizar os objetivos de: apresentação dos conceitos de Casa de Caridade, da prática social do abandono e de Roda de Expostos; comunicação do contexto de abertura de uma Roda em Cabo Frio e do processo de construção da edificação; informar sobre o modo de funcionamento do estabelecimento; ilustrar como os espaços do edifício se relacionam às suas funções originais.

Fac-símiles de documentos e jornais, reprodução de gravuras, imagens, fotografias, pintura, mapa, réplica de Roda de Expostos e ilustrações narram a trajetória da Casa de Caridade, discorrendo, também, sobre as características deste modelo de assistência.



Figura 22: Perspectiva do módulo de abertura.

#### **4.2.3 Módulos: objetos e recursos expográficos**

A escolha dos objetos e recursos se efetuou “em termos de documentalidade, testemunhalidade e fidelidade” (Guarnieri, 1990, p.8, apud Cury, 2005, p.24). Dado

que a instituição não possui em seu acervo peças relacionadas ao uso original do imóvel, uma pesquisa de imagens que suportem a narrativa e provoquem “o confronto do homem com a sua realidade” (Cury, 2005, p.30) foi realizada, culminando na seleção abaixo.

#### **4.2.3.1 Módulo 1: A Cidade de Cabo Frio**

Tópico: Fundação.

- Mapa com Boca da Barra e Maison de Pierre (fortificação francesa em Cabo Frio) [1579]. Extraído do *Le vrai pourtraict de Genevre et du Cap de Frie*. Custódia: Bibliothèque Nationale de France.

- Carta de Constantino Menelao a dar conta ao rei que tendo notícia de que cinco naus inglesas chegaram a Cabo Frio e que lançaram gente em terra e fizeram uma fortaleza entrando logo a cortar o pau-brasil, fora por terra para os desalojar dali, o que fez queimando a dita fortaleza e as casas que já tinham edificado, solicita ao rei munições para fazer no dito sítio uma fortaleza, entre outros [1625]. Custódia: Arquivo Nacional do Tombo.

- Gravuras de Theodore de Bry. Cenas alegóricas sobre navegação e contato entre indígenas e colonizadores [1596]. Custódia: Coleção Brasileira Itaú.

- Gravura do Forte São Mateus de Heaton & Hensburg [1845]. Custódia: Biblioteca Nacional.

Tópico: Novo núcleo de povoamento.

- Gravura do Convento de N. S. dos Anjos em Cabo Frio de Heaton & Hensburg [1845]. Custódia: Biblioteca Nacional.

- Planta do Porto da Cidade de Cabo Frio [1806]. Custódia: Mapoteca do Serviço Geográfico do Exército.

- Planta de Cabo Frio [1837]. Extraída da carta corographica da provincia do Rio de Janeiro segundo os reconhecimentos feitos pelo Coronel Conrad Jacob de Niemeyer, o Major Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde, Julio Frederico Koeler e Carlos Rivierre, diretores e chefes das Secções da Directoria das Obras Publicas. Custódia: Biblioteca Nacional.



- Planta de Cabo Frio [1861]. Extraída da carta corographica da Provincia do Rio de Janeiro: mandada organizar por Decreto da Assembleia Provincial de 30 de Outubro de 1857 pelo presidente da mesma Provincia o Exmo. Snr; Consro. Antonio Niocoláo Tolentino 1858-1861. Custódia: Biblioteca Nacional, Cartografia.

- Fotografia de panorama da cidade, a partir do Morro da Guia [1913]. Disponível em: José Francisco Artigos (blog).

- Fotografia de perfil da cidade [1920]. Fonte: Augusto Malta.

- Cartões postais diversos com fotografias de Wolney Teixeira e Piccarelli, primeira metade do século XX (Ancoradouro da Passagem, Passagem, Rua Direita, Avenida Assunção, Pescador com Tarrafa, Salinas, Convento Nossa Senhora dos Anjos, Praça Porto Rocha em diferentes ângulos, Vista geral - fotografias a partir da descida da ponte, do Morro da Guia). Disponíveis em sites e páginas de Facebook.

- Fotografia da Casa de Caridade [1905]. Fonte: Piccarelli.

- Fotografia de perfil da cidade [1943]. Fonte: Wolney Teixeira.

- Maquete do centro da cidade, do Morro da Guia até a Passagem.

Tópico: Mudança na condição de isolamento.

- Imagem de rótulo de conserva da Fabrica de conservas alimentícias Terra & Cia [1890]. Traz ilustração com a ponte de ferro, pouco antes inaugurada, e casario ao fundo. Custódia: Biblioteca Nacional.

- Fotografia de embarque em lanchas, no Canal do Itajuru, para travessia até Iguaba (provavelmente entre 1920 e 1926). Disponível em: José Francisco Artigos (blog).

- Fotografia da ponte Feliciano Sodré [1940]. Fonte: Wolney Teixeira.

- Fotografia da Estação de Cabo Frio [1939]. Fonte: Wolney Teixeira.

- Notícia do *Jornal do Brasil* sobre finalização da Ponte Presidente Costa e Silva [1974]. Custódia: Biblioteca Nacional.

- Capa da *Revista do Turismo* nº 6, com fotografia de vista da praia a partir do Forte São Mateus [1967]. Disponível em: Christóvão, 2011, p.113.

- Notícia do jornal *O Fluminense* sobre turismo no réveillon em Cabo Frio [1975]. Custódia: Biblioteca Nacional.

- Cartões postais diversos com fotografias de Wolney Teixeira entre outros, a partir de 1960 (Vista parcial da cidade, Ponte Feliciano Sodré, Panoramas a partir do Morro da Guia, Praia do Forte, Praça Porto Rocha). Disponíveis em sites e páginas de Facebook.

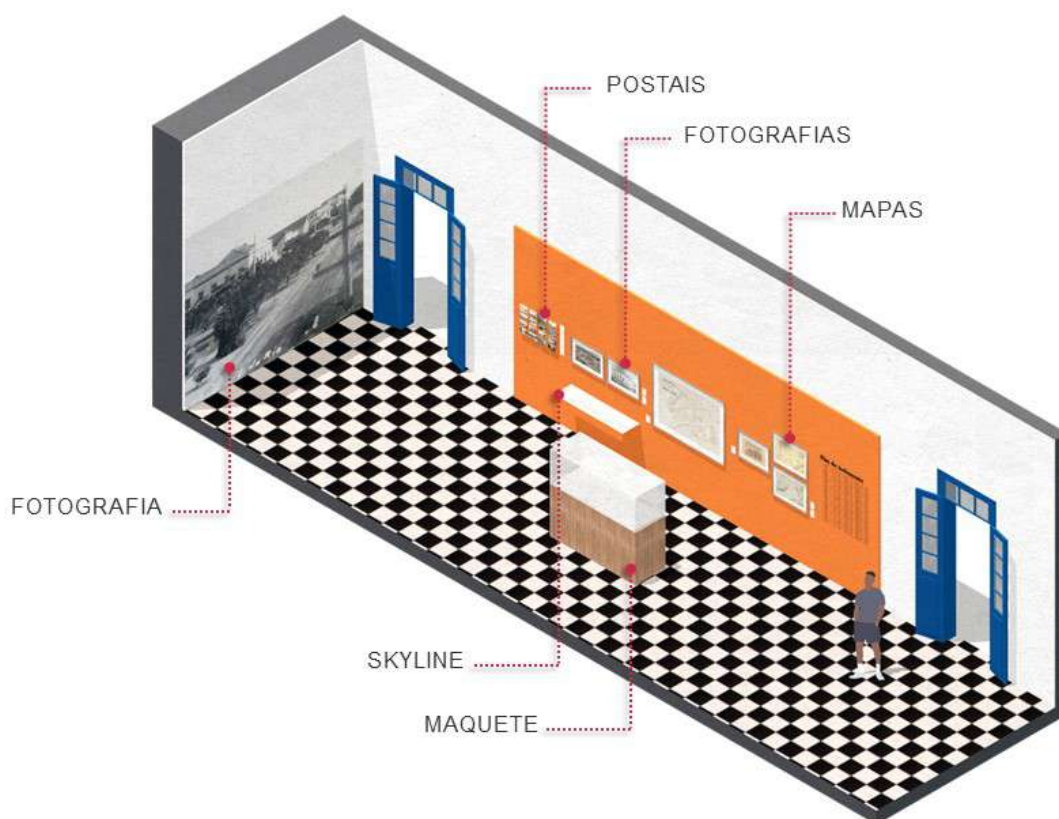


**Figura 23: Composição com algumas das ilustrações selecionadas para compor o primeiro módulo da exposição.**

Da esquerda para a direita, de cima para baixo: *Le vrai pourtrait de Genevre et du Cap de Frie*, gravura de Theodore de Bry, gravura do Forte São Mateus por Heaton & Hensburg, planta do Porto da Cidade de Cabo Frio [1806], planta de Cabo Frio [1837], panorama da cidade, a partir do Morro da Guia [1913], cartão postal do ancoradouro da Passagem por Piccarelli, fotografia da Casa de Caridade [1905], rótulo de conserva da Fabrica de conservas alimentícias Terra & Cia [1890], fotografia de embarque em lanchas, no Canal do Itajuru, fotografia da Estação de Cabo Frio [1939], cartão postal [1960].



**Figura 24: Perspectiva isométrica do primeiro módulo da exposição. Tópicos: *Fundação e Mudança na condição de isolamento.***



**Figura 25: Perspectiva isométrica do primeiro módulo da exposição. Tópico: *Novo núcleo de povoamento.***



**Figura 26: Perspectiva do primeiro módulo da exposição.**

#### **4.2.3.2 Módulo 2: A Casa de Caridade**

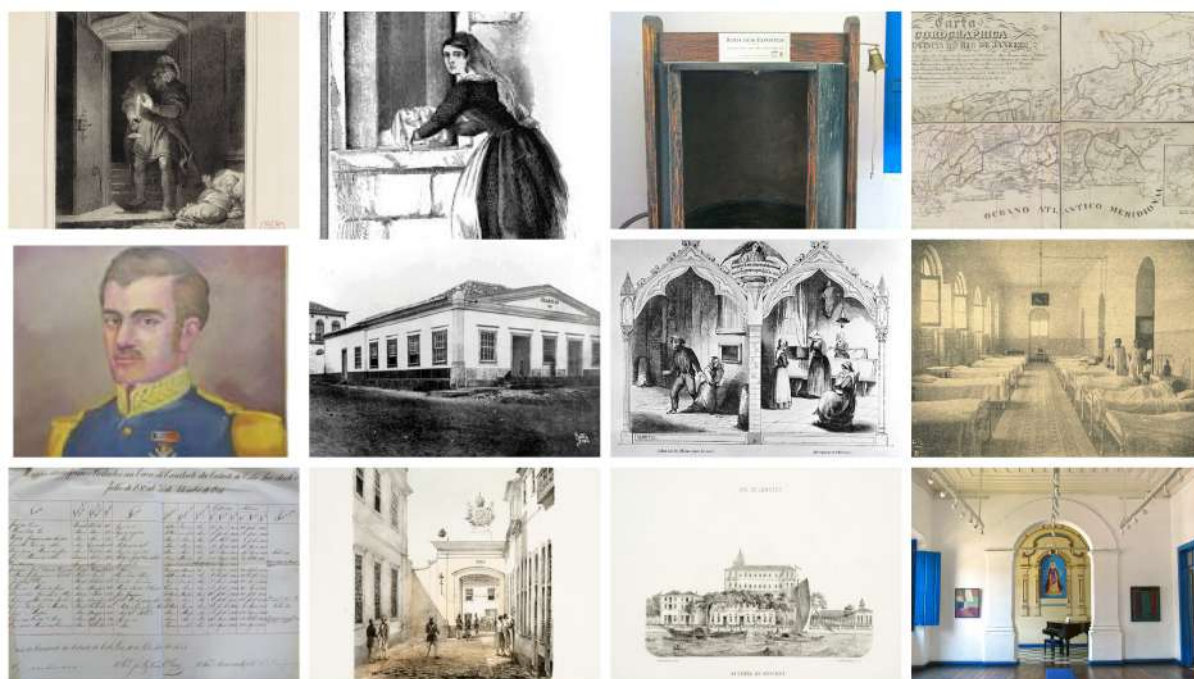
Tópico: Definição deste modelo de instituição.

- Imagem L'enfant trouvé, representando o abandono [1827]. Custódia: Bibliothèque Nationale de France.
- Gravura de exposição na Roda, de Thomas Ewbank [1845]. Disponível em: Almanaque Nilo Moraes (blog).
- Desenho de fachada do Hospital Rial de Todos os Santos. Disponível em: Marcílio, 1998, p.122.
- Mapa da província do Rio de Janeiro com as cidades que possuíam Casas de Caridade no ano de 1854.

Tópico: Construção da Casa de Caridade.

- Réplica de Roda de Expostos instalada em painel, de modo a apresentar sua inserção na arquitetura. Referência: Roda no Museu da Misericórdia, Salvador.
- Balancete de receita e despesa com as obras de construção. Custódia: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- Carta corographica da provincia do Rio de Janeiro segundo os reconhecimentos feitos pelo Coronel Conrad Jacob de Niemeyer, o Major Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde, Julio Frederico Koeler e Carlos Rivierre, diretores e chefes das Secções da Directoria das Obras Publicas. Mapa com demarcação do território do município de Cabo Frio e suas freguesias. Custódia: Biblioteca Nacional.
- Ofício da Comissão de Expostos para a Câmara Municipal. Custódia: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
- Relatório sobre o estado da obra. Custódia: Arquivo da Câmara Municipal de Cabo Frio.
- Pintura do Major Bellegarde. Disponível em: Silveira, 2009, p.18.
- Compromisso da Irmandade de Santa Izabel da Caridade. Custódia: Biblioteca Parque de Niterói.
- Planta baixa perspectivada com simulação da porção que foi construída, no século XIX, aproveitando parte de edificação mais antiga.



**Figura 27: Composição com algumas das ilustrações selecionadas para compor o segundo módulo da exposição.**

Da esquerda para a direita, de cima para baixo: L'enfant trouvé, gravura de Thomas Ewbank [1845], réplica da Roda de Expostos, carta corographica da provincia do Rio de Janeiro, Major Bellegarde, fotografia da Casa de Caridade [1920], Le tour d'abandon, fotografia de enfermaria da Santa Casa de Misericórdia de Manaus, mapas do movimento dos expostos entre 1850 e 1851, gravura do Arsenal de Marinha [1856], gravura da entrada do Arsenal de Guerra [1856] e altar de Santa Izabel.

Tópico: Funcionamento do estabelecimento.

- Imagem de marca d'água presente em documentos remetidos à Presidência da Província pela Irmandade de Santa Izabel da Caridade. Custódia: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- Fotografia da Casa de Caridade [1920]. Fonte: Augusto Malta.

- Gravura *Le tour d'abandon*, representando a exposição à Roda e assim como a recepção na instituição, de Henri Pottin. Disponível em: Almanaque Nilo Moraes (blog).

- *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro*, Sessão de 14/10/1871, sobre concessão de loteria para o estabelecimento. Custódia: Biblioteca Nacional.

- Mapas do movimento dos expostos da Casa de Caridade de Cabo Frio, dos anos compromissais de 1850 a 1851, 1852 a 1853 e 1859 a 1860. Custódia: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- Detalhamento das despesas da Casa nos meses de outubro e novembro de 1867 no qual se destaca os gastos com vestimentas e calçados para os expostos. Custódia: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- Mapas do movimento dos enfermos da Casa de Caridade de Cabo Frio, dos anos compromissais de 1852 a 1853, 1859 a 1860 e 1867 a 1868. Custódia: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- Fotografia de enfermaria da Santa Casa de Misericórdia de Manaus. Disponível em: Santa Casa Manaus (homepage).

- Balancetes de receita e despesa da Casa de Caridade de Cabo Frio, dos anos compromissais de 1850 a 1851, 1852 a 1853 e 1868 a 1869. Custódia: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- Ofício de abril de 1848 enviado para o Presidente da Província e, depois, remetido ao Ministro de Guerra, solicitando que se dê um destino a dois expostos de mais de oito anos. Custódia: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

- Gravura do Arsenal de Marinha de Pieter Gotfred Bertichen [1856]. Custódia: Coleção Brasileira Itaú.

- Gravura da entrada do Arsenal de Guerra de Pieter Gotfred Bertichen [1856]. Custódia: Coleção Brasileira Itaú.

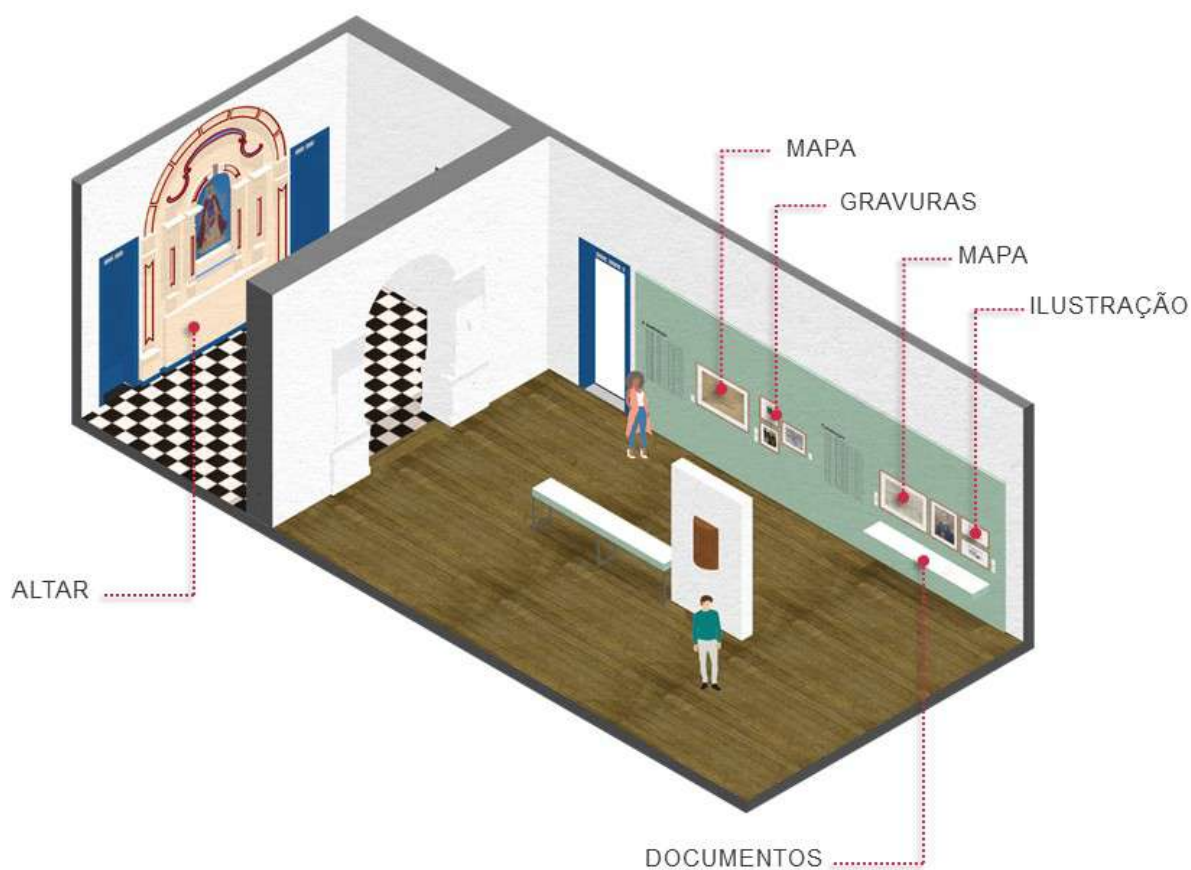
- Página do Diário do Rio de Janeiro de 07/10/1854 com entrada, no porto, de cinco expostos da Casa de Caridade de Cabo Frio. Custódia: Biblioteca Nacional.

Tópico: Organização dos espaços.

- Planta baixa perspectivada com setorização, por cor, das funções originais do edifício.

- Imagem de Santa Izabel de Weiszflog Irmãos. Custódia: Biblioteca Nacional.

- Altar. Valorização deste, a partir de iluminação, in situ.



**Figura 28: Perspectiva isométrica do segundo módulo da exposição. Tópicos: Definição deste modelo de instituição e Construção da Casa de Caridade.**

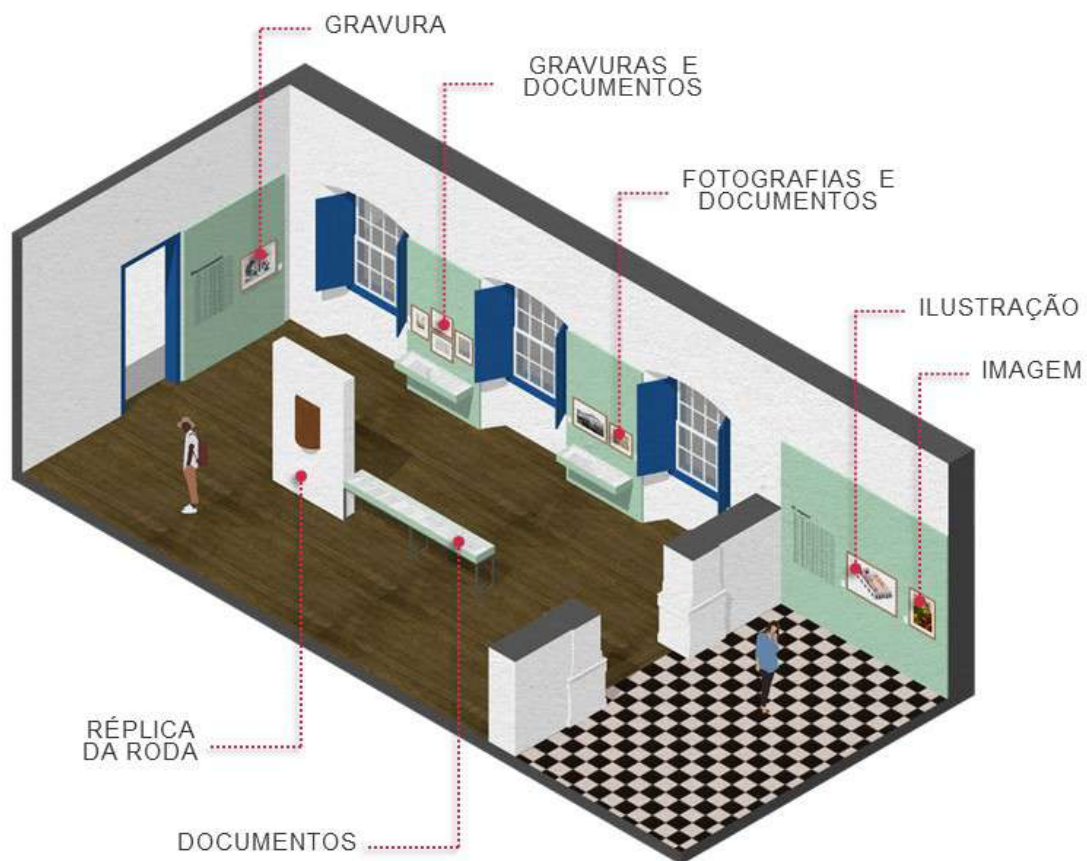


Figura 29: Perspectiva isométrica do segundo módulo da exposição. Tópicos: *Funcionamento do estabelecimento e Organização dos espaços.*



Figura 30: Perspectiva do segundo módulo da exposição. Tópico: *Funcionamento do estabelecimento.*





Figura 31: Perspectiva do segundo módulo da exposição, réplica da Roda ao centro e altar ao fundo.



Figura 32: Perspectiva do segundo módulo da exposição. Tópicos: *Definição deste modelo de instituição* e *Construção da Casa de Caridade*.

#### 4.2.4 Identidade visual

A linguagem expográfica foi definida, principalmente, a partir do próprio espaço arquitetônico e suas características, como cores, materiais, dimensões e iluminação. Considerou-se também a natureza dos objetos selecionados para compor a narrativa, em especial, em termos de cor e textura. Não se deseja competir com a edificação, também considerada patrimônio a ser apresentado, nem tampouco tratá-la apenas como invólucro. Deste modo, apenas o espaço do altar da capela terá painel bloqueando a janela a fim de valorizar, através de iluminação pontual, o objeto in situ.



**Figura 33: Composição com elementos do edifício e objetos a serem apresentados na exposição, além de paleta de cores adotadas.**

Da esquerda para a direita, de cima para baixo: esquadria, paleta de cores utilizada, fotografia da Avenida Assunção [1937], Wolney Teixeira, marca d'água da Casa de Caridade, vista da cidade a partir do Morro do Telégrafo [1943], Wolney Teixeira, assoalho de madeira e piso cerâmico presentes na edificação.

A imagem acima busca explicitar, graficamente, a identidade visual da exposição. A paleta de cores escolhida permite aquecer as salas onde há predominância de materiais e cores frias, assim como se integra ao arranjo cromático dos espaços da capela - nos quais cores mais suaves são utilizadas, de forma a se harmonizarem com o ambiente iluminado e que já é, em si mesmo, objeto comunicante. Ademais, as cores delimitam os espaços conceituais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objeto a edificação da Casa de Caridade de Cabo Frio, hoje centro cultural e museu de artes plásticas. Embora este faça parte do cotidiano de parte da população cabo-friense - da mesma maneira que se inseriu em distintas fases de minha vida -, a biografia do uso original deste bem cultural tombado, em nível estadual e municipal, é de tal forma apagada que a fruição e a apropriação, por parte dos moradores locais, deste patrimônio é comprometida.

Dentre os objetivos da pesquisa, a análise dos enquadramentos do passado, realizados pelas instituições de preservação no município de Cabo Frio, e, também, a investigação do papel destas na conformação da paisagem urbana, foram efetuadas no primeiro capítulo. A partir dos processos e decretos de tombamento, desde a década de 1950 até a de 2010, avaliou-se, à luz da bibliografia, os discursos, motivações, noções de passado e patrimônio que subsidiaram a construção do patrimônio cabo-friense.

A prevalência, ainda hoje, de critérios estéticos e de excepcionalidade nas seleções de bens culturais determinou que a maior parte dos bens culturais de Cabo Frio seja de obras de arquitetura. Nem mesmo a emergência de novos discursos e da noção de “valor regional” conseguiu modificar, em profundidade, as práticas profissionais e romper com a ideia, consagrada enquanto quadro social da memória, do patrimônio como arquitetura, especialmente barroca e monumental. Também o edifício da Charitas foi patrimonializado graças aos seus valores artísticos enquanto exemplar de arquitetura neoclássica.

Ademais, a construção do patrimônio exercida a partir de aspectos formais contribuiu decisivamente para a situação da região central: onde bens sacralizados convivem com uma urbe com a qual pouco compartilham valores. A negação, pelo IPHAN, da proteção do casario e tecido urbano mais centrais, assim como a definição de critérios de ordem estética para a área de entorno, ocasionou a fragmentação que hoje se percebe entre paisagem preservada e cidade contemporânea.

Destaco aqui a contribuição da municipalidade nessa conjuntura, dado que uma maior participação deste ator na preservação, assim como no planejamento e gestão do solo urbano favoreceria, enfim, a apropriação, por parte dos habitantes,

de seu próprio patrimônio, como também o incremento da área de entorno a partir de aspectos culturais, ambientais e sociais.

A pesquisa histórica sobre a Casa de Caridade de Cabo Frio, desenvolvida no segundo capítulo, atende não somente ao objetivo de investigação da biografia do referido bem cultural como contribui com a produção historiográfica sobre as Rodas de Expostos no país. A análise de documentos da Comissão de Expostos, da Irmandade de Santa Izabel, de Relatórios de Presidente de Província e também de matérias de jornais, alicerçada na revisão bibliográfica, permitiu conhecer o contexto de criação de tal instituição em Cabo Frio, que nunca possuiu um grande número de expostos e, nas primeiras décadas, tratou, também, de reduzida quantidade de enfermos. Contudo, além de prestigiosa ao município, a Casa de Caridade se configurou em motivo para constantes pedidos de recursos ao governo provincial.

Dentre as singularidades da instituição cabo-friense, destaca-se as expressivas cotas de loteria recebidas - em relação ao número de admissões, tanto de enfermos quanto expostos, versus as quantias obtidas pelas demais Casas de Caridade da província. O cuidado com cada exposto, nomeado individualmente nas atas de reuniões que anunciavam sua admissão à Roda, visitado por membro da Mesa quando em fase de criação externa, é outra especificidade da administração da Irmandade de Santa Izabel. Por vezes, mesmo mulheres já adultas, que moravam em casas de família, continuaram a receber calçados e vestimenta do estabelecimento.

A alta mortalidade, tal qual em outros locais, acometeu os expostos cabo-frienses. Para os meninos que resistiram à primeira infância, o envio para o Arsenal de Guerra ou o da Marinha era quase uma certeza. Já às meninas, restava, principalmente, a permanência no recolhimento, o casamento ou o acolhimento em residência de família, geralmente interessada na mão-de-obra das expostas. A primeira e principal função da Casa de Caridade de Cabo Frio foi a assistência às crianças abandonadas (com a qual a Irmandade despendia a maior parte de sua receita), todavia, ao longo dos anos, a quantidade de doentes tratados na diminuta enfermaria cresceu. Ainda assim, este número se manteve sempre inferior às admissões nos demais hospitais da província. Os enfermos eram, em maioria, homens, brasileiros e indigentes.

O objetivo de restituir a historicidade da edificação da Charitas a partir do conhecimento de seu uso original, valorizando, assim, este patrimônio, foi realizado através da proposta de exposição *A Casa da Caridade da Cidade de Cabo Frio*. O

terceiro capítulo se configura não somente em convergência das análises e pesquisas empreendidas anteriormente como também em lugar da estruturação da narrativa e de demonstração das decisões tomadas na elaboração do projeto.

A exposição, na qualidade de principal forma de comunicação museológica e, também, vínculo entre sociedade e museu, busca aproximar o morador cabo-friense do bem cultural do edifício da Charitas, valorizando-o. Longe de negar a importância do acervo de bens tombados do município de Cabo Frio - ainda que construído, majoritariamente, a partir de critérios estéticos e de excepcionalidade -, a pesquisa aponta que a inclusão de novos sujeitos na construção e gestão do patrimônio é incontornável. Somente a apropriação ativa, por parte, especialmente, da população que lhe é mais próxima, pode fazer ressoar os bens preservados.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

ALMEIDA, João Antonio de. Anexo N.10: Menores remetidos para a marinha de 1 de Julho de 1885 a 30 de Junho 1886. In: LEÃO, Antonio da Rocha Fernandes. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima sexta legislatura em 8 de agosto de 1886 pelo presidente dr. Antonio da Rocha Fernandes Leão*. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1886.

ALVES, Margareth Silva Rodrigues. *A “Casa da Roda” de Cabo Frio no período de 1830 a 1900*. Orientadora: Esther Maria de Magalhães Arantes. 2009. 57 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ALVES, Marta Raquel da Silva. Descortinando a paisagem: monumentos e moldura cênica no Conjunto Paisagístico de Cabo Frio. *Programa de Especialização em Patrimônio*: artigos (turma 2007), Rio de Janeiro, v. 6, p. 133-153, 2015.

*ANNAES da Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: edição 02, 1862, p. 74-76.

ARAUJO, José Bento de. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da primeira sessão da vigésima sétima legislatura em 8 de agosto de 1888 pelo presidente Dr. José Bento de Araujo*. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1888.

ARAUJO, Paulo Roberto. Economia e sociedade de uma cidade interiorana no século XIX: Cabo Frio, 1840-1890. In: RIBEIRO, Flávia Maria Franchini; MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri (Org.). *Cabo Frio: 400 anos de história, 1615-2015*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2017. p. 75-105.

ASAERLA (Região dos Lagos). Casa do Wolney vai ao chão: Descaso das autoridades públicas faz com que uma das últimas construções do século XVIII de Cabo Frio desapareça por falta de manutenção. *Informe Asaerla*, Cabo Frio, n. 20, p. 20, fevereiro/março 2010. Disponível em: <http://www.asaerla.com.br/image/informe/20.pdf>. Acesso em: 8 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Paróquia de Nossa Senhora da Assunção terá que recuperar prédio histórico. *Informe Asaerla*, Cabo Frio, n. 25, p. 10-11, março/abril 2011. Disponível em: <http://www.asaerla.com.br/image/informe/25.pdf>. Acesso em: 8 maio 2020.

ASSALTADA a Casa da Cultura de Cabo Frio. *O Fluminense*, Niterói, n. 25705, p. 8, 20 maio 1987.

AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascentes de. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na segunda sessão da vigésima legislatura no dia 8 de setembro de 1875 pelo vice-presidente conselheiro Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja*. Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo, 1875.

BARBOZA, Luiz Antonio. *Relatório apresentado ao Exm.º vice-presidente da Província do Rio de Janeiro o snr. doutor José Ricardo de Sá Rego pelo presidente o conselheiro Luiz Antonio Barboza por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província*. Niterói: Typographia de Quirino & Irmão, 1855.

BARRETO, Ivo Matos. Do monumento ao documento: valores e lacunas do conjunto paisagístico de Cabo Frio/RJ. *Anais do XV ENANPUR*, Recife, v. 15, ed. 1, 2013. Disponível em <http://bit.ly/2KYygtY>. Acesso em: 11 ago. 2018.

BELLEGARDE, Henrique Luiz de Niemeyer. *Compromisso da Irmandade de Santa Izabel da Caridade instituída na capella da Casa de Caridade da cidade de Cabo Frio*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana, 1868.

BENEVIDES, José Maria Corrêa de Sá e. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da décima oitava legislatura no dia 8 de setembro de 1870 pelo presidente José Maria Corrêa de Sá e Benevides*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1870.

BERANGER, Abel. *Dados Históricos de Cabo Frio*. 3. ed. Cabo Frio: 2003.

BRANCO, Rodrigo. Solar dos Massa será reaberto nesta quinta-feira (31): Anúncio foi feito durante audiência sobre futuro Arquivo Público Municipal. *Folha dos Lagos*, Cabo Frio, 29 ago. 2017. Disponível em: <https://www.folhadoslago.com/noticias/solar-dos-massa-sera-reaberto-nesta-quinta-feira-31/7488/>. Acesso em: 9 out. 2020.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 144 p.

CÂMARA MUNICIPAL (Cabo Frio). Ata da sessão da Câmara pela imperial recepção de S.M., o imperador, nesta cidade. In: MASSA, Hilton. *Cabo Frio: nossa terra, nossa gente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Dinigraf, 1996. p. 51-57.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 109, de 16 de novembro de 1979*. Dispõe sobre Código de Obras e dá outras providências. Cabo Frio, 1979a.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 116, de 16 de novembro de 1979*. Dispõe sobre a Divisão Territorial

do Município em áreas e zonas Cabo Frio. Cabo Frio, 1979b.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 290, de 2 de junho de 1981*. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. Cabo Frio, 1981a.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 303, de 30 de junho de 1981*. Dispõe sobre a criação do Instituto Municipal do Patrimônio Cultural. Cabo Frio, 1981b.

CAMPOS, Martinho Alvares da Silva. *Exposição com que Martinho Alvares da Silva Campos passou a administração da província do Rio de Janeiro a seu sucessor o ilmº. e exmº. sr. dr. Paulo José Pereira de Almeida Torres, digno vice-presidente da província do Rio de Janeiro*. Niterói: 1881.

CANDIDATO se muda de casarão que Cabo Frio tornou Casa da Cultura. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 out. 1982. Cidade, p. 6.

CASA de Caridade de Cabo Frio. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 172, 21 jun. 1890. Publicações a pedido, p. 2.

CASA de Wolney Teixeira pode dar lugar a loja de roupas: Enquanto ação judicial se arrasta, imóvel do renomado fotógrafo se deteriora. *Folha dos Lagos*, Cabo Frio, 9 maio 2015. Disponível em: <https://www.folhadoslagos.com/cultura/casa-de-wolney-teixeira-pode-dar-lugar-a-loja-de-roupas/1503/>. Acesso em: 8 maio 2020.

CHAGAS, Mário de Souza et al. Museus e Público Jovem: percepções e receptividades. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 49-66, janeiro/junho 2010.

CHRISTOVÃO, João Henrique de Oliveira. *Do sal ao sol: a construção social da imagem do turismo em Cabo Frio*. Orientador: Helenice Aparecida Bastos Rocha. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade pelos caminhos do sal fluminense. In: ROCHA, Helenice et al (Org.). *Identidades, memórias e projetos políticos*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 88-104.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017a.

\_\_\_\_\_. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do*



*Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 147-165, 2012.

\_\_\_\_\_. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 79-103, 2017b.

CIDADE se levanta para impedir a demolição do velho "Palácio das Águas". *O Fluminense*, Niterói, n. 26073, 29 jul. 1988. Interior, p. 13.

COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. *Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho na abertura da Assembléa Legislativa provincial no 1º de março de 1846 acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno financeiro de 1846 a 1847*. 2. ed. Niterói: Typographia de Amaral & Irmão, 1853.

CRISTIANE, Renata. *Secretaria de cultura inaugura réplica da "roda dos expostos" nesta sexta-feira, dia 27 de julho*. Cabo Frio, 26 jul. 2012. Acesso em: 16 jan. 2019.

CUNHA, Márcio Werneck da; LEITE, Penha da Silva. Estudo do desenvolvimento urbano da cidade de Cabo Frio entre 1615 e 1696. In: IPHAN. 6ª Diretoria Regional. *Conjunto paisagístico da cidade de Cabo Frio: Rerratificação e extensão de tombamento*, 1987. p. 18-25.

CUNHA, Márcio Werneck da. *Relatório sobre monumentos e espaços culturais de Cabo Frio*. Cabo Frio: Una Cultural, 1994.

CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.

DIRECTORIA DE FAZENDA. Demonstração classificada da receita arrecadada e da despesa effectuada pela caixa de rendas ordinarias da provincia do Rio de Janeiro no exercicio de 1871. In: SILVA, Josino do Nascimento. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da decima nona legislatura no dia 29 de setembro de 1872 pelo presidente conselheiro Josino do Nascimento Silva*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1872. p. 4.

DN Municípios: Cabo Frio. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 16123, p. 10, 5 out. 1974.

ELOGIO historico do fallecido sócio correspondente o Major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde recitado pelo sargento-mor Pedro de Alcantara Bellegarde, orador do Instituto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 001, v. 1, n. 4, p.290-298, 1839.

ENTRADAS no dia 6. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 278, 7 out. 1854. Movimento do Porto, p. 6.

FARO, João Pereira Darrigue. *Relatório do vice-presidente da província do Rio de Janeiro, o commendador João Pereira Darrigue Faro na abertura da 1ª sessão da 8ª Legislatura da Assembléa Provincial, no dia 1º de março de 1850 acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno financeiro de 1850-1851*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario, de N. L. Vianna, 1850.

FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. *Relatório apresentado ao Exm.º vice-presidente da Província do Rio de Janeiro o commendador João Pereira Darrigue Faro pelo presidente o conselheiro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 3 de maio de 1852*. Niterói: Typographia Amaral e Irmão, 1852.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao Exm.º vice-presidente da Província do Rio de Janeiro o commendador João Pereira Darrigue Faro pelo presidente o conselheiro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província no dia 5 de maio de 1851*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario, de N. L. Vianna, 1851.

FILHO, João de Almeida Pereira. N.5: Mapa do movimento dos hospitais de caridade da província do Rio de Janeiro em 1854, com a especificação do numero de doentes que neles se trataram. In: BAEPENDY, Visconde de. *Relatorio apresentado ao excellentissimo presidente da provincia do Rio de Janeiro o senhor conselheiro Luiz Antonio Barbosa pelo vice-presidente Visconde de Baependy ao passar-lhe a administração da mesma província em 26 de novembro de 1855*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856.

FILHO, Miguel Couto. *Mensagem à Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 15 de março de 1957 pelo governador do Estado*. Estado do Rio de Janeiro: s/ed, 1957.

FINAGEIV, Belmira. Depoimentos escritos e entrevistas: Entrevista com José de Anchieta Leal. In: FINAGEIV, Belmira (org.). *Carta à cidade de Cabo Frio*. Rio de Janeiro: IBPC, 1994. cap. 5, p. 95-97.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FRANCO, Renato. *A piedade dos outros: o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014a.

\_\_\_\_\_. O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 5-25, janeiro-junho 2014b.

FRIDMAN, Fania; ARAUJO, Ana Paula Silva de; DAIBERT, André Barcelos Damasceno. Políticas públicas de preservação do patrimônio histórico no Brasil. Três estudos de caso (1973-2016). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 621-638, 2019.

FRIDMAN, Fania. Cartografia fluminense no Brasil imperial. *Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, Paraty, p. 1-22, maio 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

GONZAGA, João Marcellino de Souza. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da vigésima terceira legislatura no dia 8 de setembro de 1880 pelo presidente Dr. João Marcellino de Souza Gonzaga*. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1880.

ICOMOS. *Carta de Cabo Frio*. Cabo Frio: Icomos, 1989.

\_\_\_\_\_. *Carta de Washington*. Washington: Icomos, 1986.

\_\_\_\_\_. *Declaração de Xi'an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural*. Xi'an: Icomos, 2005.

IBGE. Cabo Frio (Panorama). *Portal Cidades@*, [s.d.]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/cabo-frio/panorama>. Acesso em: 16 novembro 2020.

\_\_\_\_\_. *Sinopse estatística do município de Araruama*: Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.

IPHAN. *Carta de Petrópolis*. Petrópolis: Iphan, 1987.

\_\_\_\_\_. *Compromisso de Brasília*. Brasília: Iphan, 1970.

\_\_\_\_\_. *Compromisso de Salvador*. Salvador: Iphan, 1971.

\_\_\_\_\_. *Portaria nº 11, de 11 de setembro de 1986.*

\_\_\_\_\_. *Portaria nº 352, de 31 de julho de 2012.* Dispõe sobre os critérios de proteção adotados para as áreas tombadas e áreas de entorno do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio - RJ, tombado em nível federal.

\_\_\_\_\_. *Normatização de Cidades Históricas: orientações para a elaboração de diretrizes e Normas de Preservação para áreas urbanas tombadas.* 2010. 63 p.

ITINERÁRIO de S. Ex. o Sr. presidente da província do Rio de Janeiro à cidade de Cabo-Frio. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 148, 30 maio 1879. Publicações a pedido, p. 2.

KHOURY, Yara Aun (coord.). *Guia dos arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil: (fundadas entre 1500 e 1900).* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: PUC-SP/CEDIC: FAPESP, 2004. v. 2.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta (org.). *As missões da Unesco no Brasil:* Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

LEÃO, Antonio da Rocha Fernandes. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigésima sexta legislatura em 12 de setembro de 1887 pelo presidente dr. Antonio da Rocha Fernandes Leão.* Rio de Janeiro: Typografia Montenegro, 1887.

LEI n. 410 (1846 N. 47). *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 7270, 5 ago. 1846. Interior, p. 2.

LISBOA, Bento Luiz de Oliveira. *Relatório apresentado ao ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. presidente da província do Rio de Janeiro desembargador Manoel José de Freitas Travassos pelo ex-presidente dr. Bento Luiz de Oliveira Lisboa por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 26 de março de 1873.* Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1873.

MACEDO, Diogo Teixeira de. *Relatório apresentado ao ex.<sup>mo</sup> vice-presidente da província do Rio de Janeiro o sr. desembargador Manoel José de Freitas Travassos pelo ex-presidente desembargador Diogo Teixeira de Macedo por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 5 de maio de 1870.* Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1870.

MACHADO, Tatiana Gentil. *Projeto expográfico interativo: da adoção do dispositivo à construção do campo da interatividade.* 2015. Tese (Programa de Pós-Graduação

em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil?: Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, 2016.

MASGRAU, Rafael. Cabo Frio vai ganhar cara nova: Morador e turista descobrem cidade encoberta pelo descaso de governos. *O Fluminense*, Niterói, n. 33721, p. 23, 21 ago. 1993.

MASSA, Hilton. *Cabo Frio Histórico Político*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 64.

\_\_\_\_\_. *Cabo Frio: Nossa Terra, Nossa Gente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Dinigraf, 1996.

MATTOS, Eduardo Pindahiba de. *Relatório apresentado ao exm. sr. presidente da província do Rio de Janeiro dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel pelo vice-presidente dr. Eduardo Pindahiba de Mattos a 10 de outubro de 1867*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1867.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. v. 2, p. 25-39.

MENOR chicoteada. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 1916, p. 1, 25 set. 1890.

MENORES delinquentes poderão ter órgão especial para recuperá-los. *O Fluminense*, Niterói, n. 2541, p. 28, 14 jul. 1978.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Cabo Frio e a montagem da primeira elite fluminense - séculos XVI e XVII. In: RIBEIRO, Flávia Maria Franchini; MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri (org.). *Cabo Frio: 400 anos de história, 1615-2015*. Brasília: IBRAM, 2017. cap. 1, p. 25-47.

MOTTA, Ignacio Francisco Silveira da. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na 1ª sessão da 14ª legislatura pelo presidente o doutor Ignacio Francisco Silveira da Motta*. Rio de Janeiro: Typographia

de Francisco Rodrigues de Miranda & C.<sup>a</sup>, 1860.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na 2ª sessão da 13ª legislatura pelo presidente o doutor Ignacio Francisco Silveira da Motta*. Niterói: Typographia da Patria, de Moura & Miranda, 1859.

\_\_\_\_\_. *Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. José Ricardo de Sá Rego, vice-presidente da província do Rio de Janeiro, entregou a administração da mesma província o ex-presidente Ignacio Francisco Silveira da Motta no dia 16 de abril de 1861*. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1861.

MOTTA, Lia. O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 249-279, 2012.

\_\_\_\_\_. *Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural - 1975 a 1990*. Orientador: Paulo André Parente. 2000. 168 f. Dissertação (Pós-graduação em Memória Social e Documento) - Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. *Entorno de bens tombados*. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2010.

MOURA, Levy de. Repórter dos Lagos: Numeradas. *O Fluminense*, Niterói, n. 3419, p. 2, 3 maio 1982.

MUSEU precisa reabrir. *O Fluminense*, Niterói, n. 33339, p. 24, 30 maio 1992.

O TRI-CENTENARIO de Cabo-Frio: Os festejos - A volta dos excursionistas. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 320, p. 3, 16 nov. 1915.

PARTE Oficial: Presidência da Província. *Correio Oficial da Província do Rio de Janeiro*, Niterói, n. 48, p. 2, 6 abr. 1842.

PEIXOTO, Bernardo Avelino Gavião. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigesima quarta legislatura em 8 de agosto de 1883 pelo presidente conselheiro Bernardo Avelino Gavião Peixoto*. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1883.

\_\_\_\_\_. [Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro pelo presidente conselheiro Bernardo Avelino Gavião Peixoto]. Rio de Janeiro: 1882.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. INEPAC: um perfil dos 25 anos de preservação do Patrimônio Cultural no Estado do Rio de Janeiro. *Arquitetura Revista*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 8-23, 1990.

\_\_\_\_\_. Introdução ao neoclassicismo na arquitetura do Rio de Janeiro. In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). *Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000. cap. Introdução, p. 25-40.

PIMENTA, Carolina Barros. *Preservando o patrimônio cultural: a política do IPHAN no município de Cabo Frio*. Orientador: Jorge Nassim Vieira Najjar. 2015. 148 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

PIMENTEL, Esperidião Eloy de Barros. *Relatório apresentado à S.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> o Sr. 1<sup>o</sup> vice-presidente Dr. Eduardo Pindahyba de Mattos pelo presidente Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel em 21 de maio de 1867*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1867.

PRÉDIO Charitas será desocupado. *O Fluminense*, Niterói, n. 24280, p. 13, 12 out. 1982.

PREFEITURA luta para preservar o Charitas. *O Fluminense*, Niterói, n. 3395, p. 2, 3 abr. 1982.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO. *Áreas de Especial Interesse Cultural*. Cabo Frio, 2019. Fotografia aérea do município de Cabo Frio com locais de interesse cultural, áreas e bens tombados. Escala 1:35000. Disponível em: <https://cabofrio.aexecutivo.com.br/arquivos/1270/Anexo%206%20-%20Area%20de%20Especial%20Interesse%20Cultural.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Cabo Frio em defesa do Patrimônio. *Boletim Informativo*, Cabo Frio, n. 01, p. 1, 1 jan. 1990.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, 2000.

RATOS, baratas e cupins atacam os 10 mil volumes da Biblioteca de C. Frio. *O Fluminense*, Niterói, n. 2759, 30 mar. 1979. Edição Cabo Frio, Araruama e São Pedro D'Aldeia, p. 32.

REGO, José Ricardo de Sá. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na 2ª sessão da 14ª legislatura pelo vice-presidente o doutor José Ricardo de Sá Rego*. Niterói: Typographia do "Echo da Nação", 1861.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RELATÓRIO centenário mantém-se "atualizado". *O Fluminense*, Niterói, n. 2759, 30 mar. 1979. Edição Cabo Frio, Araruama e São Pedro D'Aldeia, p. 2.

REQUERIMENTOS despachados: Abril - 1866. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 124, 6 maio 1866. Parte Oficial, p. 1.

REQUERIMENTOS despachados: Novembro - 1865. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 316, 20 nov. 1865. Parte Oficial, p. 2.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2007.

SANGLARD, Gisele. A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 13, n. 16, p. 11-33, 2006.

SANTOS, José Norberto dos. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da decima-quinta legislatura no dia 8 de setembro de 1862 pelo vice-presidente da mesma província José Norberto dos Santos*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1862.

SEDESC. COGEPLA. Listagem de bens tombados no município de Cabo Frio. In: IPATRIMÔNIO. *Patrimônio cultural brasileiro*. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2018/101/patrim%C3%B4nio-cultural-Cabo-Frio-RJ.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2020.

SILVA, João Manoel Pereira da. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Rio de Janeiro na 2ª sessão da 12ª legislatura pelo vice-presidente João Manoel Pereira da Silva*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

SILVA, Theodoro Machado Freire Pereira da. *Relatório com que o conselheiro Theodoro Machado Freire Pereira da Silva presidente da província do Rio de Janeiro passou a administração da mesma ao ex.mo sr. desembargador Manoel José de Freitas Travassos em 15 de março de 1871*. Rio de Janeiro: Typographia de Quirino & Irmão, 1871.



SILVEIRA, Luiz Carlos da Cunha. O patrono da ASAERLA: O engenheiro Luis Henrique de Niemeyer Bellegarde foi o precursor do primeiro Plano Diretor de Cabo Frio, projetado e executado entre 1841 e 1843. *Informe Asaerla*, Cabo Frio, ed. 19, p. 18, novembro/dezembro 2009. Disponível em: <http://www.asaerla.com.br/image/informe/19.pdf>. Acesso em: 8 maio 2020.

SOARES, João Crispiniano. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da decima-quinta legislatura no dia 9 de outubro de 1864 pelo presidente da mesma província o conselheiro João Crispiniano Soares*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1864.

SOUSA, Paulinio José Soares de. *Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Sousa, na abertura da 2ª sessão da 2ª legislatura da Assembléa Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1839 a 1840*. 2. ed. Niterói: Typografia de Amaral e Irmão, 1851.

\_\_\_\_\_. *Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, Paulino José Soares de Sousa, dirigido à Assembleia Geral Legislativa em 3 de março de 1838*. Niterói: Typografia de Nictheroy de Rego, 1838.

SOUTO, Luiz Honorio Vieira. Appenso N.25: Relação dos meninos e meninas recolhidos no Asylo de Santa Leopoldina, em Nictheroy. In: COLENTINO, Antonio Nicoláo. *Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa provincial do Rio de Janeiro na 1ª sessão da 11ª legislatura pelo vice-presidente da província o conselheiro Antonio Nicoláo Colentino*. Niterói: Typographia da Patria, de C. B. de Moura, 1856.

SOUZA, Olympio. *Cabo Frio nos 500 anos do Brasil*. Cabo Frio: Copy Gráfica, 2000.

TAQUES, Benevuto Augusto de Magalhães. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da decima-oitava legislatura no dia 15 de outubro de 1868 pelo presidente da mesma província o conselheiro Benevuto Augusto de Magalhães Taques*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1868.

TAVARES, Alex. Biblioteca de Cabo Frio volta a funcionar em espaço provisório. *Folha dos Lagos*, Cabo Frio, 14 out. 2014. Disponível em: <https://www.folhadoslago.com/geral/biblioteca-de-cabo-frio-volta-a-funcionar-em-espaço-provisorio/1060/>. Acesso em: 9 out. 2020.

TEIXEIRA, Simonne. Um olhar sobre o papel do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural/INEPAC na construção da identidade no estado do Rio de Janeiro. *IV Simpósio Nacional de História Cultural: Sensibilidades e sociabilidades*, Goiânia, outubro 2008.

TOLENTINO, Antonio Nicoláo. *Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa da província do Rio de Janeiro na 1ª sessão da 13ª legislatura pelo presidente o conselheiro Antonio Nicoláo Tolentino*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

TOMBADA Pedra do Sal e CEC pede por dunas de CF. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, n. 10842, p. 11, 21 nov. 1984.

TORRES, Joaquim José Rodrigues. *Fala com que o presidente da Província do Rio de Janeiro o Conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres abriu a 1ª Sessão da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa da mesma Província: No dia 1º de Fevereiro de 1835*. Niterói: Typografia de Amaral e Irmão, 1850.

TRAVASSOS, Manoel José de Freitas. *Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa provincial do Rio de Janeiro na primeira sessão da vigesima legislatura no dia 8 de setembro de 1874 pelo presidente desembargador Manoel José de Freitas Travassos*. Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo, 1874.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Paris: Unesco, 2003.

\_\_\_\_\_. *Recomendações de Nairóbi*. Nairóbi: Unesco, 1976.

VAZ-VIEIRA, José Ignacio. *Relatório do vice-presidente da Província do Rio de Janeiro José Ignacio Vaz-Vieira em outubro de 1837*. Niterói: Typografia de Nictheroy de M. G. de S. Rego, 1837.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador - Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus, 1999.

\_\_\_\_\_. (org.). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX*. São Paulo: Alameda / Editora PUC Minas, 2010.

VIANNA, João Caldas. *Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro João Caldas Viana em 1º de março de 1844*. Niterói: Typographia Niteroiense, 1844.